

***DENISE MARIA MAIA***

**O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – ITCP/UFPR –  
NO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

***Curitiba***  
**2003**

**DENISE MARIA MAIA**

**O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – ITCP/UFPR –  
NO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

*Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Econômico, do Curso de Pós-Graduação em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.*

*Orientador: Prof. Ramón Garcia Fernandes*

**Curitiba  
2003**

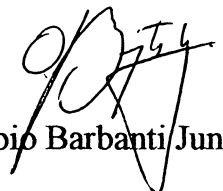


## PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico para realizar a argüição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **Denise Maria Maia**, sob o título “**O papel da incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade Federal do Paraná no desenvolvimento humano**”, após argüir a candidata e ouvir suas respostas, deliberou-se aprová-la, com base nas seguintes notas: Professor **Ramon Vicente Garcia Fernandez (10,0)** Professor **Paul Singer (10,0)**, Professor **Olímpio Barbanti Júnior (10,0)**, do que resulta a média **(10,0)**, equivalente ao conceito **(A)**, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau e o diploma de Mestre em Desenvolvimento Econômico. Curitiba, 01 de abril de 2003.

  
Prof. Ramon Vicente Garcia Fernandez  
Orientador

  
Prof. Paul Singer

  
Prof. Olympio Barbanti Junior



*Para meus pais,*

***Wanda Hordynchynski (in memorian), e  
Sebastião Ari Maia, com gratidão.***

*Para meu filho,*

***Diogo Maia Hardy, com carinho***

## **AGRADECIMENTOS**

Inúmeras pessoas tiveram direta e indiretamente participação neste trabalho, que não deixa de ser também um relato de experiências de muitos autores e atores. Sou imensamente grata a todas elas.

Agradeço pela acolhida ao professor **Gabriel Porcile**, coordenador da Pós Graduação à época do meu ingresso no curso.

Agradeço especialmente ao professor **Ramón Garcia Fernandez**, meu professor de disciplinas inspiradoras e orientador, por extrapolar em muito seu papel sabendo instigar e confiar, por sua postura aberta e acessível de aceitar e saber propor discussões novas sem qualquer preconceito, mesmo com assuntos que por vezes causam mal estar, traduzida no incentivo intelectual que me animou a desenvolver teoricamente um tema de natureza empírica. Suas contribuições foram de enorme valia para o aprimoramento do trabalho.

Aos professores **Paul Singer** e **Olympio Barbanti** que influenciaram enormemente o curso da realização deste trabalho como mestres cuidadosos. Ambos ajudaram na sua definição mais do que possam imaginar, do norte teórico à análise de experiências deste tipo. Agradeço sinceramente por aceitarem participar da banca de defesa deste trabalho.

Ao coordenador da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, **Gonçalo Guimarães**, um dos criadores deste processo inédito de incubagem de cooperativas populares, por contribuir na discussão da base teórico-metodológica, crucial nos momentos iniciais desta empreitada, quando o desenvolvimento se dava ainda a partir de pequenos achados.

À professora **Marlene Popp**, coordenadora e criadora do programa, e ao professor **José Antonio Gediél**, coordenador do Núcleo de Direito Cooperativo da UFPR, com quem tive a oportunidade de conviver nestes quatro anos, apoiando-nos mutuamente na compreensão e construção conceitual e empírica deste algo completamente novo para todos nós, cada qual a seu modo, guardadas as respectivas autonomias e responsabilidades mas tornando-nos de certo modo cúmplices desta história.

À Secretaria do Estado de Relações de Trabalho especialmente nas pessoas de **Sérgio da Silva Schlichta**, **Aloize Gogola** e **Nircélio Zobot**, responsáveis por conduzir o Programa Associativismo e Cooperativismo, os quais demonstraram compromisso em buscar assegurar resultados concretos ao público alvo, indo além do simples cumprimento burocrático das ações; as discussões com todos eles também contribuíram para o crescimento do domínio conceitual e prático da ITCP/UFPR.

Pelo estímulo recebido, pelo tempo generosamente despendido com preciosas ajudas, meu terno agradecimento à minha irmã **Katy Maia**, aos professores e amigos **Liana Carleial**, que fez valiosas contribuições na defesa do meu projeto de dissertação, e **Igor Zanoni**, debatedor no seminário preliminar. Sinto-me em débito pelo incentivo incondicional dos também amigos professores **Suely Simões Pinto**, **Gerson Lima**, bem como a **Elizabeth Schuarts** e **Elza Braga** pelas bibliografias inspiradoras.

Muitos outros, cooperados, colegas e amigos da equipe e dos vários encontros neste mundo afora saberão reconhecer nestas páginas ecos das nossas discussões sobre o processo de incubagem.

Agradeço ao Departamento de Economia da UFPR pela redução proporcional possível da carga horária didática a mim atribuída neste período. Aos técnicos administrativos **Claudete**, **Edésio** e **Nelson** pela paciência que tiveram comigo, colaborando sempre que lhes foi possível nos atropelos do dia a dia. Aos colegas de sala **José Benedito de Paula** e **Armando Vaz Sampaio** pela boa convivência e pela ajuda que prestaram solidariamente. Agradeço também a todos aqueles que por diversas ocasiões me socorreram nas trapalhadas com a maquininha infernal, ajudando na administração eletrônica em momentos de desespero, sem tripudiar da minha reconhecida ignorância.

À **Helôisa Zilá**, presente nas horas difíceis dos momentos da reta final, por viabilizar as condições concretas necessárias me assessorando em coisas que só a uma pessoa verdadeiramente amiga se pode pedir e dela esperar, me ajudando a colocar pontos finais nas minhas reticências.

Lembro com afeto dos que me ouviram quando precisei falar, dos que tiveram paciência com minha impaciência e ansiedade, compreendendo, aceitando e respeitando meus limites, desde o problema auditivo até a forma de falar, demasiadamente enfática para muitos. O estímulo, o apoio e a torcida das pessoas verdadeiramente amigas foi indispensável para amenizar as condições pouco ideais desta jornada.

À **Cida**, pela ajuda na digitação, e à **Elly**, pelo trabalho de normatização em tempo recorde!

Ao **Diogo**, filho muito especial, figura motivadora aprontando suas traquinagens ou mesmo quando absolutamente calado e discreto.

Resta assumir a responsabilidade por todos os erros e omissões que o trabalho contém. Esta dissertação, pelo que está expresso e pelo que significou no processo mais amplo, responde a diversos desafios de ordem pessoal, profissional, política, ética, acadêmica... Desafios que foram crescendo e tomando espaço até tornaram-se finalmente, neste momento da vida, mais importantes que as escolhas anteriores. É fruto também, e creio, não poderia ser de outra forma, de inquietações que vão além da preocupação científica, pois estão no compromisso com a vida, a liberdade e a realização do ser humano. Agradeço à vida pela oportunidade de aprendizado.

**Obrigado Professor**

***Foram suas idéias que permitiram a Lula, o metalúrgico, chegar ao governo.***

***...sua pedagogia permitiu que os pobres se tornassem sujeitos políticos.***

***...graças às suas obras descobriu-se que os pobres não produzem discursos abstratos, mas plásticos, ricos em metáforas.***

***Não moldam conceitos; contam fatos.***

***Nos fez entender: o que existe são culturas paralelas, distintas e socialmente complementares.***

***Ao longo das últimas quatro décadas, seus alunos foram emergindo da esfera da ingenuidade para a esfera da crítica.***

***Lula, professor, é a expressão mais notória desse processo. Por este novo Brasil, muito obrigado, professor Paulo Freire.***

**Frei Betto**

## SUMÁRIO

RESUMO .....	08
ABSTRACT .....	09
INTRODUÇÃO .....	10
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA A VALIDAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS.....</b>	
16	
1.1 A ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO NO MUNDO ATUAL.....	17
1.2 DA PREOCUPAÇÃO COM O CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL .....	19
1.3 DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE .....	23
1.4 O COOPERATIVISMO COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO .....	27
1.5 COOPERATIVAS: UM MEIO DE OBTER DESENVOLVIMENTO COM EMANCIPAÇÃO E LIBERDADE? .....	31
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>AS INCUBADORAS DE COOPERATIVAS E A CRIAÇÃO DA ITCP/UFPR.....</b>	
41	
2.1. AUTOGESTÃO E COOPERATIVISMO .....	43
2.2. A IDÉIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A INCUBAGEM .....	46
2.3. A HISTÓRIA DAS ITCPs NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DA REDE .....	51
2.3.1. A Experiência Pioneira do Rio de Janeiro .....	51
2.3.2 O Surgimento de Outras ITCP'S e a Criação da Rede Universitária .....	53



2.3.3	Os Princípios do Cooperativismo e As Cooperativas Populares .....	58
2.4	A PERSPECTIVA FILOSÓFICA DAS INCUBADORAS.....	60
2.5	A ITCP/UFPR .....	66
2.5.1.	A Criação da ITCP/UFPR .....	67
2.5.2.	Recursos Humanos .....	69
2.5.3.	Recursos Materiais .....	73
2.5.4.	O Processo de Incubação .....	75
2.5.5.	Parcerias/ Políticas Públicas .....	76
2.5.6	As Experiências de Atendimento da ITCP/UFPR.....	78
2.6	O FUNCIONAMENTO DAS ITCPs NO BRASIL: ALGUMAS COMPARAÇÕES .....	83
2.6.1	Sobre A Criação .....	83
2.6.2	Recursos Humanos .....	85
2.6.3	Recursos Materiais .....	87
2.6.4	O Processo De Incubação .....	88
2.6.5	Parcerias .....	89
2.6.6	As Experiências das ITCP's no Brasil .....	90

### **CAPÍTULO III**

	<b>COOPERATIVAS POPULARES E DESENVOLVIMENTO HUMANO.....</b>	<b>92</b>
3.1	A AÇÃO EXTENSIONISTA DA ITCP NAS COMUNIDADES .....	94
3.2	ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS .....	96
3.2.1	COOPERCAMP - Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Capital Paranaense .....	96
3.2.2	COEMBRA – Cooperativa de Embalagens Brasil .....	103
3.2.3	Cooperativa SERRAMAR.....	113

3.2.4	Cooperativa DE TAXISTAS .....	121
3.2.5	COOPERTECH – Cooperativa da Tecnologia da Informação .....	128
3.2.6	COOPERTEL - Cooperativa dos Trabalhadores em Telecomunicações e Informática do Paraná .....	132
3.2.7	O caso de TIJUCAS DO SUL .....	137
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>147</b>
<b>ANEXO .....</b>		<b>152</b>

## RESUMO

Esta dissertação apresenta uma reflexão sobre o cooperativismo popular e constitui ao mesmo tempo um registro analítico da experiência desenvolvida pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR), como instrumento para a organização social e produtiva de comunidades destituídas dos bens sociais. Esta dissertação estuda a ITCP/UFPR, desde a sua criação até as atividades desenvolvidas em meados de 2002. A ITCP/UFPR procurou se constituir em uma das alternativas possíveis face aos impasses enfrentados na atualidade, com a pobreza que persiste apesar do crescimento da produção e do desenvolvimento tecnológico. A decisão de conceder um foco privilegiado ao desenvolvimento humano fundamenta-se na convicção de que o cooperativismo constitui uma das formas de promovê-lo. Quanto ao embasamento teórico, destacamos o pensamento de Amartya Sen, afirmativo da liberdade como objetivo e condição para o desenvolvimento; o de Boaventura de Souza Santos, que mostra o sentido emancipatório da sustentabilidade para se construir uma sociedade mais justa; e o de Paul Singer, contextualizando toda esta discussão no âmbito da economia solidária. Encontramos também em Paulo Freire a ênfase no papel da extensão universitária no sentido da emancipação e do empoderamento do ser humano. A atividade da Incubadora, seus fundamentos filosóficos e metodológicos, assim como seus princípios, metas, recursos e funcionamento, foram aqui abordados, destacando seus vínculos nacionais e internacionais, mas especialmente enquanto integrante da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Esta rede destaca a importância do domínio conceitual e metodológico como pré requisito e condição necessária para a realização dos objetivos de um cooperativismo autenticamente autogestionário. Registra-se mais detidamente nesta dissertação sete das experiências de incubagem de grupos comunitários realizadas no âmbito da ITCP/UFPR com pessoas da região de Curitiba e do interior do Estado que atuam no serviço de limpeza hospitalar, na produção de embalagens de madeira, no artesanato, no transporte, na telefonia, na informatização, e na pesca. São analisadas as parcerias, os resultados alcançados, os êxitos, acertos e desacertos, destacando o papel da Incubadora no estabelecimento e implantação das estratégias de atuação destas cooperativas.

Palavras chave: cooperativismo, cooperativa popular, desenvolvimento humano, Incubadora, autogestão, emancipação e liberdade.

## ABSTRACT

This dissertation focuses on the so-called “popular cooperativism”. At the same time, it represents an analytical rehearsal of the experiences of the Technological Incubator of Popular Cooperatives of the Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) as a way to organize both socially and productively some communities dispossessed of all the social goods. The dissertation studies the ITCP/UFPR since its foundation until the vities developed in mid 2002. The ITCP/UFPR tried to build one of the possible alternatives to face our contemporary problems, especially the persistence of poverty in spite of the growth of production and of the technological progress. A privileged space was here given to the idea of human development, based on the belief that cooperativism constitutes on of the ways to promote it. As for the theoretical foundations, some authors must be mentioned, especially Amartya Sen, who stresses the importance of freedom as an aim of development and as a required condition to achieve it; Boaventura de Souza Santos, who points at the emancipatory character of sustainability to obtain a more fair society; and Paul Singer, who brings this discussion into the literature on the so-called “*economia solidária*” . We found in Paulo Freire the emphasis on the role of the University to help in the promotion of freedom and in the empowerment of the human beings. The activities of the ITCP/UFPR, its philosophical and methodological foundations, its principles, goals, resources and ways of operation were studied here, putting in relief its national and international relations, especially as a member of the Academic Web of Technological Incubators of Popular Cooperatives. This web emphasizes the importance of the mastery of the conceptual and methodological issues as a requirement and as a condition for the attainment of an authentically self-managed cooperativism. Seven experiences of the ITCP/UFPR with the incubation of groups from different communities are analyzed in this dissertation. These communities include people from the area of Curitiba as well as of the rest of the State of Paraná, working in the cleaning of hospitals, in the production of wooden packages, with arts and crafts, in transportation, in communications, with software and with fishing. We show their relation with the ITCP, the results achieved, with their successes and problems, stressing the role of the ITCP in defining and guiding the strategies of the cooperatives.

Key words: cooperativism, popular cooperative, human developement, incubators, self-management, emancipation, freedom.

## INTRODUÇÃO

As enormes transformações socioeconômicas que assistimos hoje afetaram e afetam uma parcela cada vez maior da população. O controle da tecnologia amplia as vantagens das corporações privadas e no lado humano isso tem sido responsável por uma maior alienação das pessoas, fazendo-as crer que este é o único caminho que permite alcançar o desenvolvimento. O fato é que a pobreza e a desigualdade são também conseqüências deste modelo econômico. Em particular verifica-se que este modelo de organização das atividades produtivas cria um grupo importante da população que fica estruturalmente excluído do mercado de trabalho. Surge então a preocupação quanto à saída que pode ser proposta a estas pessoas para que alcancem condições materiais dignas para sua existência.

A forma e condições de inserção desta população mais pobre não pode ser efêmera, já que tratamos de um fenômeno estrutural que aprofunda a distância entre classes de pessoas, com o crescimento do capital e a concentração do poder. Mas, além da exclusão de muitos, o sistema capitalista também oferece emprego para muitos outros. Todavia, este mesmo emprego, embora preferível ao desemprego, também é motivo de preocupação. Uma longa tradição de pensadores críticos tem apontado os problemas da relação de assalariamento, e muitos têm procurado encontrar alternativas para organizar as atividades produtivas em outras bases. Uma das possibilidades que vem sendo tratada há quase dois séculos, é a de organizar os trabalhadores em cooperativas, nas quais não existem diferenças entre patrões e empregados pois nelas os trabalhadores são proprietários da firma. Com seus altos e baixos, a heróica tradição do movimento cooperativista se manteve viva até nossos dias. Recentemente, inclusive, tem sido revigorado, e conceitos como economia solidária, autogestão, cooperativas de crédito e de consumo, clubes de troca, coletivos de trabalhadores, etc. encontram-se na ordem do dia na agenda de muitos movimentos sociais e nas linhas de pesquisa de muitos acadêmicos.

Da combinação do problema do desemprego estrutural dos setores excluídos com a tradição do movimento cooperativista tem surgido um significativo movimento de cooperativismo popular. A presente dissertação resulta de quatro

anos de experiência e reflexão sobre o cooperativismo popular como instrumento para a organização social e produtiva de comunidades empobrecidas, utilizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR). Esta Incubadora foi criada nesta universidade mas forma parte de um movimento maior de ITCP's, que envolve várias universidades do país, das quais algumas mantém relações com experiências desenvolvidas por universidades de outros países.

Sendo a ITCP/UFPR uma atividade de Extensão, como mencionado no Relatório de Gestão 1998/2002

o programa permite que estudantes sejam atores significativos do desenvolvimento, cria fundamentos para a pesquisa aplicada e resulta numa importante experiência de trabalho, no qual, como bolsista ou estagiários, elaboram e realizam, sob orientação, um plano de intervenção na comunidade. (UFPR, 2000 p. 106)

Para desenvolver nossa dissertação, começamos com um capítulo que discute os princípios que orientam nosso trabalho. Nossa preocupação com o cooperativismo se baseia na convicção de que este é um caminho fundamental para ajudar no desenvolvimento humano. Para a compreensão da teoria do desenvolvimento humano, no primeiro capítulo relacionamos, entre tantos, o pensamento de alguns autores cujas contribuições e referenciais convergem para o embasamento necessário à análise que se pretende do cooperativismo popular. São enfoques que privilegiam o ser humano, os valores de solidariedade e equidade. De Amartya Sen trazemos a questão da liberdade como objetivo e condição para o desenvolvimento. Em Boaventura de Souza Santos destacamos o sentido emancipatório do processo como um conjunto, com vistas a sustentabilidade de uma sociedade mais justa. E, como questão de fundo, está o pensamento de Paulo Freire, no qual encontramos o sentido da emancipação e do empoderamento do ser humano.

No segundo capítulo, busca-se contextualizar a atividade da Incubadora e seus fundamentos filosóficos metodológicos, seu histórico, princípios, metas, recursos e funcionamento. Algumas comparações, a título esclarecedor, com experiências semelhantes são, também, rapidamente abordadas.

No terceiro e último capítulo, registra-se algumas das experiências de incubagem de grupos comunitários realizadas no âmbito da ITCP/UFPR, identificando resultados alcançados nestas experiências, destacando o papel da Incubadora ao estabelecer e implantar estratégias de atuação.

Ao final, efetuamos algumas considerações conclusivas a respeito do processo de incubagem, potencialidades, problemas e dificuldades, com destaque especialmente aos aspectos pertinentes do desenvolvimento humano.

## **CAPÍTULO I**

### **DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA A VALIDAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS**

A reestruturação produtiva e a precarização das relações de trabalho, somadas à internacionalização da economia, têm agravado progressivamente a situação da população, especialmente a menos favorecida e mais vulnerável em termos de qualificação e competitividade no mercado de trabalho.<sup>1</sup> Deste processo resulta que na atualidade os empregos formais estão sendo consideravelmente reduzidos, assim como as possibilidades de geração de trabalho e renda pela forma tradicional.<sup>2</sup>

As implicações da revolução tecnológica podem ser absolutamente drásticas para muitos países que não têm como administrar a liberação da mão-de-obra da indústria e da agricultura, não mais absorvida pelo setor de serviços na proporção de algumas décadas atrás. O que separa a era industrial da era da informação é que essa requer somente uma pequena elite de força de trabalho com altos níveis de formação: é o fim do trabalho remunerado massificado. Tal polarização provoca uma profunda instabilidade política econômica e social.

O setor de serviços que historicamente tem aumentado sua participação na economia chegou a taxas de crescimento duas vezes maiores que as do setor secundário, tendo absorvido contingente significativo da população economicamente ativa. A questão a ser enfrentada é o que fazer com esta população excedente e como conseguir que ela compartilhe os benefícios desta transformação de maneira que possa traduzir-se em melhores condições de vida para as pessoas.

---

<sup>1</sup> Sobre reestruturação produtiva ver Braverman (1974), Harvey (1989), Carleial e Valle (1997), Dedecca (1998) e Carleial (2001) entre outros.

<sup>2</sup> Sobre globalização ver Singer (1999), Souza (2001), Schultz (2001), Santos (2002a, 2002b)



## 1.1 A ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO NO MUNDO ATUAL

A partir da chamada Revolução Keynesiana, os mais diversos países do mundo passaram a adotar medidas intervencionistas para resolver suas crises de demanda, ou para alcançarem o tão esperado desenvolvimento econômico via investimento estatal. Também porque a democracia só é possível no capitalismo se houver uma maneira de reduzir antagonismos para que atenuem ou inibam as convulsões sociais. Em termos de regulação, o Estado é entendido como a totalização, ainda que contraditória, de um conjunto de compromissos institucionalizados que criam regras e regularidades nas formas de se financiarem, que se complementam com os compromissos institucionalizados para garantir o próprio sistema capitalista (BOYER, 1990).

A vulnerabilidade das economias dos diferentes países do Terceiro Mundo, obrigados a implementar políticas de ajustes estrutural, é resultado do conjunto de instituições de uma sociedade que é cada vez mais global e internacionalizada. Problemas de desemprego e distribuição de renda ocorrem de formas diferentes no tempo e no espaço. Os problemas econômico e financeiro destes países nas últimas décadas condicionaram as decisões políticas de implementação do ajuste que são influenciadas pelas várias instituições e estabelecem-se nas relações socioeconômicas dos diversos segmentos da sociedade ou nas relações de mercados.

Dentre as instituições de uma sociedade, o mercado é uma das que filtra a política econômica de diferentes formas, de acordo com a organização estabelecida. As instituições sociais modificam os efeitos esperados. Diferentes padrões de desenvolvimento que atingem o crescimento econômico não se traduzem necessariamente em benefícios no desenvolvimento humano. A prioridade explicitada no discurso teórico que relaciona variáveis intervenientes fica relegada por outros, não explicitadas, que orientam as regras e decisões políticas.

As mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais resultantes de processos inovativos têm alterado os padrões de concorrência e comportamento das firmas com impacto sobre as estruturas de mercado. Em muitos casos a resposta tem sido a busca por flexibilidade que inclui novas técnicas

organizacionais, de gestão da força de trabalho e de práticas inovadoras, além de redes de subcontratação que normalmente precarizam o mercado de trabalho. Enquanto 'novos arranjos', requerem um aparato institucional a ser ainda construído para preservar os ganhos para todos, via organização governamental (CARLEIAL, 2001), este processo de reestruturação produtiva tem exigido mudança de comportamento do trabalhador, o qual sofre seus efeitos mais nefastos.

Algumas situações são, particularmente, dramáticas. O Brasil tem sido um exemplo disso, embora não esteja só: o país encontrou-se mergulhado em recessões sucessivas, sem tempo de recuperar-se dos seus efeitos, fenômeno que é parte integrante de uma crise internacional. A demolição de diversas economias nacionais nas décadas de 80 e 90 foi acompanhada pelo mundo com ansiedade. Para SINGER (1999), a essência do ajuste neoliberal é adequar a dinâmica econômica à demanda externa, com estrangulamento fiscal e monetário da demanda interna. Esta política não comporta portanto outros objetivos como melhorar o nível de emprego da mão-de-obra ou a capacidade instalada no país.

Para Márcio POCHMANN (2000), a mobilidade social contribui para tornar favorável as perspectivas em relação ao futuro e, no Brasil, entre os anos 30 e 80 são elevados os indicadores neste sentido. No entanto esta situação reverteu-se rapidamente nas duas últimas décadas e, em 1999, de cada 10 jovens brasileiros, 7 não acreditam ter condições de viver e trabalhar melhor que seus pais. Para esse autor, as duas principais razões para esta perda de otimismo são:

de um lado, a estrutura social do país, movida por enorme desigualdade econômica e marcada pelos indicadores de pobreza, analfabetismo e violência... e, de outro lado, o caminho seguido pela economia nacional tem colocado mais dificuldades que facilidades... o baixo dinamismo econômico impede a criação dos empregos necessários aos jovens... (p.5)

Há, além disso, outros fatores que complicam essa situação. Por exemplo, o gênero e a raça são fatores que amplificam essas desigualdades, fenômeno que conta com raízes profundas na cultura brasileira. Veja-se que, por exemplo, os homens recebem em média um salário 42% superior ao das mulheres, ao mesmo tempo que os negros e pardos ganham, em média, de 40%

a 50% menos que os brancos. O índice de desenvolvimento humano (IDH)<sup>3</sup> da população afro-brasileira que varia entre 0,575 a 0,607, está muito abaixo da média nacional que é de 0,796. Mais do que pela ausência estrutural de recursos econômicos, a gravidade da situação social brasileira se explica pelo altíssimo índice de desigualdade. (CORRÊA e ROQUE, 1999)

Em pleno século XXI as promessas de desenvolvimento resultaram em grande frustração para a imensa maioria de pessoas no mundo, especialmente para aquelas que se vêem impotentes para dele participar, não só porque estão circunstancialmente fora do processo, mas porque não lhes cabe um papel definido. Estas pessoas, portanto, passam a ser um problema social, fruto das contradições do próprio sistema, e, a ter um problema pessoal ao acreditar que estão sobrando, ou seja, que não existe um lugar para elas; sua sensação é de que se constituem em obstáculos problemáticos, cuja existência é indesejável.

Se o futuro depende das ações presentes baseadas nas nossas escolhas, para mudar este quadro precisamos então de objetivos claros assim como de instituições e de normas de comportamento que permitam construir essa situação melhor, identificando e avaliando apropriadamente as variáveis relevantes. Desenvolvimento então não pode ser entendido como algo abstrato; ao contrário, deve ser ampliado com a perspectiva da noção de desenvolvimento humano sustentável que incorpora as idéias de prosperidade e distribuição, as questões das externalidades, a avaliação do bem-estar associado ao peso do produto nacional e o desemprego, entre outras inúmeras variáveis.

## 1.2 DA PREOCUPAÇÃO COM O CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL

A evolução do conceito de desenvolvimento, da idéia de crescimento à de sustentabilidade, tão em voga nos dias de hoje, incorpora teoricamente e sem grandes divergências a noção de que o ser humano deve ser o personagem e beneficiário principal deste processo. No entanto, o capital não deixa de ser o

---

<sup>3</sup>O índice de desenvolvimento humano – IDH, das Nações Unidas, foi desenvolvido com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. O IDH é um indicador sintético que conjuga três indicadores: longevidade, educação e rendimentos per capita.

centro das atenções na atividade econômica e o determinante das regras que se estabelecem nas suas relações, comprometendo assim, a afetividade e a solidariedade de ser humano, e, provocando os habituais questionamentos quanto à sustentabilidade de todo o desenvolvimento da humanidade.

As forças de mercado acumularam, ao longo da sua evolução, desigualdades internas e entre países. O crescimento em volume e a variedade das trocas comerciais não tem garantido efeito estimulante às nações menos desenvolvidas. Embora a integração regional e o desenvolvimento sejam questões atuais, problemas de determinação do escopo para especialização lucrativa, da estrutura de produção apropriada e da distribuição igualitária dos benefícios entre os participantes nos intercâmbios, tem perspectivas de solução cada vez mais remotas, para não dizer o quanto esta questão é polêmica do ponto de vista econômico e político. A idéia difundida entre economistas de que a dimensão do 'bolo' tem mais importância que sua divisão já não é convincente. Não se tem a ilusão de que a parte de cada um irá aumentar automaticamente (CHENNERY,1979). Ao contrário. A concentração da renda e do poder, alcançaram no mundo níveis escandalosos e desesperadores para nações inteiras (SINGER, 2000 p. 81). O problema da repartição tem a ver com o desenvolvimento do homem e está no imaginário das diferentes sociedades, associado às respectivas culturas, valores, visões de mundo e perspectivas do futuro.

A preocupação macro ambiental dos 'limites do crescimento', já manifesta no informe do Clube de Roma no início dos anos 70, faz parte dos debates sobre o que significa desenvolvimento econômico. Estes questionamentos foram inicialmente formulados quando, ao final da década de 60, surgem com bastante força os críticos da sociedade industrial. Os possíveis efeitos catastróficos deste modelo de civilização industrial colocou em discussão os riscos do avanço tecnológico e as ameaças aos ecossistemas biológicos, assim como as que dão suporte à economia.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Obviamente, já existiam antes dos anos 60 análises críticas quanto aos descaminhos da sociedade industrial, especialmente nos seus impactos sobre a biosfera. Mas certamente é só a partir dos anos 60 que este assunto sai das preocupações de uns poucos especialistas para entrar na grande agenda política. Veja-se a respeito SWANEY (1987)

O mercado não capta os custos ambientais da atividade produtiva, pois a racionalidade privada não incorpora os limites da degradação da natureza e muito menos suas conseqüências. A idéia de que estes custos de produção não continuem a ser encobertos, de maneira que os poluidores devam pagar à sociedade pelos danos causados, subsidiou, na década de 80, a formulação de alguns mecanismos econômicos que se constituem em instrumentos de mensuração e regulação da atividade produtiva em relação à natureza: impostos sobre poluição, cotas sobre emissão de poluentes, conversão da dívida em investimentos na natureza e contabilização dos recursos naturais. Os diversos eventos preocupados com o habitat realizados nas últimas décadas fizeram evoluir legislações e regulamentos em grande parte das nações industrializadas.<sup>5</sup>

Apesar da frase já popularizada 'a pobreza é a maior das poluições', houve pouco progresso na solução concreta dos problemas oriundos do crescimento dos países em desenvolvimento, tanto em termos de meio ambiente propriamente dito, quanto em termos da qualidade de vida da população. Talvez a razão da permanência desses impasses esteja na lógica do crescimento econômico que incorpora apenas lateralmente as conseqüências ambientais e humanas.

Numa sociedade heterogênea e complexa como a nossa, não se pode prescindir da direção governamental para o desenvolvimento sustentável do país. Um crescimento que respeita os limites da reprodução dos recursos naturais e humanos seria possível com a ação conjunta do governo e da sociedade civil. O Estado nacional, na sua função de regulador de mercados, a iniciativa privada, as empresas, as *ONG's* e associações comunitárias, podem prestar sua contribuição para reduzir os altos custos sociais e ambientais do progresso técnico, como afirma Ignacy SACHS (1986).

O caminho mais eficaz do equacionamento de problemáticas estruturais aponta para a ampliação da cidadania<sup>6</sup>. Assim, a alteração de uma lógica maior não decorre de decisões tomadas de forma centralizada e burocrática; ela se imprime antes na ampliação dos aspectos econômicos, políticos e culturais dos cidadãos.

---

<sup>5</sup> A respeito da responsabilidade e balanço social da empresa ver também BESSA (2001).

<sup>6</sup> Sobre cidadania ver FERNANDES (1994), SPINK (1994), ARAÚJO (2000), e CORRÊA (2000) entre outros.

Os aspectos teóricos na discussão da sustentabilidade remetem ao conceito de desenvolvimento social, entendido, segundo MIDGLEY (1995) como promoção do bem-estar. Muitas vezes os autores que estudam essas questões dão fundamentalmente ênfase ao desenvolvimento com a sua universalidade e abordagem macro, efetuando apenas referências tangenciais ao desenvolvimento econômico, centradas na filantropia ou nas atividades básicas de assistência social.

Também revela-se uma tensão entre a política social e a econômica. A vinculação direta do bem-estar às políticas enfatiza a importância das intervenções sociais com o objetivo do desenvolvimento econômico. O termo desenvolvimento para a maioria das pessoas denota um processo de mudança econômica conduzido pela industrialização, que implica em outras transformações, sociais, urbanas ou de atitudes, sugerindo em última instância uma conotação de bem estar. A noção de desenvolvimento sustentável, identificada nas publicações do início da década de 90, enquanto preocupação internacional, também é associada ao bem-estar das pessoas. A perspectiva de revitalizar políticas sociais, face ao reconhecimento da necessidade da ação programada dirigida a regiões ou segmentos desprotegidos, se faz presente tendo em vista a escalada da concentração da riqueza.

O termo desenvolvimento sustentável, do mesmo modo, tem significados diversos. Podemos relacionar o desenvolvimento com equidade social aos critérios no uso do patrimônio natural comum. Mas sua real dimensão só será completada com a inclusão do que poderíamos identificar como a raiz do problema: a lógica do poder, que produz e reproduz a insustentabilidade. Vamos entender desenvolvimento sustentável como aquele que é capaz de atender as necessidades e demandas atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras poder também atender as suas (FELDMANN e BERNARDO, 1995).

O uso indevido desta denominação não lhe retira a potencialidade inovadora na mecânica da mudança social, recolocando a discussão do crescimento econômico e suas conseqüências (concentração de riqueza, aumento da pobreza e destruição ambiental) que não permitem soluções isoladas; ou seja, não se pode cair no grande equívoco de compreender a política ambiental como sendo só ambiental. Não há dúvida de que o desenvolvimento

político e institucional é condição para a sustentabilidade, pressupondo uma ação do Estado comprometida de fato com o próprio discurso, a exemplo do Brasil que produziu um documento para o Relatório para Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 e a Agenda 21.

### 1.3 DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE

Na concepção de Amartya SEN (2000), a expansão das liberdades reais deve ser a idéia central do conceito de desenvolvimento por duas razões: a avaliatória e a da eficácia. O autor relaciona a análise do desenvolvimento ao aumento da liberdade das pessoas, e ao da eficiência, à sua condição de agentes livres. Assim, os componentes constitutivos do desenvolvimento tais como o crescimento econômico, a renda per capita e os mecanismos de mercado, devem buscar a expansão de liberdades substantivas interligadas, não só como os fins primordiais, mas também como meios. Para ele "... a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação da liberdade econômica". (ibid p. 23) SEN comenta a relação entre 'capital humano' e 'capacidade humana' como uma expressão da liberdade: o primeiro, de modo bastante genérico, concentra-se na atuação dos seres humanos para aumentar a possibilidade de produção enquanto a segunda, no potencial das pessoas para fazer ou ser (liberdade substantiva) determinadas coisas que elas valorizam. Esta diferença valorativa está relacionada à distinção entre os meios e fins, além de cumprir papel importante na definição das políticas públicas. É uma característica da liberdade possuir aspectos diversos que se relacionam a uma variedade de atividades e instituições.

Alterar o quadro de desigualdades sociais ou as tendências excludentes na evolução das economias tem sido preocupação de muitos estudiosos. Amartya Sen recebeu o prêmio Nobel por sua contribuição à compreensão destes problemas. Ele salienta em sua obra a necessidade de análises integradas das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo multiplicidade de instituições e condições de agentes relacionadas de forma interativa: os papéis e inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais. Analisa a expansão e

a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, enquanto agentes ativos de mudança, como o principal fim e meio do desenvolvimento. Afirmar a importância intrínseca da liberdade humana em geral como sendo o objetivo supremo do desenvolvimento:

Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdade são empíricos e causais, e não constitutivos e compositivos... há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente... oportunidades sociais de educação e assistência médica complementam oportunidades individuais de participação econômica e política... (ibid p. 95).

Para abordar estes problemas, SEN desenvolve uma terminologia bastante inovadora; ele utiliza conceitos como 'funcionamentos', 'capacidades' (*capabilities*), 'bens materiais' e 'não materiais', 'custos de transação mensuráveis' e 'não mensuráveis'. Assim a noção de 'funcionamentos' representa como uma pessoa opera sua existência ou o que ela pode ser/fazer na condução da própria vida; esses funcionamentos resultam em liberdades desfrutadas. As combinações possíveis destes funcionamentos representariam suas capacidades. A capacidade de uma pessoa para realizar funcionamentos que ela valoriza fornece uma abordagem geral à avaliação de ordenamentos sociais (ibid p. 32 e 96). Este conceito de capacidades, portanto, é mais do que o caráter instrumental de habilidades, aptidão ou qualidade que uma pessoa tem para atingir determinado fim. Está relacionado, segundo o autor, ao conjunto de oportunidades relacionadas à existência humana.

Para SEN, a atribuição de valor por um indivíduo a determinados objetos e ações está ligada, entre outras coisas, ao valor que os atos humanos possam ter em si mesmos, sendo que essas escolhas não são puramente racionais, com o objetivo de maximizar benefícios e reduzir custos. Considera SEN a pobreza como a incapacidade da pessoa atingir os funcionamentos mínimos necessários à sua manutenção e de sua família. Neste enfoque, o trabalho e a renda são partes constituintes de estratégias de combate à pobreza e não um fim em si mesmos. Além dos bens materiais (casa, terra, rebanho ou renda monetária) é necessário ter a oportunidade concreta de usar um determinado recurso (crédito, saúde, educação, informação, tecnologia) como forma de exercer a cidadania, ou seja,



poder exercer e mudar direitos e obrigações. São processos de 'empoderamento', meios de expandir a capacidade das pessoas em controlar seu próprio futuro. Assim, os meios de vida referem-se ao conjunto de dimensões (produção, mercado, renda monetária, realização profissional, intelectual) envolvidas no estabelecimento de capacidades, na conquista de ativos tangíveis e intangíveis e na definição do comando sobre as mesmas. Os meios de vida têm sustentabilidade quando são capazes de manter ou expandir tais capacidades e bens não apenas no presente mas também para o futuro, superando tensões e choques sem causar prejuízos fundamentais à base de recursos naturais (SEN, 2000a, p.92 e 2001 p.86).

SEN procura demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Assim, o crescimento do Produto ou Renda Nacional pode ser muito importante como meio para expandir liberdades, mas as disposições sociais e econômicas e os direitos civis também são determinantes do desenvolvimento. Logo, se a liberdade é o objetivo mais abrangente do desenvolvimento, o progresso, a modernização e outras variáveis que influenciam esse processo são meros meios ou instrumentos. Este enfoque do autor dirige a atenção para os fins do desenvolvimento (expansão das liberdades substantivas), onde está apenas o ser humano como objetivo principal, sem concorrência com o capital.

No mesmo sentido, Paulo FREIRE (1974) já afirmava a educação como prática da liberdade. Para ele, o conceito de desenvolvimento está ligado ao processo de libertação das sociedades dependentes, pois ele entende que o subdesenvolvimento não encontra razão em si mesmo, mas sim no desenvolvimento.

A transformação econômica para Paulo Freire, depende de seu pólo de decisão: de fora ou de dentro da sociedade. No primeiro caso a sociedade é simplesmente objeto de outros ('ser para o outro') e na segunda hipótese a sociedade se coloca como sujeito ('ser para si'). Ele considera que a liberdade dá sentido à educação, onde todos participam de maneira livre e crítica. A liberdade seria uma maneira de ser do homem e ponto de partida para a reflexão e discussão entre seres comunitários, seres individuais e concretos que se reconhecem como criadores da sua cultura (FREIRE, 1980, p. 50).

A marginalidade, com tudo que ela implica (fome, doença, promiscuidade ou impossibilidade de ser) não é, segundo Freire, uma opção. O homem marginalizado é objeto de violência. Ele entende que essas pessoas não estão 'fora de' mas são seres 'para o outro' e, portanto, o problema não se soluciona em tornarem-se 'seres no interior de' mas em pessoas que se libertam pois são homens e mulheres oprimidos no interior desta estrutura (FREIRE, 1977 p. 74).

A diferença, então, em considerar o homem marginal em vez de oprimido, está na mistificação da realidade em contraposição à ação libertadora. Quando se considera a hipótese do homem oprimido, não há alienação nas palavras e frases; superar a situação de opressão requer o ato de um sujeito cognoscente, em diálogo com o educador (op. cit. p. 75).

As transformações nos diversos campos de conhecimento (informação, comunicação, biotecnologia...) convivem paradoxalmente com alguns 'retrocessos' no campo social (alta vulnerabilidade a doenças que se considerava já erradicada ou sob controle, crescentes desigualdades sociais...). Os ideais de liberdade e igualdade como grandes motivadoras da construção da sociedade capitalista, hoje vitoriosa mas em crise, soam de forma ingênua nos discursos de contestação ou de reivindicação de direitos. Manter a paz a cada dia que passa deste novo milênio já parece uma conquista. Assim as divisões entre capitalistas e socialistas, reformistas e revolucionários, nacionalistas e internacionalistas tornaram-se anacrônicas ou incapazes de dar conta das clivagens que atravessam o mundo, como afirma Boaventura de Souza SANTOS (2002a, p. 13).

Para ele,

... a globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação de capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social é mais bem organizada quando sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos... (op. cit. p. 14).

#### 1.4 O COOPERATIVISMO COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO

Dados os questionáveis resultados das alternativas sistêmicas ao capitalismo tentados até a presente, resta pensar urgentemente em outras formas econômicas alternativas com potencial emancipatório, que têm acontecido no mundo todo, baseadas na igualdade, na solidariedade e preservação do meio ambiente. Seriam alternativas com conteúdo e formas características opostos aos do capitalismo, por não reproduzir desigualdades de recursos e de poder, sem conferir primazia ao benefício pessoal e tentando evitar a exploração crescente dos recursos naturais. Assim a solidariedade, a posse coletiva dos meios de produção autogeridos democraticamente com a efetiva participação das pessoas em vez da burocracia e o cuidado com as condições de vida da terra, representariam empreendimentos comprometidos com resultados qualitativamente diferentes destes que assistimos hoje.

Entre os esforços para procurar alternativas desse tipo, destacamos o projeto de pesquisa internacional 'Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos', coordenado há três anos por Boaventura SANTOS. Os envolvidos neste projeto apresentam sua Teoria do Desenvolvimento Alternativo no livro **Produzir para Viver - os caminhos da produção não capitalista**, segundo dos sete livros que serão publicados, agrupando análises teóricas e trabalhos empíricos que, embora adotem perspectivas variadas, partilham de um conjunto de pressupostos e propostas que considera a coluna vertebral da teoria.

Santos inicia esse trabalho com uma formulação baseada numa crítica de fundo à estreita racionalidade econômica. Contra a idéia de que o econômico é uma esfera independente da vida social, para cujo funcionamento se requer o sacrifício de bens e valores não econômicos, quais sejam, os sociais (i.e., igualdade), os políticos (i.e., participação democrática), os culturais (i.e., diversidade étnica), e os naturais (i.e., o meio ambiente). O Desenvolvimento Alternativo considera a economia como parte integrante da sociedade, subordinando os fins econômicos à proteção destes bens e valores (SANTOS, 2002a, p. 53-54).

Assim, genericamente, o desenvolvimento econômico e social é entendido como forma de promover melhores condições de vida para a população, especialmente os setores marginalizados. O desenvolvimento alternativo inspira-se nos valores da igualdade e da cidadania, com a inclusão plena dos setores marginalizados na produção e repartição dos resultados do desenvolvimento. Cabe destacar que esta teoria não rejeita a idéia de crescimento econômico, mas lhe impõe limites, subordinando-o a imperativos não econômicos.

Em segundo lugar, esta concepção de desenvolvimento é proposta a partir da base, dado que os atores das comunidades marginalizadas formam parte da sociedade civil, sendo sujeitos coletivos organizados e não objetos dos programas de desenvolvimento. Seu caráter coletivo 'gera um processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização' (ibid., p. 47).

Em terceiro lugar, privilegia-se a escala local como objeto de reflexão e de ação social, com estudos etnográficos das comunidades marginalizadas e com ações no âmbito local (ibid. p. 49).

E, por último, esta abordagem caracteriza-se pelo ceticismo quanto à idéia de que as únicas alternativas de organização econômica sejam ora a forma de produção exclusivamente capitalista ora o regime econômico centralizado e controlado pelo Estado. Em contraposição, defende este autor a iniciativa coletiva de organização econômica popular, com propriedade e gestão solidárias do capital, favorecendo estratégias econômicas autônomas que implicam em iniciativas baseadas na autogestão e construção do poder comunitário. (ibid)

Boaventura SANTOS distingue seis linhas fundamentais de pensamento e ação, segundo as quais as idéias de desenvolvimento alternativo têm penetrado na esfera da produção:

- 1) Movimentos Sociais, ONGs, comunidades e setores governamentais que promovem formas associativas de produção (i.e., associações de moradores, cooperativas de trabalhadores entre outros);
- 2) Movimento Ecologista, o qual deu dinamismo ao desenvolvimento alternativo desde o final dos anos 80 com a formulação do conceito de

desenvolvimento sustentável, o qual foi formulado em 1987 pela Comissão Brundtland, e definido como sendo aquele que 'satisfaz as necessidades do presente sem colocar em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades'.

- 3) Movimento Feminista, que desde meados dos anos 70 tem consolidado o movimento 'mulheres no desenvolvimento' e obtido reconhecimento do papel da mulher e do trabalho feminino no desenvolvimento econômico;
- 4) Programa de Apoio às Classes Populares, concentrado na prestação de serviços financeiros de pequena escala (microcréditos), facilitando o acesso a recursos necessários para implantar atividades produtivas para seu sustento. Ele identifica aí duas vertentes: uma encara o crédito como um instrumento importante a ser usado e a outra o vê como um fim em si mesmo, rejeitando associá-lo a projetos de construção de poder comunitário. Para SANTOS,

o problema desta concepção utilitarista e estreita do microcrédito é que concebe a incorporação marginal, individual e precária no capitalismo como única alternativa para os atores econômicos e populares e, desta forma, adota a leitura e as políticas neoliberais sobre a marginalidade e a informalidade (ibid. p. 50).

- 5) Movimentos Sociais Populares, no campo e nas cidades, reivindicando acesso à terra e à habitação que lhes permitam empreenderem atividades de produção alternativas;
- 6) Retorno ao local ou 'Relocalização', que são estratégias de regresso ao desenvolvimento local como a criação de bancos comunitários, campanhas publicitárias de estímulo ao consumo do que é produzida localmente, produção para o mercado local, intercâmbio de serviços entre membros da comunidade com base em sistemas alternativos de medição do valor do trabalho fundados no princípio de reciprocidade (Norberg-Hodge, apud SANTOS, 2002a p. 51).

Como exemplo das possibilidades de organização de empreendimentos cooperativos, vale mencionar a experiência da Associação de Moradores do

Conjunto Palmeira (ASMOCONP) que existe desde 1998 para fortalecer a economia local, propiciando crédito para produção e consumo à população do bairro, situado na zona sul da cidade de Fortaleza (Ceará), onde a comunidade criou uma moeda de circulação local, o 'palmar' e também o seu cartão de crédito o 'palmacard'. Esta iniciativa reabilitou o comércio da localidade e a auto estima dos moradores, orgulhosos de seu feito (PRORENDA, 2000).<sup>7</sup>

Cabe destacar também a distinção que Santos faz entre desenvolvimento alternativo por um lado e alternativas ao desenvolvimento do outro. Embora coincidam parcialmente (ênfase no local, promoção da autonomia universitária entre outros aspectos), distinguem-se ao radicalizar esta última a crítica à noção de crescimento<sup>8</sup>. A teoria do desenvolvimento alternativo propõe modificações e limites ao crescimento, sem pôr em questão a própria idéia de crescimento econômico, enquanto nas alternativas ao desenvolvimento há a rejeição total do paradigma (SANTOS, 2002a, p. 54). Nesta concepção o único desenvolvimento sustentável é o 'desenvolvimento sem crescimento' e assim, portanto, dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema.

Nesta mesma linha de discussão, Paul SINGER (2000) enquanto representante da chamada 'economia solidária' no Brasil, considera como empresa solidária aquela que nega a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção, considerando que o trabalho e o capital estão fundidos já que o trabalhador é o proprietário que trabalha na atividade, prescindindo assim da compra da força de trabalho. Nesta abordagem conceitual o autor equipara a Economia Solidária ao cooperativismo pois, além de ter nele sua origem, cultiva os requisitos que considera definidores da empresa solidária, quais sejam, a posse pelo trabalhador dos seus meios de produção, o não assalariamento, já que são os sócios aqueles que trabalham na cooperativa, e a tomada democrática de decisões sobre a condução do empreendimento bem como sobre o destino dos seus resultados. Constitui-se para ele num modo de produção inserido na formação social capitalista que é hegemônica. Segundo SINGER (2000), a economia solidária surge no Brasil nesta etapa histórica, em 1981/83, provavelmente como resposta à crise que levou várias indústrias a pedir

---

<sup>7</sup> Ver outras experiências de desenvolvimento local em Barbanti (1998), Silva e Dávila (2002), Santos (2002b) e Leoutte (2003).

<sup>8</sup> Sobre esta discussão ver SANTOS (2002a).

concordata e entrar em processo falimentar. A economia solidária abraça o cooperativismo na sua visão mais política, pois nele cabe o empoderamento desse ser contraditório por natureza, competitivo mas também solidário, que é o ser humano.

### 1.5 COOPERATIVAS: UM MEIO DE OBTER DESENVOLVIMENTO COM EMANCIPAÇÃO E LIBERDADE?

A ausência de respostas macroeconômicas para solucionar a questão da pobreza e os problemas dela decorrentes, exceto os de distribuição regional ou setorial através de estímulos criados pela política econômica, deram lugar às intervenções locais para alcançar resultados mais efetivos. No entanto, os requisitos preconizados pela área econômica, como qualificação de mão de obra, escala de produção e equipamentos com tecnologia de ponta para enfrentar a concorrência e acumular capital, não estão ao alcance da população mais pobre. A natureza do desenvolvimento relacionada com as realizações materiais, as capacidades, a expectativa de vida ou direitos humanos, está intrinsecamente vinculada às oportunidades de escolha que permitem a cada um levar a vida que gostaria. As escolhas não dependem necessariamente do acúmulo de riquezas obtido mas sim do acesso às informações e do grau de cooperação que existe entre os membros de uma comunidade. A importância do cooperativismo no mundo hoje reside em que ele é uma organização capaz de mudar comportamentos, atuar com outra racionalidade, e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras. E espera-se que os modelos de sucesso fornecidos pelas cooperativas existentes estimulem a sua imitação por outros, alcançando um efeito multiplicador.

Todavia, nem todas as vozes que criticam a sociedade atual alimentam grandes esperanças no cooperativismo. Um dos mais importantes pensadores contemporâneos, Noam CHOMSKY, parece cético quanto à capacidade do cooperativismo para resolver muitos dos problemas atuais, conforme ele manifesta numa entrevista a David Barsamian. Com efeito, ao falar sobre a

cooperativa de Mondragón<sup>9</sup> CHOMSKY (1999) a caracteriza como uma instituição humana bem menos totalitária do que uma empresa, mas sem compromisso com o crescimento sustentado. O autor insere sua reflexão na análise que ele faz da situação do mundo contemporâneo. Para ele, os objetivos da globalização não são explicitados; ele considera que as instituições políticas do continente, embora formalmente com regimes legais e democráticos, respondem mais a interesses internacionais e a grupos oligárquicos nacionais que aos da maioria da população. Para ele o Estado de Direito, tão importante para a vida democrática, encontra-se em condições precárias, apesar do que é sustentado pela maior parte dos governos. Assim, a dupla linguagem dos centros de poder financeiro internacional desmistifica o livre mercado, central no discurso neoliberal, ao praticar cada vez mais novas formas de protecionismo e sujeitando o ser humano para defender seus interesses. Segundo ele,

A destruição dos antigos Estados nacionais constituiu, desde o princípio, um objetivo central das políticas da *globalização*. A revisão do que foi o processo latino-americano dos últimos anos assim o confirmou. O dismantelamento do quadro constitucional e jurídico de boa parte dos países do continente para suprimir-lhes as antigas formas de posse da terra, as garantias dos trabalhadores e dos sindicatos, do salário mínimo aos contratos coletivos de trabalho, os direitos da nação sobre o subsolo e o espaço aéreo, bem como os sistemas de segurança social ou as universidades públicas, ocorreu em menos de duas décadas e está tendo efeitos cujos limites ainda não é possível prever, em razão da pouca resistência que lhe interpõe, mas que não deixam lugar para dúvidas: os Estados latino-americanos encontram-se num processo de involução, pois, atrás do discurso neoliberal, que promete uma maior igualdade de oportunidades, são muito claros os sinais de crescentes desigualdades econômica, social e cultural, os quais só podem ser asseguradas mediante o fortalecimento dos aspectos autoritários dos regimes atuais (CHOMSKY, 1999, p. 14).

Para CHOMSKY, a teoria do capital humano, o conceito da produtividade e a noção da rigidez dos mercados de trabalho são os três paradigmas

---

<sup>9</sup>Sobre a experiência de Mondragon, uma grande cooperativa de trabalhadores da região basca, na Espanha, atuando em uma variedade de indústrias diferentes com grande êxito econômico, ver WHYTE e WHYTE (1991)



ideológicos de maior relevância na atualidade. No sentido da construção ideológica dominante, na qual o desenvolvimento econômico e educativo entram em feliz aliança, ocultando seus verdadeiros interesses, a política trabalhista deve estar de acordo com as leis do mercado. “Segundo os teóricos do ‘capital humano’ o desenvolvimento dos países neocoloniais é responsabilidade primária deles mesmos, porque sua população não tem suficiente nível educativo para ser empregada...”. (op. cit. p. 128-130)

Mas no atual cenário de incertezas e riscos, fruto de mudanças intensas ainda em curso, ressurgem com intensidade formas associativas de organização econômica. O desenvolvimento econômico e a participação consciente das pessoas neste processo são compatíveis com a doutrina e a prática cooperativista em qualquer sistema econômico (PINHO, 1977). As cooperativas neste cenário possibilitam muitas vezes a oportunidade de trabalho e um melhor nível de renda, neste e em outros sistemas econômicos, viabilizando condições mais favoráveis de inserção no mercado, fortalecendo a cidadania, a dignidade e a auto-estima das pessoas.

Entre os marxistas o assunto é polêmico, não havendo muita convergência. Nos teóricos do socialismo as apreciações sobre cooperativismo são múltiplas: uma das mais típicas vê as cooperativas no mundo capitalista como um conjunto mais ou menos denso de ilhas incapazes de contrariar a dinâmica global do sistema, embora funcionando como barreiras defensivas de alguns setores, através das cooperativas de consumo, de habitação, de crédito ou agrícolas. Considerado como um dos aspectos do associativismo operário nos primórdios do movimento cooperativista, estas concepções lhes atribuíam lugar e lhes assinalavam limites variáveis ao uso do conteúdo dos seus esquemas utópicos de transformação social como assinala Rui NAMORADO (1974, p. 10). Os debates concordam acerca da remota possibilidade do cooperativismo substituir o capitalismo e das virtudes da cooperação na construção do socialismo. Portanto, a relação de concorrência com o socialismo como alternativa ao capitalismo, e a relação de complementaridade como meio de promover a socialização de certos setores da produção estariam descartadas. Assim, mantém-se apreciável valor defensivo no quadro do capitalismo que assume, em alguns de seus aspectos, um certo peso formativo e capacidade de difusão cultural, não assumindo, nunca como conjunto, qualquer veleidade de se

transformar numa via de superação do capitalismo, ou provocar uma inversão dos critérios gerais inerentes à lógica capitalista.

O otimismo de MARX expressado no extrato da 'Mensagem Inaugural ao Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores', em 1864, ao tratar da restrição legal de dez horas de trabalho como a vitória de um princípio, é ainda maior quando se refere ao movimento cooperativo, especialmente às cooperativas de manufatura:

... qualquer exaltação do valor destas grandes experiências sociais não poderá nunca ser exagerada. Por atos e não por palavras, provaram que a produção em grande escala, e segundo as exigências da ciência moderna, pode processar-se sem que uma classe de senhores empregue uma classe de **braços**; que os meios de trabalho para darem fruto, não têm necessidade de ser monopolizados para domínio e exploração do trabalhador; e que o trabalho assalariado assim como a escravidão, como a servidão, é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer perante os trabalhos associados, os quais passarão a dedicar-se às suas tarefas com braços ágeis, espírito atento e coração alegre (MARX, 1974a, p. 14-15 – grifo do original) .

Ele afirma o valor das cooperativas enquanto organizações criadas autonomamente, sem proteção de governo. No Programa de Gotha, 1875, ressalta a necessidade da consciência e participação para o enfrentamento real das leis criadas para alguns.

Talvez mais crítica, Rosa LUXEMBURGO (1974, p 31-33) considera que as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista e não podem ser meio para a realização do socialismo, pois constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Para ela, a contradição dos trabalhadores em relação a si próprios, no papel de empresários capitalistas, é a causa do fracasso das cooperativas; a qualificação superficial e banal de disciplina não é mais do que o regime absoluto que é inerente ao capital e que os operários não podem obviamente empregar contra si próprios. (op. cit. p.33)

LENIN (1974), por sua vez, considera que a cooperativa é encarada com desdém pela incompreensão da sua excepcional importância (garante a seus trabalhadores a propriedade dos meios de produção); segundo ele, seus críticos

não percebem sua potencial importância na transição mais facilitada para um novo estado de coisas. O autor considera também que o Estado deva estimulá-las, mais do que às empresas privadas, com seus fundos, apoiando-as no verdadeiro sentido da palavra, proporcionando-lhes privilégios de ordem econômica, financeira e bancária. Para ele, num estado capitalista, as cooperativas são instituições capitalistas coletivas. LENIN concebia a cooperativa como revolucionária após a revolução e não antes.

Apesar das divergências entre si, permanece evidente que, para os teóricos socialistas a instituição cooperativa tem um papel preponderante na preparação das pessoas para o trabalho em comunidade com o poder de decisão.

Segundo a definição adotada pela Aliança de Cooperativa Internacional - ACI - Américas/1995, '...cooperativa é a associação autônoma de pessoas agrupadas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade conjunta e controlada democraticamente.' Portanto constitui-se no conjunto de pessoas organizadas para obter benefícios mútuos do ponto de vista econômico e social. Resumir em uma só frase, ou de forma sintética, o conceito de uma instituição tão complexa, não é tarefa fácil; uma possibilidade seria dizer que o fenômeno chamado *cooperativa* se manifesta ao observador segundo o instrumento de observação ou ângulo que é apreciada. Se analisada pelo resultado... não visa lucro ... pelos objetivos... elimina intermediários... pela estrutura... o quadro social é formado por pessoas físicas... pelo lado econômico... organiza a distribuição eqüitativa da riqueza..., etc. (IRION, 1997 p. 181)

Pela lei brasileira nº 5.764/71, no seu artigo 4º, fica estabelecido que

as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de sócios, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital de cada associado, facultado, porém o estabelecimento de critérios de

proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade do voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das atividades de crédito, optar pelo critério de proporcionalidade;

VI - quorum para funcionamento e deliberação da Assembléia Geral, baseado no número de associados e não de capital;

VII- retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social;

IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (ibid p. 182-183).

Assim a cooperação ou *operação em conjunto* pressupõe uma coordenação de interesses e objetivos comuns ou convergentes de pessoas que são protagonistas da ação em relações associativas, preservada a independência e autonomia de cada indivíduo, sem prejuízo das decisões coletivas. As cooperativas propiciam a seus sócios a participação democrática nas suas decisões e definição dos seus rumos, além da apropriação dos excedentes gerados e da remuneração direta ao trabalhador, sem intermediários. O desafio de constituição de uma verdadeira cooperativa está na validação dos seus princípios e valores, elaborados e consagrados no mundo há mais de cem anos, fundamentando negociações éticas com a comunidade. A estrutura e instrumentos legais podem viabilizar a gestão e o controle democrático da organização e garantir aos associados direitos e deveres iguais. A própria lei, como visto anteriormente, estabelece os requisitos para outro tipo de relação profissional e social em relação às formas convencionais.

Ocorre com certa freqüência que as cooperativas estabelecem objetivos estritamente econômicos, desconhecendo os valores e princípios que pautam a atividade cooperativista. As cooperativas integram, organizam e administram

peças associadas que, em última instância, as justificam, pois elas existem para solucionar os problemas socioeconômicos dos seus membros e melhorar sua qualidade de vida, além de produzir bens e serviços que satisfaçam suas necessidades comuns baseando-se no esforço próprio e na ajuda mútua.

O pré-requisito da verdadeira cooperativa é traduzir os seus valores em ações e atitudes. Pressupõe portanto pessoas conscientes do seu interesse e da forma organizativa para atingi-lo. Ou seja, ter a compreensão do que é cooperativa no marco jurídico/conceitual e doutrinário, e exercer seu potencial. Muitas cooperativas alcançam objetivos econômicos (viabilidade econômica e financeira) mas não se diferenciam das empresas convencionais por não conseguir transpor para a prática a doutrina do cooperativismo. Inúmeras vezes as dificuldades decorrentes do desconhecimento dos preceitos doutrinários é só o primeiro obstáculo, pois conhecer e compreender somente não é suficiente para ultrapassar os aspectos formais da constituição de uma cooperativa: é preciso traduzir estes valores e princípios em ações e atitudes, praticar as regras estabelecidas democraticamente entre os cooperados no estatuto e no regimento.

Para garantir as bases mais genuínas do cooperativismo é preciso pautar-se nos princípios difundidos pela ACI (1998) e consagrados no mundo, tais como: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democráticas; participação econômica dos seus membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas; e compromisso com a comunidade. Assim os juros são limitados ao capital; a distribuição dos excedentes vinculados ao desenvolvimento da cooperativa, os serviços comuns ou entre sócios distribuídos na proporção de suas operações; a criação de fundos para viabilizar a educação permanente de seus sócios; a colaboração prática e rigorosa entre cooperativas para reforçar suas potencialidades; a autonomia da cooperativa preservada em suas relações externas para assegurar o controle democrático por parte dos seus membros; e, por meio de políticas aceitas internamente, comprometer-se com a continuidade do desenvolvimento da sua comunidade. Por isso não pode ser permitida, como ocorre nas 'pseudo-cooperativas', a precarização do trabalho ou a evasão fiscal.

Assim a autenticidade do empreendimento cooperativo vai além dos requisitos legais. É o exercício do direito, da validação dos valores e princípios

cooperativos no seu dia a dia. Considera-se o exposto portanto como pré-requisito de uma cooperativa autêntica: uma verdadeira cooperativa não é uma empresa convencional que busca a valorização do seu capital, acima de outros valores embora deva compatibilizar este padrão de comportamento diferente com a viabilidade econômica em termos de produtividade, competitividade e inserção no mercado.

Através das cooperativas, os trabalhadores de baixa remuneração podem desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de renda gerada pelo seu próprio trabalho. Constituem, portanto em alternativa viável de sobrevivência e emancipação econômica e social.

Populações destituídas dos bens sociais necessários para suprir a existência em termos do exercício da cidadania além das necessidades básicas, enfrentam, contudo, dificuldades de natureza diversa (pessoais, econômicas, culturais, institucionais entre outras), que representam verdadeiros obstáculos para que possam, isoladamente, organizar um empreendimento econômico-social que as beneficie mutuamente, como é o caso de um empreendimento cooperativo.

Os participantes vão conhecer os valores<sup>10</sup> e princípios<sup>11</sup> do cooperativismo, mas o maior desafio é a validação destes nas ações dos cooperados. Por isso as práticas sociais como fonte de conhecimento são para as universidades princípios inspiradores desta metodologia: o reconhecimento do sujeito, mas, sobretudo como sujeitos do saber, e o reconhecimento de que a prática de pesquisa não tem outro sentido que o de contribuir para a construção de uma sociedade justa, em que cada pessoa possa desenvolver-se como ser humano. (PENAGOS, 1998)

Assim, com este referencial, podemos inferir que as cooperativas ganham importância neste momento por representarem algo maior que uma resposta ao desemprego. Elas incorporam, na prática dos valores e princípios cooperativistas, o lado humano da economia reforçando assim o movimento de economia solidária que ressurgiu atualmente. Desenvolvimento para todos, e não apenas para

---

<sup>10</sup>Na Declaração de Identidade Cooperativa a ACI (1998) destaca como valores fundamentais das cooperativas a ajuda mútua, a responsabilidade, a democracia, a igualdade eqüidade e a solidariedade; e portanto a crença pelos membros dos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os outros

<sup>11</sup> Conforme a última revisão dos princípios cooperativistas que ocorreu em 1975 (ACI, 2002).

alguns, passa necessariamente por alterar as formas de relacionar-se com os demais, não só através da forma de apropriação da renda gerada, mas também da palavra, das ações, conhecimento, saúde dentre tantas outras. Processo muito semelhante ao da autogestão que caracteriza empreendimentos cooperativos onde se reaprende a participar enquanto sujeito da sua história.

Portanto, indo mais adiante com Boaventura SANTOS (2002a), definido o objetivo principal (o homem), os demais constituem caminhos escolhidos para alcançá-lo. Para o autor esse trajeto requer considerar as condições específicas que particularizam cada situação, ou seja a identificação e superação das fontes de privação de liberdade, como a pobreza, tirania, oportunidades econômicas, sociais, políticas entre outras. A análise detalhada das inúmeras formas pertinentes na busca do desenvolvimento, permite perceber as semelhanças com a doutrina cooperativa expressa nos valores e princípios mencionados anteriormente.

A economia solidária já foi um dos cinco temas do primeiro eixo das conferências do Fórum Social Mundial 2002 'Produção das Riquezas e Reprodução Social' que, pela segunda vez, aconteceu em Porto Alegre. O termo é usado 'para abranger todas as práticas e propostas que partilham esses princípios, podendo dizer que a Economia Solidária não quer se limitar à organização da produção, mas também o consumo organizado e consciente, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.' Foram destacados nesta ocasião alguns aspectos diferenciadores da produção capitalista e da solidária: a questão da propriedade social; a autogestão; a apropriação do tempo liberado pelo aumento da produtividade e a alternativa pós-capitalista de organização da sociedade. Assim, nas suas diversas formas, seria 'um projeto de desenvolvimento que visa a sustentabilidade, a justiça social e a democracia participativa... e ainda um poderoso instrumento de combate à exclusão social...'. (FÓRUM, 2002 p. 10-11)

Neste Fórum discutiu-se como a cultura do trabalho cinde-se da cultura do desenvolvimento humano porque é uma cultura apenas do trabalho moral, abstrato, de um trabalho socialmente impedido de se realizar, de se concretizar, impedido por um modo de produção estranho e alheio ao trabalhador. É uma cultura em que o desenvolvimento humano se dá apesar do trabalho, em que o trabalho inibe o desenvolvimento (ESTEVEVES, 2002 p.58).

Como o cooperativismo pressupõe e promove o ser humano completo, ativo, participante, consciente e capaz do exercício dos direitos e deveres, seus princípios vêm ao encontro das aspirações humanas. Na prática, as cooperativas apontam para a remuneração eqüitativa dos trabalhadores, donos dos meios de produção, e para a participação democrática na tomada de decisões sobre a cooperativa, propiciando novas formas de relacionamento de trabalho e remunerações mais eqüitativas.

No sentido estrito do termo, a concepção de cooperativismo tem o ser humano, no coletivo, como seu objetivo e, portanto, sua lógica não é guiada pelo lucro mas pelo benefício que pode proporcionar aos seus cooperados. Desse modo os resultados dos avanços tecnológicos incorporados ao processo traduzem-se em benefícios a todos os participantes, que passam sim pelo crivo do mercado mas também praticam a intercooperação e o respeito à comunidade do presente e do futuro, o que inclui a sustentabilidade que preserva o meio ambiente, a natureza e o homem do presente. Vale ressaltar que esta concepção tem resistido a quase duas centenas de anos e, mesmo nos dias de hoje, enfrentam os *lobbies* que buscam dentro do cooperativismo incorporar a idéia do lucro. O que se pode supor aí é o sinal verde para a contratação de empregados, já que o lucro seria a apropriação de excedente gerado no processo produtivo, ou, no dizer marxista, a apropriação do trabalho não pago.

Na realidade o problema que se apresenta é de quando os sócios não participam ou não estão conscientes do seu papel de cooperado, permitem que a direção atue livremente, estabelecendo metas próprias, desconsiderando, até pela própria ausência dos demais, o interesse do coletivo. A falta da atuação consciente e ativa dos membros de uma cooperativa pode permitir uma trajetória descomprometida dos objetivos e interesses dos seus integrantes. Assim o cooperativismo promete um mundo melhor, com igualdade na condição humana e pluralidade ideológica, embora diferente e novo para muitos, inclusive cooperados, que desconhecem sua doutrina e os valores que inspiraram este tipo de empreendimento, ou ainda, não acreditam ser possível contrapor-se aos objetivos individualistas que regem as escolhas no mundo hoje. Por isso, ele é até certo ponto, desconhecido e também por isso, encontra-se em construção.



## **CAPÍTULO II**

### **AS INCUBADORAS DE COOPERATIVAS E A CRIAÇÃO DA ITCP/UFPR**

Reconhecer a importância em sistematizar experiências como das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, transformando-as em objetos de estudo, é reconhecê-las também como práticas criativas além de possíveis alternativas de trabalho e renda à população destituída dos bens sociais.

As dificuldades em sistematizá-las, no entanto, residem exatamente no fato de constituir-se em laboratórios sociais onde os sujeitos envolvidos enfrentam, via de regra, a premência das ações concretas impostas pela realidade, seja daqueles que diariamente são obrigados a viabilizar sua sobrevivência e da sua família por um lado, seja pelo escasso tempo daqueles que sobrepõem tarefas e compromissos assumidos de caráter acadêmico e social nesta conjuntura, por outro. Por isso, a urgência das ações impossibilitam, na maior parte das vezes, um registro sistemático e sistematizado.

Nesta parte do trabalho pretende-se expor as condições da constituição da ITCP/UFPR, a estruturação da sua equipe, o estabelecimento das relações com a comunidade externa e interna, a escolha e adoção de princípios, concepções e métodos de trabalho, e a implementação das suas ações no âmbito acadêmico e comunitário. A abordagem, sempre que considerar-se esclarecedora, estabelecerá algumas comparações com as demais incubadoras, especialmente a partir do primeiro levantamento nacional, realizado recentemente para o projeto INCUBADORES, 2001<sup>12</sup>, dada a uniformidade que o instrumento de levantamento de dados e informações proporcionou.

---

<sup>12</sup> O projeto INCUBADORES 2001, ainda a ser publicado, é fruto do acordo de co-financiamento entre a organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) e a UNITRABALHO, realizada pela Rede de ITCPs; além da atuação das Incubadoras, o levantamento inclui também os Núcleos Locais da UNITRABALHO que atuam no campo da Economia Solidária.

A preocupação aqui reside em recuperar a experiência, expressar as representações dos seus sujeitos, teorizar o vivenciado e trazer os conteúdos teóricos relativos ao objeto e ao foco dado do desenvolvimento humano. A metodologia é entendida aqui como instrumento ou recurso para trabalhar a realidade além do senso comum. É uma sistematização em processo, da práxis reconstruída em torno de um dos inúmeros eixos possíveis, como é o caso das práticas sociais.

Buscar o conhecimento requer o uso de instrumentos, mas também o cuidado na sua escolha para não banalizar a riqueza da diversidade dos aspectos inerentes à realidade. Captar sua dinâmica e complexidade, através das condições contextuais nas quais se desenvolvem, é o desafio de uma proposta coletiva, possível a empreendimentos autogestionários como o das cooperativas populares. Por isso, nesta proposta, é o objeto empírico que orienta à teoria capaz de responder as dificuldades que enfrenta para ser decifrado.

À semelhança das Incubadoras de Empresas, que a partir de conceitos relevantes identificam e delineiam os papéis dos principais agentes envolvidos e os fatores determinantes do sucesso desses empreendimentos, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, além destas características, constituem-se em mecanismos que apresentam grande diversidade e heterogeneidade para sua implantação, operação e desempenho. O desafio amplia-se considerando que as metas das ITCPs ultrapassam o recorte do contexto da crise do sistema: trata também das conseqüências negativas provocadas pela própria crise, como a questão da pobreza e da exclusão. São realidades em cujo cenário, com dificuldades ampliadas, nada parece favorecer perspectivas muito otimistas: faltam, na população que se espera atingir, escolaridade, auto-estima, e recursos materiais e financeiros, além da descrença do próprio trabalhador e da sociedade na sua capacidade de intervenção. Por isso o resgate da confiança na própria capacidade, é o pré-

requisito para o desenvolvimento das fases posteriores, quais sejam, o processo preparatório, de implementação e consolidação da cooperativa<sup>13</sup>.

Quando se adotou o modelo autogestionário de empreendimento, à luz da doutrina cooperativista, o pressuposto do Programa foi da efetiva participação das pessoas no intuito de que se reconheçam enquanto indivíduos capazes de conhecer e exercer seus direitos. Os pressupostos e concepções que fundamentam sua atividade, estão no entendimento do papel da universidade na criação de empreendimentos cooperativos populares e da sua atividade extensionista.

Por isso, a exposição a seguir, será inicialmente, sobre estes entendimentos, autogestão e extensão universitária, para então discutir neste contexto o referencial metodológico e o processo de incubagem que atende o objetivo proposto, qual seja, da constituição de um empreendimento autogestionário onde seus atores são efetivamente os sujeitos da sua história, em que, portanto, o desenvolvimento humano é imprescindível!

## 2.1 AUTOGESTÃO E COOPERATIVISMO

Os procedimentos de incubagem adotados em cada situação e condições reais dadas devem garantir, além do sucesso do empreendimento, as condições de sua autenticidade, enquanto modelo de economia solidária, onde existe o espaço e o estímulo para a prática dos valores e princípios cooperativistas criados e reafirmados nos últimos séculos. 'A mudança do cara que passa a acreditar em si mesmo é a mais revolucionária de todas' (SEMINÁRIO,1998). A autogestão na Assembléia Geral e no trabalho, na produção e na administração, enfrenta, por um lado, padrões já cristalizados no sistema, por exemplo pela engenharia de produção, que concentra

---

<sup>13</sup>Em realidade, qualquer empresa de propriedade dos trabalhadores encontra-se em desvantagem numa economia onde a grande maioria das firmas está organizada de forma capitalista (veja-se por exemplo, os problemas para a constituição de firmas democráticas apontadas por PUTTERMAN, 1993) Ao analisar o caso de cooperativas de propriedade dos trabalhadores oriundos dos setores mais excluídos obviamente esses problemas se amplificam o que justifica a reivindicação de tratamento diferenciado mencionado anteriormente.

o poder e a informação da linha de trabalho e fora dela e, portanto, impõe a hierarquização. Para TAUILLE e DEBACO (mimeo, s.d.) não se pode afirmar a priori que as possibilidades de sucesso dos empreendimentos autogestionários sejam maiores ou menores. Por outro, como característica da estratégia de reestruturação capitalista, foram desenvolvidas novas formas de gestão dos recursos humanos, que alteram a organização interna do trabalho diminuindo a hierarquia, como o trabalho em ilhas, a qualidade total e todos os novos programas que surgem a cada ano na busca de ganhos de produtividade (POCHMANN, 1999 p. 30-37), mas não alteram a condição de propriedade dos meios de produção e, portanto, as relações capital/trabalho. A idéia de um empreendimento cooperativo não se restringe apenas à participação nos lucros, mas de fazer com que os trabalhadores se responsabilizem pelo destino do empreendimento nas decisões e controle exercido por eles mesmos.

A idéia de autogestão adotada aqui tem inspiração no modelo da ANTEAG, no qual o controle da empresa e as decisões a ela pertinentes, tais como metas de produção, de resultados, investimentos, políticas de pessoal ou de relações externas, são de responsabilidade dos trabalhadores. Nas palavras de SINGER (2000 p.19-20) a administração é considerada uma arte que desafia qualquer generalização, dada a variedade de problemáticas enfrentadas. Sua prática na empresa capitalista se dá através de lideranças legitimadas pelo proprietário que lhe delega poder, embora constantemente desafiados por subordinados. Isso significa, segundo esse autor, que não há nada tão peculiar na administração que não possa ser resolvido pelos próprios trabalhadores envolvidos na firma.

Os parâmetros mínimos do sucesso autogestionário para a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Auto Gestão e Participação Acionária - ANTEAG, segundo NAKANO (2000 p. 74), são:

democratização das tarefas que envolvam raciocínio – é preciso eliminar qualquer represamento de conhecimento; motivação dos trabalhadores de forma que acreditem no projeto e na inteligência coletiva; viabilidade do projeto e rentabilidade no médio e longo

prazo, ou seja, geração de dividendos e lucros; integração da empresa em “redes de negócios”, transformando a inteligência coletiva no principal patrimônio das empresas autogestionárias; viabilizar a implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, com o envolvimento e a realização das pessoas. Uma gestão em que haja transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição dos trabalhadores; parceria de trabalho com o Sindicato de Trabalhadores, desde que ele tenha dado apoio efetivo ao projeto autogestionário.

Logo, a simples participação do trabalhador nas decisões através do seu voto não é suficiente para que o processo autogestionário alcance todo seu potencial: a avaliação do exercício da autogestão no cotidiano da cooperativa está na qualidade da participação dos seus membros em assembléias e reuniões, não só com a simples presença mas com a intervenção efetiva, participação nas decisões definidoras dos rumos da cooperativa.

Para isso, o pré requisito da participação de qualidade, constituído pela transparência das informações pertinentes ao empreendimento, como os termos dos contratos, da contabilidade, dos fluxos financeiros e situação devedora da cooperativa entre outras, é fundamental para viabilizar escolhas acertadas.

Conseqüentemente, a distribuição dos rendimentos também demonstra a qualidade da autogestão implementada. As diferenças de remuneração entre os cooperados, a destinação das sobras e os fundos criados são reveladores dos interesses hegemônicos de cada grupo. Da mesma forma, em estágios mais avançados, as relações com a comunidade, sua interação-integração e o tipo de trocas que ela mantém com o seu entorno revelam os compromissos da cooperativa com seus ideais. As cooperativas incubadas pela ITCP/UFPR já podem ser promotoras deste tipo de ação, embora ainda de modo incipiente. O aspecto humano revela-se igualmente nas atividades sociais promovidas, onde a confraternização, as atividades comemorativas, culturais e de lazer entre outras, ressaltam o caráter do empreendimento.

Por último, cabe destacar que a solidariedade da cooperativa, enquanto uma qualidade da organização autogestionária tratada aqui, pode ser avaliada nas relações de trabalho estabelecidas no desenvolvimento das atividades fins e nas relações entre cooperativas. Ou seja, no seu interior, isto pode ser visto pelo número de trabalhadores não cooperados que atuam, pelas formas de exploração do trabalho entre cooperados, entre estes e os trabalhadores contratados, quando os houver; e externamente pela relação da cooperativa com outras cooperativas, empresas e sociedades em geral nas atividades externas, comerciais ou não, que as integram no mundo. (SINGER, 2002 p. 84). Desse modo, pode-se verificar se o tratamento isonômico previsto na sua concepção está sendo quebrado com a constante contratação de mão de obra, para complementar ou substituir a dos associados, e, se na escolha dos parceiros externos, prevalece a busca pelo menor custo ou de situações vantajosas em termos competitivos, em detrimento das relações solidárias. As perspectivas de que uma firma não precise nunca de mão de obra externa são utópicas. Pode-se, por exemplo, precisar de um pedreiro quando há vazamento no banheiro, sem que exista necessidade de incorporá-lo à cooperativa.

## 2.2 A IDÉIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A INCUBAGEM

A conceituação de extensão universitária encontra-se hoje, pela sua insuficiência, em momento que antecede uma profunda reformulação. Das concepções de 'tripé Ensino-Pesquisa-Extensão' e respectiva indissociabilidade, da relação de 'mão dupla' entre universidade e sociedade, das críticas do assistencialismo e da submissão ao mercado, a tendência hoje é conceber o papel da universidade pública como estando restrito às atividades de ensino e de pesquisa. A consequência implícita levanta questionamentos sobre a inadequação da estruturação destas atividades em Pró-Reitorias que as separam dos outros objetivos das universidades (FARIA, 2001 p. 9-10).

Entre as considerações acerca de um novo conceito de extensão hoje, está a de que, ao lado da docência e da pesquisa, a extensão faz parte da missão

educativa das instituições universitárias e, por isso, presentes em suas políticas e estratégias como assinala BERNHEIM:

La Extensión Universitaria debe hoy en día tener presente la posibilidad de que su praxis permita configurar proyectos alternativos inspirados en la solidaridad y la inclusión de los sectores marginados, de tal manera que, como afirma Xabier Gorostiaga, la tarea política profunda de la Universidad consista en 'su aporte al empoderamiento cognoscitivo y actitudinal de los actores sociales, a la vez como plataforma superior de aprendizaje y como conciencia crítica propositiva de la sociedad misma'... por principio tiene que ejercerse interdisciplinariamente, desde luego que esta es la única manera de acercarse a la realidad, que por naturaleza es interdisciplinaria (2001, p.52-54).

No Brasil, desde a primeira referência legal à Extensão Universitária<sup>14</sup>, na qual a idéia era de dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que nela não se encontram, verifica-se a influência dos modelos europeu, baseado na educação continuada, como por exemplo na forma de cursos, e americano, de simples prestação de serviços, sem que, no entanto, a atividade, em qualquer dos casos, contemplasse as camadas mais populares.

Mesmo na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>15</sup> sente-se a distância entre o texto legal e a prática, que está, neste período, dentro da proposta permeada pelo ideal 'Desenvolvimento e Segurança' do governo militar, como nos casos do Projeto Rondon e do CRUTAC, com cunho assistencialista junto às comunidades mais carentes. Simultaneamente, no início da década de 60, o Movimento Estudantil, através da União Nacional de Estudantes – UNE, contribuiu para o avanço conceitual de extensão universitária, com a metodologia de trabalho utilizada à época, de participação do estudante na vida social das comunidades, defendendo a idéia de uma Universidade comprometida com as classes populares, o

---

<sup>14</sup> Decreto número 19 851, Estatuto das Universidades Brasileiras, de 11 de abril de 1931. Conforme mencionado por Nogueira, 2001, p. 58.

<sup>15</sup> Lei número 4 024 de 1961.

que significa o primeiro aceno de mudança da sua concepção (NOGUEIRA, 2001 p. 62).

Em 1968 foi promulgada a lei número 5.540/68, a Lei Básica da Reforma Universitária que traz a indissociabilidade entre o Ensino e a Pesquisa, fazendo referência à extensão de forma secundária. Na década de 70 o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, traça as Diretrizes da Extensão Universitária, e, em 1975 o MEC elabora a primeira política de Extensão Universitária, plano elaborado em fase de disputa de poder entre Ministérios, em uma demarcação de espaço da atuação na coordenação de programas de extensão com estudantes, por vezes sem a participação das universidades e do próprio MEC. A pedido dos Reitores, surge a comissão interministerial MEC/Minter para integrar os Projeto Rondon e o CRUTAC, influenciados pelos ideais de Desenvolvimento e Segurança Nacional. O Plano de Trabalho de Extensão foi um marco político importante para o MEC, que trouxe para si a competência de propor Políticas de Extensão, superando legislações anteriores ao procurar envolver também os docentes e ao destacar a relação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa. Considerava que na atividade extensionista encontra-se o componente capaz de fazer repensar o conjunto das atividades acadêmicas, superando o sentido elitista de simples transmissão de conhecimento com a troca entre saber acadêmico e popular, e ampliando as maneiras pelas quais ela acontece como cursos, serviços, difusão cultural, difusão de resultados de pesquisa, projetos de ação comunitária, além de outras formas de atuação, de que o contexto na qual a instituição encontrava-se inserida viesse a requisitar. (NOGUEIRA, 2001)

Em meados de 80, a reflexão e discussão de políticas nesse setor passou a ser coordenada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Suas conclusões consensuais, segundo Nogueira, foram as seguintes:

o compromisso social da Universidade na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade da



institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental. (Nogueira, 2001 p.67)

A gênese do conceito de extensão formulado pelo Fórum em 1987<sup>16</sup> rompeu com a visão da extensão como uma atividade secundária, isolada do ensino e pesquisa e com a do tripé ensino-pesquisa-extensão como atividades isoladas ou complementares. Remonta e recupera a discussão e a proposta do movimento estudantil do início da década de 60 e do meio acadêmico do final da década de 70 surgida entre os membros da comunidade acadêmica: reitores, docentes, funcionários técnicos-administrativos, discentes e alguns setores do MEC. (NOGUEIRA, 2001 p. 68-69)

Para TAVARES (2001) esta conceituação

expressa uma nova postura da Universidade diante da sociedade. A sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visando a intervenção na realidade, possibilita acordos de ação coletiva entre Universidade e população, o que, de um lado, **retira o caráter de terceira função da extensão, para dimensioná-la, de outro, como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia**, sinalizando para uma Universidade voltada aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções por meio de Pesquisa, visando a realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

(Tavares, 2001 p. 78 - grifos do original)

---

<sup>16</sup>O conceito elaborado à época do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras era o seguinte: "A Extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a ação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado - acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social' (Fórum Nacional, 1987 citado por Nogueira, 2001 p. 68).

Ao discutir as críticas desta concepção, SILVA (2001) procura construir um quadro de referência no qual discute as perspectivas por ela denominadas tradicional (ou funcionalista), processual e crítica; em sua interpretação, elas revelam também diferentes concepções de Universidade. (ibid. p. 97-98) Na perspectiva crítica, que a autora defende, a extensão ficaria incorporada à pesquisa e ao ensino. Dessa maneira, tornar-se-ia um conceito ocioso se realmente o ensino e a pesquisa estiverem comprometidos com a realidade.<sup>17</sup>

Para FARIA (2001, p. 178), a nova Extensão vai ser cunhada entre o modelo tradicional-assistencialista e o moderno-mercadológico, transitando do modelo neoliberal para algum socialmente mais promotor, em embate que tipicamente deverá refletir o próprio mundo contemporâneo, globalizado pela tecnologia e pela economia.

A ITCP demonstra compatibilidade com a evolução deste conceito e entendimento. Sua atividade contempla e atende as diretrizes propostas, além de ajudar a pensar a extensão prospectivamente.

---

<sup>17</sup>Assim, segundo a autora (p. 97-98), na concepção tradicional (ou funcionalista): a Universidade é vista como um complemento do Estado, desempenhando o papel de mera executora das políticas educacionais. A extensão é entendida como uma função específica, autônoma, sendo a desarticulação com o Ensino e a Pesquisa praticada e considerada natural. A Extensão baseia-se no atendimento das carências imediatas da população, em uma perspectiva APOLÍTICA E ASSISTENCIALISTA. Há um discurso inflamado que a coloca na condição de representar a saída para a Universidade, no sentido de desenvolver o vínculo com a sociedade, mas, contraditoriamente, na prática, ela acaba reduzindo-se a ações esporádicas, eventuais e secundárias. A concepção processual aparece como uma reação à anterior pelo caráter de politização imprimido às ações e de combate ao assistencialismo. A extensão não mais representa a terceira função (desprestigiada), mas a articuladora entre a Universidade e as necessidades sociais, passando, então, a ter uma tarefa: a de promover o compromisso social da instituição. Sendo assim, adquire um espaço próprio na sua estrutura sob a forma de pro-reitoria, coordenação, etc., justificando-se tal aparato por garantir que as demandas da sociedade sejam absorvidas. É a extensão representando a *consciência social da universidade*. Para superar a visão fragmentária que eventualmente se formasse, propõe-se a articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa, o que fica consagrado em lei. Atualmente, a concepção aqui exposta é a oficial da maioria das instituições universitárias. A tendência da concepção crítica surge com uma nova leitura de extensão, que se diferencia das anteriores. Nela a Extensão está intrinsecamente ligada ao Ensino e à Pesquisa, é sua essência, sua característica básica, apenas efetivando-se por meio dessas funções. Portanto, passa a ser entendida como matéria de currículo. Não se justifica, assim, sua institucionalização, pois não se concebe que esta tenha vida própria, autonomia. Daí dizer-se que "a extensão é duas, não é três. Do raciocínio nós eliminamos a extensão. Ela se transforma em ensino e pesquisa (Azambuja, 1997:43). Transforma-se em um conceito ocioso, porém exige que o Ensino e a Pesquisa sejam comprometidos com a realidade, que o conhecimento produzido e transmitido seja inserido e contextualizado nesta realidade." (Silva, 2001 p. 98)

É um espaço em que se procura processar uma nova cultura de cidadania no país, alicerçada na liberdade responsável, contra a intolerância e a discriminação, auxiliando o cidadão a descobrir seus direitos e deveres. Contribui para o desenvolvimento sustentável em que o homem e o mundo são preservados. Quebra a lógica do imediato. Pensa o futuro a partir do homem no presente. Legitima a atividade de extensão na busca da melhoria de qualidade de vida de parcela significativa da população. Constitui práticas sociais que podem converter-se em fonte de conhecimento, um dos papéis enriquecedores da atividade acadêmica. (UFPR, 2002)

A ITCP leva às últimas conseqüências o compromisso social da Extensão, expressado e reafirmado pelos atores da academia nas formas de debate, reflexão e orientação que implica o conjunto das suas atividades, ao envolver a população mais necessitada em empreitadas definidoras do futuro de suas vidas.

## 2.3 A HISTÓRIA DAS ITCPs NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DA REDE

### 2.3.1 A Experiência Pioneira do Rio de Janeiro

A ITCP/UFPR é um Programa de Extensão e segue basicamente a metodologia criada na primeira Incubadora de Cooperativas Populares do Brasil, criada a partir da Coordenação dos Programas de Pós Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), no âmbito da ação da cidadania das entidades públicas no combate à fome e à miséria. A reunião que aconteceu em janeiro de 1995 entre o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP com a direção da COPPE/UFRJ, para discutir sua participação nas ações de trabalho e renda, marcou o início da criação da Incubadora de Cooperativas na universidade. Tinha a perspectiva do caminho trilhado pela Fiocruz, que estabeleceu contrato de prestação de serviço de limpeza, manutenção e jardinagem com as comunidades do entorno do Campus, através de uma cooperativa. (CAMINHOS, 1998, p 151,152 e SINGER, 2000, p.124)

O objetivo desta iniciativa foi utilizar os recursos humanos e conhecimentos da Universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionadas, visando sua inclusão no mercado de trabalho. Num primeiro momento a Incubadora criada na COPPE/UFRJ tinha como público-alvo trabalhadores historicamente excluídos do mercado de trabalho e dos bens sociais, moradores das áreas periféricas ou faveladas do Rio de Janeiro. No decorrer do programa, vislumbrando-se o processo de aumento do desemprego, que no caso do Rio de Janeiro foi fortemente incrementado pelas privatizações das empresas públicas, houve um redirecionamento de esforços. O alvo passou a ser, também, o trabalhador oriundo das firmas privatizadas e os que estiveram inseridos no mercado formal, mas encontravam-se em processo de precarização ou perda de seu posto de trabalho (GUIMARÃES, 1999 p. 5-6).

Entre as questões da participação da COPPE/UFRJ nesta empreitada, os membros da equipe destacaram a importância de que qualquer que fosse a ação da instituição, ela deveria estar ligada à sua linha de trabalho, como forma de garantir sua continuidade. 'Se a linha da COPPE é uma linha de tecnologia, deve trabalhar na área tecnológica. Se a questão da inserção social ou exclusão é uma questão ligada ao trabalho da COPPE, ela deve buscar um meio de desenvolvê-lo integrando-o à sua área.' (GUIMARÃES, 1998). Daí o primeiro impasse: 'como trabalhar sua tecnologia do desemprego! Cada tecnologia que surge corresponde a um grau muito forte de desemprego nas camadas populares.' (ibid) Ou seja, a COPPE ao produzir tecnologia de ponta está ao mesmo tempo diminuindo postos de trabalho, especialmente da classe mais pobre. Foi adotada, então, a linha do 'trabalho e a geração de renda' no modelo de Incubadora, porque trabalha com formação de empresas, e, a vertente do *COOPERATIVISMO*, porque trabalha com grupos de pessoas e portanto potencializa os resultados, tem maior efeito multiplicador que iniciativas individuais. Duas grandes ousadias. Primeiro porque é comum associar tecnologia a determinado setor da sociedade: causa espanto usar tecnologia para as

camadas populares<sup>18</sup>. Segundo porque as cooperativas no Brasil têm pouca tradição no setor urbano, exceto as de habitação que têm, no Rio, uma imagem ruim, e, enfrentaram os primeiros escândalos com cooperativas fraudulentas (1995/96), que, burlando direitos trabalhistas completavam o quadro negativo do Cooperativismo. Ousadas que deram certo e motivaram a formação do Programa Nacional de Incubadora Tecnológicas de Cooperativas Populares, o PRONINC a partir do qual o modelo foi repassado à outras Universidades. (Guimarães, 1998) De fato, esta experiência da UFRJ deu origem às demais incubadoras no Brasil. Entre as parcerias e apoios obtidos, está o convênio com a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil, a COPPE e a FINEP que financiaram os recursos humanos e materiais, viabilizando o início das atividades da incubadora, como projeto piloto e com o compromisso de repassar esta tecnologia para outras instituições. (CAMINHOS, 1998)

### 2.3.2 O Surgimento de Outras ITCPs e a Criação da Rede Universitária

A origem das incubadoras no Brasil é a mesma para todas: as diferenças estão, fundamentalmente, nas formas de interpretação e implementação da metodologia proposta, e, na forma de inserção na universidade, o que não compromete sua identidade enquanto integrante de uma rede nacional. A ITCP da UFPR, por exemplo, é um programa de extensão, o que significa envolver professores, alunos e técnicos, apoiado pela administração da universidade.

O programa 'das Incubadoras' teve, ao longo destes anos, além do seu reconhecimento nacional, a experiência multiplicada nas maiores universidades brasileiras. Foi destas iniciativas que resultou a criação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. As que participam neste tipo

---

<sup>18</sup> No que se refere a produção de tecnologia, percebe-se duas ordens de preconceito: uma de que tecnologia está necessariamente associada a grandes investimentos ou corporações, e outra, que é uma mercadoria a ser vendida a quem possa pagar determinado valor monetário e, portanto, terá um dono que pagará por ela um bom preço, não sendo conseqüentemente algo a ser socializado.

de atividades hoje somam quinze universidades<sup>19</sup>, distribuídas em onze estados, deixando, portanto, de ser uma iniciativa isolada.

Em 22/03/1999, foi lançada oficialmente em Curitiba, junto com a Rede Universitária Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares<sup>20</sup>, a incubadora que é objeto deste estudo.

Na mesma ocasião do lançamento oficial da Rede e da ITCP/UFPR, dando espaço privilegiado para esta experiência, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) criou o Programa Permanente de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que viabilizou, entre outras atividades, a ampliação da própria Rede, além de estabelecer oficialmente convênio com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), da Holanda, que financiou o projeto de levantamento das ações das incubadoras.

Em 2002 as quinze incubadoras integrantes da rede nacional estavam assim localizadas:

---

<sup>19</sup> As universidades que hoje integram a Rede são: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Estadual da Bahia, Universidade de São Paulo, Fundação Ensino Superior de São João Del Rei, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Regional de Blumenau, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Católica de Pelotas, Universidade do Amazonas, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal do Paraná.

<sup>20</sup> As universidades fundadoras da Rede Universitária Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares foram as seguintes: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Estadual da Bahia, Fundação Santo André, Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Paraná.

### LOCALIZAÇÃO DAS 15 INCUBADORAS EXISTENTES (POR REGIÃO)

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCP)	ESTADO	REGIAO	INÍCIO DE SUAS ATIVIDADES	ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES
1 Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sudeste	Janeiro-1996	
2 Universidade Federal do Ceará	Ceará	Nordeste	1997	
3. Universidade Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	Sudeste	1998	
4. Universidade Federal Rural de Pernambuco	Pernambuco	Nordeste	Outubro – 1998	
5. Universidade Estadual da Bahia	Bahia	Nordeste	Outubro – 1998	
6 Universidade de São Paulo	São Paulo	Sudeste	Outubro – 1998	
7. Universidade Federal do Paraná	Paraná	Sul	Março – 1999	
Fundação Santo André	São Paulo	Sudeste	Março - 1999	Maio de 2000
8 Fund. Ensino Superior de São João Del Rei	Minas Gerais	Sul	Março – 1999	
9. Universidade Federal de São Carlos	São Paulo	Sudeste	Maio – 1999	
10. Universidade Regional de Blumenau	Santa Catarina	Sul	Junho – 1999	
. Universidade Federal de Santa Catarina	Santa Catanna	Sul	Junho – 1999	Outubro de 2000
11. Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Rio Grande do Sul	Sul	Julho – 1999	
12. Universidade Católica de Pelotas	Rio Grande do Sul	Sul	Outubro – 2000	
13. Universidade do Amazonas	Amazonas	Norte	Janeiro – 2001	
14. Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	Sudeste	Dezembro - 2001	
15 Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Nordeste	Abril – 2002	

Informação disponibilizada pelo Assessor da Rede de ITCPs, João Guerreiro Mendes, em 16/09/2002. A Economia Solidária e Autogestionária UNITRABALHO e Coordenador Editorial da Rede Informa.

No Brasil os objetivos da Rede Universitária de Cooperativas Populares são de integrar as ações desenvolvidas pelas Incubadoras, criar Núcleos de Estudos e Pesquisas em Cooperativismo Popular, produzir e socializar conhecimentos, e, disponibilizar seus recursos para Fóruns Regionais de Cooperativas incubadas pelas Universidades. Suas metas estão estreitamente sintonizadas com as propostas do Instituto de Pesquisa e Ensino para as Cooperativas da Universidade de Sherbrooke, Canadá (IRECUS), que integra e orienta a atividade desenvolvida pelas Universidades da Rede Interamericana.<sup>21</sup> A função desta rede é de três ordens:

<sup>21</sup> São quatro as universidades brasileiras que participam desta Rede Interamericana: Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade do Vale dos Sinos, Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Paraná.

prática" (ibid, 2002). Os problemas específicos, por outro lado, estariam na relação de troca incompleta entre as incubadoras, onde cada ITCP

tende a se concentrar em seus problemas internos e de ação enquanto a discussão efetiva em relação aos problemas metodológicos e de outras naturezas, comuns às incubadoras, é muito incipiente e isto, muitas vezes, acarretaria um certo isolamento, inclusive em relação a outros professores e pesquisadores do *trabalho* (como objeto científico) de suas próprias universidades, como até mesmo os núcleos da Unitrabalho. (ibid, 2002)

Assim a participação da ITCP/UFPR nas redes nacional e interamericana potencializa os impactos e efeitos apontados pelo programa de 'Intercooperación para las Américas'<sup>23</sup> pela sinergia universidade/cooperativa/desenvolvimento:

El desarrollo de la capacidad empresarial colectiva basado en reglas de equidad, de responsabilización y de democracia, centrado en las necesidades de las comunidades y en el objetivo de levantamiento del nivel de vida de las poblaciones más necesitadas es una estrategia de desarrollo sostenible a toda prueba. Cuando las reglas cooperativas están bien comprendidas e integradas en la vida organizacional, los resultados son muy positivos. (mimeo)

As particularidades de cada Incubadora da Rede de Cooperativas Populares estão em inúmeros aspectos que as diferenciam e as identificam. Ou seja, as condições da criação e funcionamento de cada incubadora da rede guardam algumas semelhanças e muitas diferenças. Cada qual tem uma trajetória particular que, via de regra, compartilha com as demais para viabilizar a superação de dificuldades comuns ou, de buscar alternativas criativas para os necessários saltos de qualidade na ampliação de horizontes. Destes aspectos, destacamos como as

---

<sup>23</sup>Programa de Intercooperación para Las Américas proposto em maio de 2000 pelas Universidades de Sherbrooke (Canadá), Federal Rural de Pernambuco (Brasil), de Chile (Chile), de Bogotá (Colômbia) e de Costa Rica (Costa Rica).



- Assegurar a gestão do trabalho em rede;
- Gerar saberes da dinâmica continental do desenvolvimento cooperativo;
- Desenvolver o conhecimento e a utilização de tecnologias da informação.

A característica inter, multi e transdisciplinar e as trocas de experiências com outras universidades, promove avanços conceituais maiores do que se poderia obter isoladamente. Como as cooperativas da rede se interrelacionam praticamente com todos, outras instituições (empresas, bancos, ONG's), outras universidades, outras cooperativas e cooperados, dada sua abrangências e pluralidade, isso permite colocar continuamente em cheque seus entendimentos, sutilezas, adaptações, concepções e contradições, bem como suas formas de representação. Recria porque na sua implementação segue-se comparações, interpretações e avaliações da sua prática, como por exemplo, os Encontros da Rede, para novas tentativas de superação de problemas encontrados e/ou de aperfeiçoamento da sua atuação. 'Acreditamos que se há necessidade de generalizações de nossas práticas, elas terão sempre que estar submetidas a esse princípio metodológico de considerar cada experiência como única.' (O processo de formação/metodologia/USP – mimeo s.d.)

Em documento interno, de discussão sobre a relação das ITCPs com a UNITRABALHO<sup>22</sup>, afirma-se que a Rede de ITCP's constituiu-se como uma rede de grupos coesos de pesquisa e extensão acadêmica (CRUZ, 2002). O caráter de seu trabalho predominantemente extensionista e necessariamente interdisciplinar, permitiu às incubadoras superarem dificuldades que outros grupos semelhantes enfrentaram. Portanto as relações 'de rede', "eram e são facilitadas por esses fatores: de agregação, definida nos 'nós', pequena extensão da rede, razoável consenso entre os princípios básicos de ação, fundação sustentada por uma estrutura anteriormente construída e reconhecida. Construída e consolidada na

---

<sup>22</sup> Documento elaborado por Antônio Cruz, atualmente integrante da equipe da Incubadora da Universidade de Campinas, como contribuição às reflexões sobre o tema.

definidoras da diferenciação, a sua inserção institucional, os antecedentes de atividades desenvolvidas com comunidades que proporcionaram acúmulo facilitador à sua criação, as formas de implementação da metodologia proposta, bem como a respectiva adequação às suas condições concretas (montante e perfil dos recursos humanos, materiais, financeiros e de infra-estrutura), que, vale ressaltar, não comprometem a identidade da rede. As características comuns ou convergentes, estão nos objetivos, missão, público alvo e referencial metodológico do processo de incubagem.

### 2.3.3 Os Princípios do Cooperativismo e as Cooperativas Populares

Para balizar o trabalho, na discussão dos estatutos que passaram a ser um referencial para a ação nas cooperativas, a equipe fez uma releitura dos conhecidos princípios internacionais<sup>24</sup> genuínos do cooperativismo, consagrados no mundo e difundidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Estes princípios tratam de remunerações sobre os serviços comuns ou entre sócios na proporção de suas operações; da criação de fundos para a educação permanente de seus sócios; da cooperação entre cooperativas, sua autonomia e o acesso e a adesão livre e voluntária; do controle, organização e gestão democráticas; além dos juros limitados ao capital; a distribuição dos excedentes para o desenvolvimento, não permitindo, como as 'pseudo-cooperativas' a precarização do trabalho ou a evasão fiscal. A experiência das cooperativas permite ressaltar que não é trivial trabalhar sob orientações que criam contradições com as práticas individuais e de mercado. Para garantir posturas coerentes com as concepções propostas, a assessoria da Universidade fica até certo ponto condicionada ao respeito dos valores cooperativistas, como da ética, da distribuição do trabalho e respectivos resultados e das relações de compromisso com a comunidade entre outros. Os impasses criados no dia a dia provocam reflexões e a busca da conciliação entre posturas competitivas

---

<sup>24</sup>A redação adotada em Manchester em 1995, que atualiza a de 1966, na Declaração sobre a Identidade e Princípios Cooperativos, diz que 'as cooperativas fundamentam-se nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade', e, os sete princípios, são 'associação voluntária e aberta; controle democrático dos membros; participação econômica; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas e, compromisso com a comunidade.' ACI, 1998)

e solidárias, soluções individuais e coletivas, direitos e responsabilidades. Emergem daí seus próprios códigos morais e éticos. O exemplo clássico, na trajetória dos primeiros empreendimentos incubados no Rio de Janeiro, foi dos cooperados incluírem no seu estatuto que, 'homem que bate em mulher', seria excluído da cooperativa, refletindo a realidade do seu cotidiano e, ao mesmo tempo, de uma postura e de um posicionamento crítico, de transformação.

Fruto de discussões sobre o cooperativismo, foram apresentados os Princípios do Cooperativismo Popular que marcam em especial suas especificidades dentro do cooperativismo e a diferença com a simples terceirização das atividades econômicas<sup>25</sup>. Portanto, 'além da origem dos seus associados, o Cooperativismo Popular se define por princípios que norteiam suas atividades, seu relacionamento com outras cooperativas e com a sociedade em geral'. (GUIMARÃES, 1999 p. 32)

A metodologia escolhida pela COPPE desde o início, foi de ir à comunidade, buscando estabelecer uma relação de confiança, entender a dinâmica da comunidade e do grupo, criar 'regras do jogo', fazê-las conhecidas e respeitadas, ser fruto de ampla discussão e debate político, o que nem sempre a redação do estatuto conseguia refletir. Desde então consideraram importante o grupo já ter uma estrutura

---

<sup>25</sup> Assim, por ter finalidade de prestar serviços aos seus associados para o exercício de uma atividade econômica-comunitária sem objetivar lucro, as sociedades cooperativas, enquanto Cooperativas Populares, são: Quanto à origem - formada por moradores em áreas de baixa renda; formada por iniciativa de profissionais de um mesmo ramo, que estejam desempregados ou vivenciando situações de precarizações do trabalho; Quanto à constituição do capital - a força de trabalho é o principal capital senão o único que os cooperados dispõem no processo de formação da cooperativa; a quota-parte estabelecida é igualitária para todos os associados, e é recolhida só depois da primeira remuneração recebida e proporcional ao nível econômico do grupo; Quanto à gestão democrática - diretoria eleita entre os associados periodicamente com renovação garantida de pelo menos dois terços 2/3 da direção; decisões tomadas em assembléias e registradas em ata; Conselho Fiscal e Comissão de Ética atuantes; Quanto à divisão de tarefas - todo o trabalho é desenvolvido pelo associado, não havendo terceirização das atividades fins; Quanto aos instrumentos de princípios gestonários - elaborar e fiscalizar a aplicação dos instrumentos da cooperativa: estatuto, regimento, fundos, atas; Quanto ao quadro de associados - conhecer os instrumentos de gestão democrática da cooperativa; participar das assembléias; fazer curso de capacitação profissional; Quanto às garantias de continuidade da cooperativa - possuir fundos de investimentos que proporcione seu crescimento como empresa; possuir um fundo social que propicie a seguridade descanso remunerado, gratificação natalina e outros benefícios por ele proposto e possível a partir dos contatos da cooperativa; Quanto à responsabilidade social - contribuir nas ações de melhoria de sua comunidade; priorizar o ingresso de pessoas de sua comunidade na cooperativa contribuir com um percentual mínimo de 1% das sobras para o fundo intercooperativo; Quanto à distribuição de renda - remuneração pelo trabalho; fator 1 para 3 entre a menor e a maior remuneração dos cooperativados, exceto quando a base de remuneração de categoria for superior; tabela de remuneração de todos os cooperativados inclusive direitos aprovados em assembléia geral; divisão equitativa das sobras; não é permitida concentração de quota- parte ( GUIMARÃES, 1999, p. 32, 33).

existente, 'não dá prá trabalhar com agregação zero' como afirmou Gonçalo Guimarães, no citado seminário realizado no Rio de Janeiro em 1998. A formação em cooperativismo, conforme adotado posteriormente pelas demais incubadoras, e como se verá em detalhes a seguir, é dada como 'curso', embora este formato componha também outras atividades como dinâmicas, experimentações ou conversas descontraídas. Destaca-se que o rito da formalidade é importante; o curso não pode parecer um simples bate papo, mas se a aula for muito acadêmica, há um esvaziamento (GUIMARÃES, 1998).

É um processo transformador que alia um conjunto de fatores, além do acreditar, querer fazer, insistir, ajudar, aceitar... O amadurecimento não é linear. O ritmo e a quantidade de horas necessárias ao processo depende do grupo, da disponibilidade dos membros da equipe e das condições concretas existentes e/ou proporcionadas para o desenvolvimento das atividades.

#### 2.3.4 A Perspectiva Filosófica das Incubadoras

Todo o processo de criação das cooperativas populares foi feito basicamente sob a influência da filosofia de educação de Paulo Freire. Muitas ITCPs referem-se à 'metodologia da Rede', enquanto outras explicitam claramente este, entre outros autores. Em Pernambuco as referências metodológicas e princípio são desenvolvidos também baseando-se em Paulo Freire e Juan Dias Bordenave, e, na USP, essa base é dada por Paulo Freire e Clodomir de Moraes (SINGER, 2000). Na UFSCAR, como na UFPR, os princípios encontram-se desde o início explicitamente em Paulo Freire e em Michel Thiollent.

##### Segundo FREIRE

No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, re-inventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido–apreendido a situações existenciais completas. Pelo contrário, aquele que é **enchido** por

outros conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado não aprende (FREIRE, 1977 p. 13 - grifos do original).

Para ele, que acredita e aposta na capacidade de reflexão e análise do homem trabalhador, o conceito de educação tradicional ou *bancária*, reduz o homem a *coisa*, impedindo-o de atuar como sujeito da sua história, e, de realizar-se nesta ação que o faz verdadeiramente homem. Estando em jogo formas de conhecimentos na extensão, está também a reflexão filosófica de caráter teórico pois, se não, o conhecimento do mundo pode, para esse autor, transformar-se em instrumento de adaptação do homem a ele, mantendo os discursos vazios e a realidade intocada. Seu conceito de extensão, como não poderia deixar de ser, traz sua visão humanista do mundo:

O homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um **ser-em-situação**, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da **práxis**, da ação e da reflexão... Não há, por isso mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro (ibid, p. 28 – grifos do original).

Assim, para ele,

a posição normal do homem no mundo, como um ser da ação e da reflexão, é a de **ad-mirador** do mundo. como um ser da atividade que é capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga, o homem é capaz de **afastar-se** do mundo para ficar nele e com ele. Somente o homem é capaz de realizar esta operação, de que resulta sua inserção crítica na realidade: **ad-mirar** a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação a reflexão; significa penetrá-la cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos (ibid, p. 31 - grifos do original).

Na capacidade de análise dos cooperados, obviamente isso não acontece mecanicamente: envolve o cultural, problemas de linguagem e níveis de percepção que se constituem na própria estrutura social. Não se pode dissociar linguagem e pensamento e estes da estrutura. ...'é tentar superar conhecimento preponderantemente sensível por um conhecimento, que, partindo do sensível, alcança a razão da realidade... a consciência da realidade na qual e com a qual estão.' (ibid, p. 33)

Por isso acreditamos que além dos importantes indicadores quantitativos que podem ser elaborados a partir da experiência das cooperativas, eles certamente não são capazes de captar a sutileza do cooperado que sai do silêncio, e, portanto, há que ir além dele.

Esta questão dos indicadores é bastante polêmica, para KAYANO e CALDAS (mimeo) os motivos, objetivos e finalidades da formulação e construção de indicadores são bem variados, e, por isso, recomendam cautela quanto a sua função e utilidade para não reproduzir informações inadequadas, já que 'o indicador é a expressão sempre viesada e valorativa, de determinada realidade'. Quando o leitor do indicador é formador de opinião pública, o referido indicador, além de expressar a realidade, passa também a 'produzir' e instituir a 'realidade'. Nessa medida, os indicadores podem servir a vários senhores. (grifos do original)

Para Paulo Freire a interdisciplinaridade da extensão, toma o homem a quem serve como o centro da discussão: não, contudo, um homem abstrato, mas o homem concreto, que não existe senão na realidade também concreta, que o condiciona.

Defendendo a educação como uma situação eminentemente gnosiológica, dialógica por conseqüência, em que educador-educando e educando-educador se solidarizam, problematizados em torno do objeto cognoscível, resulta óbvio que o ponto de partida do diálogo está na busca do conteúdo problemático... A assistência técnica que é indispensável, qualquer que seja o seu domínio, só é válida na medida em que o seu programa, nascendo da pesquisa *do tema gerador* do povo, vá mais além do puro treinamento técnico. A capacitação técnica é mais do que o treinamento porque é busca de conhecimento, é apropriação de procedimentos... Não pode nunca

reduzir-se ao adestramento, pois que a capacitação só se verifica no domínio do humano... O homem, como antes afirmamos, ao contrário do animal, cuja atividade é ele próprio, é capaz de exercer um ato de reflexão, não somente sobre si mesmo, mas sobre a sua atividade, que se encontra separada dele, como separado dele se acha o produto de sua atividade (ibid, p 86-89).

Portanto, todo o exposto nos confirma que a universidade não pode atuar com a população apenas para ensinar ou aprender; há que ter principalmente a responsabilidade de, ao desenvolver as ações que lhe são pertinentes, não somente responder pelos resultados alcançados, ou não, mas pelas suas respectivas consequências, nem-sempre e necessariamente positivas.

A importância de problematizar o vivido e ir além do contado (KRUPPA, 1999) é tarefa dos integrantes da equipe, fazendo de todos a responsabilidade pelas discussões e decisões sobre os rumos a tomar. Aproximar discurso e prática faz parte da revisão dos valores instituídos socialmente, do reconhecer aspectos qualitativos como a atitude de solidariedade praticada entre os próprios cooperados e despertando-os para o fato. Como diz FREIRE (1997, p. 82):

Ninguém, na verdade, problematiza algo a alguém, e permanece, ao mesmo tempo, como mero espectador da problematização. Ainda quando, metodologicamente, prefira ficar em silêncio ao colocar o fato-problema, enquanto os educandos o captam, o analisam, o compreendem, ainda assim estará também problematizado.

Isto corresponderia ao que Freire chama de momentos da descodificação, ou momento dialético. É o momento em que as consciências intencionadas à codificação a apreendem como um todo. Este momento se dá no silêncio de cada um e antecede os passos que se seguem, relacionados abaixo, sem que isso signifique uma ruptura entre eles:

- 1 - em que os educandos começam a descrever os elementos da codificação, que são as partes constitutivas do seu todo; (fase do auto-reconhecimento);

- 2 - o da cisão da totalidade 'ad-mirada' que não termina no ato de apreensão da totalidade no qual o sujeito se comporta como se estivesse olhando a realidade de dentro; (ele como parte do contexto; identificação com os demais integrantes nos objetivos comuns);
- 3 - o sujeito, com outros sujeitos, ao 'ad-mirar', abarca a situação codificada em sua totalidade, na qual os vários elementos se acham em relação solidária e a explicação focalista não pode mais ser aceita; (forma de inserção) vêem que há alternativa no coletivo;
- 4 – momento da descodificação; a percepção crítica se aprofunda; o sujeito realiza a análise crítica do que a codificação representa e, como seu conteúdo expressa a própria realidade e a crítica incide sobre esta; é o momento da interpretação. Do entendimento crítico da sua situação no mundo, da briga pelo financiamento em que são discriminados e pelo espaço no mercado que já tem dono; é a percepção do tratamento desigual, de quando já não recebem esmola ou favor mas conquistam direitos. (ibid p. 91)

Entre estes passos não há separação rígida como aparentemente sua descrição sugere: formam parte do processo da conscientização do qual resultam que os homens podem realizar sua inserção crítica na realidade; é um processo integrado, não 'etapista', destaca Freire.

A conscientização, portanto, é superar a esfera espontânea de apreensão da realidade para uma esfera crítica, na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e onde o homem assume uma posição epistemológica. Neste sentido considera-se um teste de realidade.

A conscientização não pode existir fora da **práxis**, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialeticamente constitui, de uma maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Este conhecimento crítico exigido pela utopia: há que conhecer e criar a história com as próprias mãos. É o olhar mais crítico da realidade que 'a des-vela para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante'. (ibid p. 26-28-29 - grifos do autor)



Entendemos, no sentido dado por Freire, que a atividade cooperativista é instigadora da consciência e sua prática é desafiadora da consciência crítica.

Para Singer a cooperativa popular é e está, como o próprio nome sugere, no campo da economia solidária, pois a considera, em termos conceituais, como equivalentes, embora se possa entender a economia solidária como um conceito mais amplo, que engloba um conjunto de empreendimentos solidários, do qual as cooperativas populares são apenas uma parte (SINGER, 2002 p. 123).

Considerando o exposto, obviamente os cursos oferecidos às comunidades, no caso da incubagem de cooperativas populares, não podem reproduzir as "aulas" no sentido estrito do termo, ignorando a constituição e perfil dos integrantes do grupo atendido, e que, na grande maioria das vezes, por serem pessoas que estão longe de ter cumprido com os requisitos acadêmicos exigidos para tal, não encontrariam identidade com esta realidade. Diferente da academia, onde as turmas geralmente têm formação e experiências semelhantes, a heterogeneidade entre os futuros cooperados pode constituir-se, no entanto, em fator positivo, se o processo de formação permitir que as trocas entre os participantes possam fluir de forma a agregar para o coletivo os conhecimentos individuais, as idéias e, especialmente, a consciência dos resultados obtidos na história de cada um. As experiências relatadas pela ANTEAG sobre o que chamam de 'inteligência coletiva' são significativas. Isto acontece naquilo que Freire chama de método dialógico<sup>26</sup>. Para ele, a *palavra*, no fenômeno humano do diálogo, têm nos seus elementos constitutivos as dimensões da ação e da reflexão: 'o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.' (FREIRE, 1987, p. 78 grifos do autor)

Nesse processo surgem lideranças que podem, como se espera em tese, priorizar o interesse coletivo, levando avante a construção da cooperativa de todos, ou, ao contrário, como também se pode esperar, por que é comum, e acontece com

---

<sup>26</sup> Em 1967, no livro Educação como Prática de Liberdade, Paulo Freire propõe o método dialógico como forma educacional para o homem superar atitudes mágicas ou ingênuas diante da realidade (1974, p 107). Considera o diálogo um ato de amor aos homens e à vida que pressupõe a humildade, a fé nos homens, no seu poder de fazer e refazer, o pensar crítico, da transformação permanente da realidade para a permanente humanização dos homens (1987, p. 77-83).

freqüência, assumir o papel de 'dono', ou seja, reproduzindo o comportamento individualista/apropriador, incorporado e estimulado socialmente.

## 2.4 A ITCP/UFPR

Podemos depreender do exposto até o momento, que para produzir a incubagem de cooperativas populares alguns pré requisitos são necessários. Estas condições concretas compõem o que poderíamos chamar de *fatores* a partir dos quais se processa as combinações possíveis ao processo de incubagem. Assim, a existência dentro da academia dos recursos humanos, materiais e financeiros, comporiam a estrutura necessária da qual resulta a atividade desenvolvida pela ITCP.

Neste tópico será focalizada primeiramente a criação da ITCP/UFPR, o papel e a importância dos recursos humanos enquanto fator determinante deste processo relatado, como se formou e reformou a equipe bem como a maneira na qual se interrelacionam os papéis assumidos pelos seus integrantes. A seguir será abordada a questão dos recursos materiais, como a infra-estrutura, o espaço, equipamentos, transportes e manutenção, e, dos recursos financeiros, usos e fontes. Segue o processo de incubagem e a contextualização das parcerias suprindo necessidades de recursos humanos com trabalho voluntário ou bolsas e materiais, em investimentos, promoção de eventos e no financiamento das atividades na forma de compra de prestação de serviços, ou nas definições das políticas públicas. Por último será apresentada a descrição e uma rápida análise das atividades desenvolvidas, das ações e tarefas efetuadas como resultado das combinações e adaptações possíveis deste conjunto de fatores. No capítulo seguinte algumas cooperativas incubadas serão mais detidamente estudadas.

### 2.4.1 A Criação da ITCP/UFPR

A atividade da ITCP não encontra precedente na história da UFPR: não existia experiência anterior de incubagem em cooperativismo, quer na esfera da pesquisa, do ensino ou da extensão. Neste sentido é um trabalho inédito com caráter regular e permanente. Foi um marco na atividade extensionista da instituição.

Nas palavras da Coordenadora do Programa,

o processo de implantação da ITCP/UFPR teve início antes do lançamento oficial, quando, em junho de 1998, a nossa universidade, por intermédio da Coordenadoria de Apoio à Cidadania, participou no Rio de Janeiro, do evento *Seminário Nacional de Programas de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. (POPP, 2002, p. 29)

A participação neste Seminário Nacional de divulgação do modelo de Incubadoras de Cooperativas marcou o início do processo de criação de inúmeras incubadoras no Brasil. Já no mês subsequente, após visita e articulação do termo de cooperação entre a COPPE/UFRJ e a UFPR, desencadearam-se ações de divulgação junto às unidades departamentais, organização e qualificação da equipe. Discutiu-se, na seqüência, os princípios que iriam nortear suas atividades, os quais foram aprovados pelo Comitê Assessor de Extensão em 06/08/1998, oficializando-se assim sua existência. A adoção dos procedimentos metodológicos que mantêm a identidade com as incubadoras já existentes foi garantida por vários outros cursos, seminários e estágios que deram continuidade ao processo de formação dos integrantes da equipe, numa proposta de formação continuada (UFPR, 2002, p. 107).<sup>27</sup>

Assim, A ITCP/UFPR nasceu inserida institucionalmente na forma de Programa de Extensão, e, como tal, foi apresentada publicamente, como já mencionado, no mesmo evento de criação da rede, em 22 de março de 1999. Objetiva, como a incubadora de origem no Rio de Janeiro, proporcionar alternativas

---

<sup>27</sup> A parte do referido relatório relevante para nossa discussão está incluído como Anexo I desta dissertação.

de trabalho e renda, em especial a alguns segmentos da população que têm grandes dificuldades para superar os obstáculos, nos âmbitos econômico, social e cultural, na constituição de empreendimentos produtivos. Para tanto, utiliza os recursos humanos e os conhecimentos da Universidade na formação e qualificação de trabalhadores, para que estes possam, através de atividades autogestionadas, conseguirem uma inserção nas atividades econômicas do país (ibid p. 107)

O trabalho da Incubadora se desenvolve no interior da universidade e nas comunidades onde estão sendo formadas as cooperativas, seguindo fases inter-relacionadas que se iniciam com o processo de formação, incluindo a sondagem preliminar e o curso de cooperativismo, o planejamento e projeto da cooperativa, a legalização, administração autogestionária, além de cursos de capacitação técnica. (ibid). Na UFPR, sendo um trabalho extensionista, que permite a troca de experiências entre comunidade e universidade reciclando conhecimentos por meio do saber popular e das práticas sociais, a ITCP tem como missão organizar as atividades multi, inter e transdisciplinares do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento da fórmula cooperativa, contribuindo com os diversos meios locais regionais e internacionais, na criação de cenários favoráveis ao cooperativismo. (ibid)

A agilidade e rapidez com que se desencadeou o processo revela o grande interesse despertado no âmbito desta instituição, que propicia as condições concretas minimamente necessárias. Segundo o Relatório de Atividades do Programa ITCP/UFPR de 1999,<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Em outras universidades, como por exemplo na Universidade Federal de São Carlos, que também participou do referido Seminário, o ritmo foi mais lento. Inicialmente os maiores interessados foram os Núcleos de Estudo, que atuavam junto a comunidades. A data de lançamento dessa incubadora foi 05/04/1999, mas só um ano depois ganhou regularidade sem, no entanto, vincular-se em nenhum órgão específico. É um programa que envolve vários departamentos mas também tramita em nome de algum núcleo, não vinculando-se formalmente a nenhum deles. A dificuldade, no caso, foi a falta de professores para assumir a atividade, que iniciou com o primeiro grupo incubado somente em janeiro de 2000. (INCUBADORES, 2001) Esta mesma dificuldade é enfrentada no Paraná, pela Universidade Estadual de Londrina que já participou de vários eventos promovidos pela ITCP/UFPR e manifestou, claramente, através de Pró-Reitor de Extensão e outros participantes, seu interesse pela criação da Incubadora no seu campus, sem no entanto, obter êxito até o momento. Mais recentemente na Universidade do Amazonas, como exemplo contrário, a atividade iniciou-se somente alguns meses depois da sua fundação, em 2001, a partir de experiências concretas que possibilitaram o envolvimento de professores.

o conjunto das suas ações caracterizam-se em três momentos: o primeiro de estruturação da incubadora e formação da equipe seguido da formação dos grupos comunitários para o cooperativismo e, por último, a incubagem, que engloba a formação, o assessoramento, a qualificação e o acompanhamento da cooperativa, cumprindo desta forma a função formativa da própria universidade (POPP, 2002).

Oportunamente o aprofundamento teórico foi assumido na UFPR pela área do Direito Cooperativo, com a organização de um Núcleo, que também participa ativamente na promoção de eventos, como as Oficinas de Trabalho em Direito Cooperativo (julho de 1999 e maio de 2000) e o 1º Seminário de Tributação em Cooperativas (novembro de 1999).

A participação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR nesse processo começa a delinear demandas específicas de projetos de Mestrado e Doutorado que pretendem explorar a temática do cooperativismo, da economia solidária, da autogestão, dos direitos humanos e do balanço social, em relação com a cidadania, a partir dos contornos constitucionais e jurídicos presentes em nosso país (POPP, p. 31).

#### 2.4.2 Recursos Humanos

Sem dúvida o principal fator determinante na criação e funcionamento regular de uma Incubadora é o dos recursos humanos, por serem seus integrantes aqueles que, com criatividade irão buscar alternativas para os problemas e obstáculos que surgem nas mais diversas situações, e o que pode de fato lhe conferir a qualidade almejada. Fazendo um paralelo com MARX (1974, p. 32-34), é o único fator capaz de criar valor novo e criativo, porque vivo ou, como diz ELLERMAN (1991), é o único fator responsável. E como se pretende demonstrar a seguir, definidor da própria existência de cada ITCP.

A afirmação de que foram as pessoas inicialmente sensibilizadas e comprometidas com a concepção do programa as que mobilizaram os esforços na alocação dos demais recursos, embora quase óbvia, deve ser devidamente explicitada neste tópico.

Assim, a constituição da equipe da ITCP/UFPR se deu de forma quase espontânea, com o agrupamento de professores, técnicos administrativos e alunos interessados na proposta, o que não significa que o trabalho tenha sido fácil ou que a equipe tenha permanecido estável e afinada todo o tempo. Ao contrário, não se obteve resposta à correspondência enviada para as unidades departamentais que dava conhecimento do programa e convidava seus membros a participar das reuniões iniciais de organização. Mesmo a divulgação oral e dirigida aos possíveis interessados sensibilizou poucos professores. Além disso, estabelecer os entendimentos conceituais e traduzir estes entendimentos às ações concretas, é um constante desafio. Logo, a aceitação de quais grupos comunitários a incubar, qual público alvo privilegiar<sup>29</sup>, como fazer a avaliação do potencial do grupo em assumir despesas em aluguel ou investimentos, aparentemente de vulto antes de obter receitas, diversas decisões acerca dos rumos e continuidade das atividades, a atribuição de responsabilidades e critérios de participação, foram, neste início, os pontos mais polêmicos.

Após a constituição inicial do grupo, e na medida em que as atividades da ITCP foram sendo implementadas, criaram-se alguns impasses na condução dos trabalhos e surgiram algumas divergências dentro da equipe. Sobre a caracterização do público alvo a ser atendido a questão foi a de se somente deveriam ser atendidos

---

<sup>29</sup> Esta questão também mobilizou as discussões no primeiro ano da Rede Nacional mas, no caso, foi substituída por outras mais emergentes, o que deu margem de liberdade para cada incubadora demarcar mais precisamente seus demandantes. Localmente há pouca variação quanto ao público alvo; a grande maioria privilegia de fato o que consideramos aqui como 'popular'. Ou seja, a ITCP/UFPR considera como seu público-alvo, o 'popular' no sentido amplo da palavra, como foi mencionado anteriormente, envolvendo desde os trabalhadores de empreendimentos autogeridos, trabalhadores desempregados ou em vias de perder o emprego até, aqueles historicamente excluídos do mercado de trabalho, os trabalhadores oriundos de firmas que foram privatizadas, os quais ora perderam seu posto de trabalho, ora o mantiveram em estágio de precarização, além de alguns grupos especiais tais como os egressos do sistema penal, os usuários do sistema de saúde mental e os portadores de deficiências. Em resumo, enfim, trabalhadores com muita dificuldade para encontrarem espaço de colocação. A ITCP/UFPR atendeu, nos três primeiros anos de atividade, aproximadamente vinte grupos, conforme se pode verificar no Relatório de Gestão 1998 - 2002 em anexo.

os excluídos dos bens sociais, desempregados, pessoas de baixa renda etc., ou se também se deveria incluir as demandas de um público nem tão necessitado, até porque geralmente inseridos no mercado de trabalho, tais como músicos, informáticos e estudantes de graduação da universidade, o que poderia trazer uma sinergia com resultados positivos para todos. Outro ponto que se tornou polêmico foi o do horário de permanência, ou disponibilidade dos professores participantes. Estes impasses foram superados com a saída de alguns integrantes. Logrou-se superar esta questão com o grupo e a continuidade do trabalho não foi significativamente afetada. Outras divergências seguiram-se, nem sempre reveladas oralmente. Nas ocasiões em que foi possível a discussão aberta das diferentes situações ou temáticas, o resultado foi o amadurecimento do coletivo.

No aspecto administrativo verificou-se rapidamente que as atividades da ITCP dificilmente poderiam ser compatibilizadas com os procedimentos mais padronizados da Universidade, causando problemas de incompatibilidade na adaptação a uma dinâmica muito mais imprevisível, vinculada aos acontecimentos externos das comunidades ou dos eventos aos quais a ITCP estava vinculada, como por exemplo, na forma e no tempo para requerer o apoio material, o transporte, na organização e no acesso ao material e documentação pertinente, etc. Decorreram daí alguns problemas na atuação concreta, quer na divisão de tarefas, quer na forma de execução das atividades, por vezes, reveladores das diferenças na concepção do programa.

A equipe teve variação relativamente grande durante quase todo o período de existência. Teve em média cinco professores, cinco técnicos administrativos e vinte estudantes. A flutuação maior, como se poderia esperar, foi entre os estudantes bolsistas, embora um pequeno grupo permanecesse como voluntário, inclusive depois de concluir sua graduação. Os grupos de professores e técnicos, embora do quadro permanente (exceto as secretárias contratadas como bolsistas sênior) também passaram por variações e períodos de adaptação ao novo tipo de atividade, que requer um perfil particular. A convocação dos bolsistas através de editais, reforçada pelo estímulo dos professores envolvidos, obedecia os procedimentos

previstos na resolução específica. Quanto aos procedimentos de ingresso de novos membros, servimo-nos do exposto no relatório 'Incubadoras 2001':

o ingresso de docentes, bolsistas ou servidores técnicos administrativos tem, em geral, sentidos diversos. Assim, uma das análises possíveis para o ingresso de novos docentes na ITCP/UFPR pode ser o critério da afinidade, seja com a atividade extensionista ou com o programa desenvolvido. Relevantes, também, as razões de ordem pessoal e o atendimento a demandas específicas, como por exemplo, o recente ingresso de docentes do curso de Engenharia Florestal. Para os bolsistas, o critério de escolha se dá por processo seletivo, promovido anualmente e orientado por área de conhecimento e interesse para a extensão. Por fim, o ingresso de servidores técnicos-administrativos está pautado por razões inerentes à burocracia universitária. (INCUBADORES 2001)

A integração da equipe esbarrou em dificuldades de natureza acadêmica, intra e inter áreas de conhecimento, das barreiras própria da linguagem, e também nos inevitáveis choques de personalidade. Houve também diferenças metodológicas, que incluem a compreensão muitas vezes divergente da concepção do programa por parte dos membros da equipe.

Várias tentativas de articulação de tarefas e áreas foram tentando aprimorar a atuação da equipe. A divisão do trabalho fundada nas relações de saber, 'onde o conhecimento específico pauta a divisão das tarefas, compreendida em quatro etapas (não estanques necessariamente), quais sejam, curso de formação, estudo de viabilidade econômica, legalização e assessoramento.' (INCUBADORES 2001), foi a que prevaleceu a maior parte do tempo. Nesse sentido, devemos destacar que,

Sob o ponto de vista institucional, encontramos os servidores técnicos-administrativos permeando todo o processo, fazendo a mediação entre as exigências de conhecimento específico, esfera de atuação dos docentes e estudantes e as demandas das comunidades (ibid.)

A tentativa de organização das atividades em equipes buscava também manter a flexibilidade e mobilidade dos seus membros: por exemplo, cada aluno



deveria estar em pelo menos uma comunidade fixa e em mais duas ou três alternadamente, a cada semana, para que pudessem conhecer outras realidades e interagirem também com outras equipes, contemplando as possibilidades e disponibilidades de horários. Como resultado da dificuldade da definição e distribuição das tarefas as atividades programadas ficavam 'imbricada estruturalmente à sua coordenação, podendo a tomada de decisão partir, eventualmente, de algum dos professores atuantes no projeto, mas a concretização e organização das atividades envolve técnicos administrativos e estudantes.' (Ibid)

Aqui, a partir de discussões internas da equipe da ITCP sobre hierarquia e autogestão, as quais foram posteriormente enriquecidas com a colaboração do professor Sérgio Bulgacov, do Departamento de Administração/UFPR, um novo modelo de estruturação administrativa foi proposto. A partir desta discussão foi criado um organograma, mais horizontalizado. No entanto este modelo não chegou a ser implantado por diversas razões, entre as quais destacamos a época em que se processou (final de ano e de gestão) e disponibilidade de tempo dos seus integrantes.

A proposta de reestruturação mais horizontalizada incluía considerar cada ação como um *projeto*, não somente as ligadas aos grupos comunitários, mas de toda e qualquer ação, como a elaboração de material ou a promoção de eventos, entre outras. Houve um certo ensaio mas não foi possível conseguir mudar os procedimentos anteriores.

### 2.4.3 Recursos Materiais

São as universidades as que, na grande maioria dos casos, disponibilizam os recursos próprios de espaço físico, transporte, telefone, equipamentos, servidores públicos e bolsas aos alunos que permitem o funcionamento das incubadoras.

Aqui na UFPR, a Incubadora contou com valiosos recursos humanos e materiais da Universidade, nem sempre ao mesmo tempo ou no momento oportuno. Grande parte das bolsas por exemplo, vigora apenas uma parte do ano; o transporte

por vezes tinha outras prioridades; os equipamentos eletrônicos nem sempre funcionavam a contento ou ainda a secretaria não teve a necessária estabilidade de pessoal. (ver em anexo o relatório em que se descreve os recursos existentes)

A estrutura certamente enfrentou as dificuldades do pionerismo: por um lado, em mensurar a demanda a ser atendida e, por outro, em adequar a estrutura necessária para tal. Nem sempre foi possível evitar o desperdício de recursos humanos ou materiais em determinados momentos, ou superar a carência dos mesmos na maior parte. Inserida e subordinada à hierarquia institucional, a ITCP enfrenta a luta pelo espaço político na arquitetura do poder da UFPR, sendo algumas vezes mal interpretada: (Para que querem tudo isso? O que esta Incubadora faz?) quando não relegada à categoria das atividades menos importantes.

No início, a ITCP foi alocada no espaço destinado à Coordenadoria de Apoio à Cidadania, uma sala de aproximadamente cinquenta metros quadrados, dividindo-a com esta. No mesmo espaço, que antes se destinava somente ao acompanhamento dos projetos, desenvolveu-se o programa de incubagem simultaneamente. Dada as diferenças de condução de ambas as atividades, inevitavelmente elas acabaram por entrar em conflito. O espaço disponibilizado na seqüência foi de uma sala maior mas que, por não ter divisórias, acabou por não permitir a concentração necessária às atividades. A terceira opção, a qual está sendo utilizada ainda no momento em que escrevemos esta dissertação, permitiu a distribuição dos membros da equipe no espaço de três salas; várias disposições foram testadas nelas e, aos poucos, foi-se encontrando o lay-out mais adequado, segundo as funções e período de permanência dos integrantes.

A dificuldade da ITCP em ser compreendida foi muito maior dentro da própria universidade do que fora dela. Parte do problema surge do fato da ITCP estar inserida numa estrutura acadêmica, mas precisando agir com ritmo próprio, respondendo a uma dinâmica determinada exógenamente, que amplia significativamente suas atividades, além das pertinentes ao processo de incubagem. Além das dificuldades financeiras das instituições públicas como por exemplo a dos Hospitais Universitários, a Incubadora, até por ter sido criada muito recentemente,

não é entendida e assumida, exceto pontualmente, como um laboratório social necessário à formação discente.

#### 2.4.4 O Processo de Incubação

As atividades realizadas passaram, conforme afirmado textualmente pela primeira coordenadora do programa,

por quatro fases inter-relacionadas e um acompanhamento de 2 a 3 anos:

1. **Formação:** construção participativa do processo de formação em cooperativismo, compreendendo as seguintes etapas:

**Sondagem-Preliminar:** primeiros contatos com lideranças comunitárias, aplicação de pesquisa e levantamento de dados para conhecer a realidade da comunidade, identificação das potencialidades econômicas do grupo, mapeamento do público alvo, apresentação da Incubadora através de seminário;

**Mobilização-Diagnóstico:** identificação de trajetórias e profissões dos participantes e potencial dos recursos humanos, organização do grupo considerando a diversidade cultural, religiosa, associativa, etc.;

**Curso Básico de Cooperativismo:** apresentação aos indivíduos interessados da comunidade, do conceito, objetivos, doutrina, valores e princípios do cooperativismo, de modo a torná-los capazes de distinguir conceitos de empresas e empresários (conforme os significados de empresa mercantil e cooperativa), autogestão e heterogestão, tornando conhecidos a estrutura e o funcionamento de cooperativas.

2. **Planejamento e Projeto da Cooperativa:** organização, análise e avaliação dos dados obtidos através das pesquisas participativas realizadas durante as primeiras etapas do processo de incubagem, com vistas à inserção da cooperativa no mercado através de diagnóstico, pesquisa de mercado, de viabilidade econômica e financeira, discussão e elaboração do estatuto, do regimento interno e da ata de fundação da cooperativa, caracterização do potencial da cooperativa.
3. **Cursos de Capacitação Técnica:** habilitação nas áreas específicas da atividade econômica das cooperativas,
4. **Administração/Autogestão e Legalização da Cooperativa:** definição de estrutura organizativa e funcional de uma cooperativa, definição de indicadores e parâmetros de qualidade, assim como procedimentos e estratégias de marketing. (POPP, 2002, p 29-30)

A metodologia herdou a concepção e práticas da incubadora de origem (COPPE/UFRJ) e teve, especialmente nos primeiros anos muita influência da

Universidade de São Paulo ( USP) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), face à disponibilidade do material didático cedido solidariamente para uso e análise. Assim, inspirados na experiência da USP adotou-se os eixos da formação inicial em cooperativismo<sup>30</sup> acima mencionados. Segue-se então o período posterior do processo de incubagem, no qual a autogestão constitui-se no desafio constante a ser alcançado e realmente implementado.

No processo de incubagem, paralelamente às exigências para capacitação dos cooperados e aprimoramentos das cooperativas amplia-se a participação de cada vez mais agentes especialistas nas áreas de atividades das cooperativas como de limpeza hospitalar, segurança, engenharia florestal entre outras. Esta experiência repetiu-se também em outras incubadoras no Brasil como resultado das crescentes demandas em escala nacional (INCUBADORES 2001).

#### 2.4.5 Parcerias/ Políticas Públicas

Para as redes universitárias e as organizações cooperativas importa identificar parceiros aliados na construção de alternativas viáveis para o cooperativismo e que levam a mudanças efetivas no interior da cooperativa, dos seus atores, de cooperados, de suas posturas e práticas.

Na UFPR, além das condições oferecidas pela universidade como quadro de professores e técnicos administrativos, alunos bolsistas, transporte, espaço, equipamentos e material de consumo, a incubadora contou com os recursos financeiros do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) na forma de prestação de serviços e de bolsa aos alunos da universidade respectivamente. Esta possibilidade cumpriu importante papel no desenvolvimento das atividades, suprimindo necessidades de complementação da equipe entre outras despesas. Por outro lado este financiamento

---

<sup>30</sup> Os referidos eixos de atuação são: Auto-Reconhecimento; Comunidade-Sociedade; Trabalho; Cooperativismo – um novo código de relacionamento social e de produção econômica; a estrutura de um empreendimento cooperativo.

aliado ao quadro de diversidade de tarefas e do caráter pioneiro e inovador, propiciou condições também para diferentes interpretações no uso dos recursos.<sup>31</sup>

A Política Pública de Educação Profissional da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) que, com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) delegados pelo seu Conselho Deliberativo (CODEFAT), criou o PANFLOR, aplicado no Paraná pelas Secretarias de Estado, financia parte significativa das ações executadas pela ITCP/UFPR com a qual mantém parceria desde o primeiro ano de sua implantação.

O programa ITCP/UFPR, embora não se confunda com ele, tem coincidência de objeto e objetivo com o PANFLOR. Este programa tem foco na empregabilidade e geração de renda, reforçada através de parceria com a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho (SERT). Além dos recursos financeiros, esta relação trouxe possibilidades à UFPR de estreitar sua relação com os movimentos sociais, e, especialmente, de aprofundar a discussão e influenciar a concepção e prática do programa Associativismo e Cooperativismo do PANFLOR que, no Paraná, adotou processo semelhante ao da incubagem, superando o método de cursos sem acompanhamento, que não trazia resultados mais efetivos.

Entre outras parcerias e convênios firmados pela ITCP/UFPR estão: a Secretaria de Estado da Criança e Bem-Estar Social (SECRE); o Instituto de Ensino e Pesquisa para cooperativas da universidade de Sherbrooke (Canadá); Rede Universitária Panamericana de Estudos Cooperativos; a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (ANTEAG); o Instituto Internacional para o desenvolvimento da Cidadania (IIDAC); o Comitê de Entidades Públicas (COEP).

---

<sup>31</sup> Isto originou, provavelmente, denúncia sofrida pela ITCP sobre utilização inadequada de recursos, acarretando tempo e desgaste para comprovar documentalmente a efetiva atividade desenvolvida. Tal discussão ocorreu em torno da destinação dos recursos recebidos do Prêmio Petrobrás – Universidade Solidária, que somavam vinte mil reais, os quais foram, em parte, utilizados para a compra do terreno em Antonina, no qual se localiza a Cooperativa Serramar. Tal terreno era necessário para a sede de produção desta cooperativa, entre outras despesas previstas para atividades de fomento e educação ambiental. O restante dos recursos destinaram-se à implantação das ações previstas no projeto.

#### 2.4.6 As Experiências da ITCP/UFPR

A atuação da Incubadora junto às comunidades iniciou-se em 1999 com a colaboração da equipe de *Formadores* do Rio de Janeiro, nas primeiras visitas à região invadida denominada Pantanal (no bairro do Boqueirão, em Curitiba) e a Antonina. Posteriormente a identificação das demandas foi ganhando novos contornos. Neste item apenas algumas considerações gerais serão feitas a esse respeito. Narraremos aqui de forma sucinta algumas das atividades desenvolvidas pela cooperativa, reservando para o próximo capítulo a análise de sete destas experiências que serão mais detidamente abordadas.

As ações inicialmente foram orientadas às comunidades que já mantinham alguma relação com a Universidade, em geral sob a forma de trabalho extensionista. Com a integração da Incubadora no conjunto das ações implementadas pela Secretaria de Estado das Relações de Trabalho e Emprego (SERT), sua atuação concentrou-se nas demandas identificadas pelos Conselhos Municipais e Estaduais de Trabalho, ao orientar a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em diferentes programas de formação e capacitação.

Após o primeiro ano de execução destas ações, outras demandas identificadas pela Secretaria de Estado da Família, da Criança e da Adolescência (SECRE) chegaram também à Incubadora. Estes grupos formaram-se, na maior parte, a partir dos 'Clubes de Mães' ou Associação de Proteção a Maternidade e a Infância (APMI's), estimulados pelas prefeituras, as que orientam as pessoas, na maioria mulheres, em trabalhos manuais de costura, crochê, bordados, tricô, artesanato e conservas e doces. Embora algumas destas atividades tenham avançado ao ponto de terem adquirido máquinas de costura, overlock e equipamentos afins (com arrecadação em bingos e atividades festivas da cidade, ou também por doações ou empréstimos feitos pelas prefeituras), via de regra têm problemas em comercializar o que produzem, por não constituírem um grupo, não terem organização administrativa nem possuírem lugar adequado para a venda dos seus produtos. São geralmente atividades complementares, pois a maioria das mulheres trabalham na lavoura.

Nos municípios maiores deparou-se com a dificuldade da distância entre os bairros e de condução para as comunidades. A possibilidade dos instrutores irem até cada localidade nem sempre foi possível implementar pelos limites de recursos da ITCP.

A cooperativa, por ser também uma construção política, convive com impasses que se sucedem, uns após outros, inclusive o de terem uma remuneração ainda muito baixa para seus integrantes, associado quase sempre com profissões em vias de extinção no mercado de trabalho e falta de acesso a tecnologia. Quando os esforços conjugados da universidade, do governo e das pessoas organizadas enfrentam a falência, o fracasso é coletivo, e também é social. Segundo AUGER (2001, p. 16), no Canadá, onde o governo valoriza este tipo de organização, a taxa média de sobrevivência das cooperativas corresponde ao dobro em relação às empresas canadenses, o que serve para ilustrar a potencialidade de ações conjuntas.

Uma das mais antigas comunidades trabalhadas pela ITCP, na qual houve muitas dificuldades para avançar, foi a do 'Pantanal', região antiga de invasão no bairro do Boqueirão, em Curitiba. Nesta localidade, a Universidade já desenvolvia outros projetos de extensão, por exemplo ao viabilizar o fornecimento de água potável à população mediante a construção de um poço, além de proporcionar acompanhamento nutricional de algumas crianças, cujas famílias recebiam cestas básicas. Havia também uma unidade de panificação criada com a ajuda de outra entidade, que se esperava que tivesse efeitos multiplicadores.

A questão básica que permeou todas as tentativas de desencadear o processo nesta região, e que se revelou decisiva, foi a altíssima rotatividade dos participantes, e, conseqüentemente, a não constituição de um grupo. Muitos dos que participavam em alguma das atividades não permaneciam posteriormente na localidade como moradores. Não sendo possível superá-la, tal questão impediu dar continuidade às atividades.

Diversas tentativas foram implementadas sem sucesso. Verificando-se, além do número reduzido de pessoas, também a sua alternância, na primeira vez que a equipe colocou para os participantes o impasse da continuidade do trabalho da ITCP,

algumas pessoas que moravam do outro lado da linha de trem que corta o bairro e que tinham se interessado pelo trabalho acabaram por convencer a equipe de que haveria mais gente participando se as reuniões acontecessem próximas das suas casas. Assim as atividades tiveram continuidade na Vila Nova e no Jardim Paranaense com as pessoas interessadas.

A primeira idéia nesta etapa foi a de tentar abrir uma padaria para atender o mercado local. Esta iniciativa foi sendo centralizada pela pessoa que a liderou, quem chegou a realizar uma pesquisa sobre o investimento necessário, os custos operacionais e o potencial de vendas na região.

A concretização do empreendimento esbarrou em diversas dificuldades: o levantamento não correspondia em vários aspectos ao que era minimamente exigido para o funcionamento; o local da padaria, que seria cedido por uma igreja, segundo este líder, não passou de intenção, e, a obstinação em manter este objetivo acabou por afastar a maioria das pessoas que não mantinham laços familiares com o referido líder.

Posteriormente, trazida por uma das participantes que havia se afastado com as desavenças, surgiu a possibilidade de realizar uma atuação em conjunto com a Fundação de Ação Social (FAS) da região do Boqueirão, que também encontrava dificuldades de mobilizar os moradores. A última tentativa foi então desenvolvida com este grupo de mulheres, que contavam com certa experiência e que já tinham participado de um curso realizado pela prefeitura de Curitiba na área de limpeza e costura. A ITCP reorganizou os cursos de cooperativismo e de autogestão. Elas chegaram a arrecadar R\$ 180,00 de fundos com a venda de peças de roupas e utilitários domésticos para constituir a cooperativa ou associação. Mas a dificuldade de relacionamento entre as mulheres da costura e da limpeza acabou levando a experiência ao fracasso.

À época, os integrantes da equipe relacionaram a baixa freqüência a problemas sociais graves, como a precária situação econômica, educacional e profissional das pessoas, além da falta de motivação, perseverança e problemas de relacionamento com lideranças locais que reclamavam não receber gratificação pelo trabalho. Identificou-se, contudo, que no último grupo a maioria das mulheres eram



desquitadas e não possuíam qualquer tipo de renda fixa ou auxílio para a criação dos seus filhos, o que as obrigava a abandonar as aulas para buscar trabalho.

Outra experiência de atendimento foi desenvolvida pela ITCP/UFPR a partir das demandas das prefeituras de alguns municípios do interior, próximos a Curitiba. Elas apresentaram, através de sua SERT e SECRE, solicitações de formação no Programa de Associativismo e Cooperativismo, nas áreas artesanal e agrícola. A dinâmica das atividades desenvolvidas nestas localidades estava estreitamente vinculada ao apoio das administrações municipais. No caso de Quitandinha, a Secretaria da Indústria e Comércio participou ativamente de todas as etapas, viabilizando a implementação das idéias discutidas coletivamente. Nos municípios de Mandirituba e Campo do Tenente, as dificuldades de organização do grupo iniciaram-se com a definição do objeto da cooperativa ou associação pretendida. As perspectivas, sistematizadas em um grande seminário realizado na região, eram de legalização de empreendimentos nos quais 'ninguém seja superior', nos quais exista união sem a interferência de patrão ou sindicato, para obter trabalho, renda, produção, comercialização e desenvolvimento social e financeiro. A partir da identificação dos seus conhecimentos, os participantes demonstraram interesse em aprender e vender no mercado, aperfeiçoando-se para saber 'como agir daqui para frente'. Contavam para isso com a ajuda da universidade, SERT, SECRE, prefeituras, governos, Emater, comunidade e o próprio grupo para receber recursos financeiros, cursos orientação e acompanhamento. Os problemas que queriam evitar nesta empreitada eram os seguintes: que alguém virasse ditador, que as pessoas não participassem ou que houvesse falta de união, perseverança, planejamento, mercado e qualidade do produto.

Como as demais cooperativas de produção, enfrentaram problemas de organização interna e de comercialização. A partir de 2002 vislumbram a possibilidade de fornecerem parte da produção ao Restaurante Universitário da Universidade.

Outra experiência interessante diz respeito ao caso da comunidade de Araucária, a Região Metropolitana de Curitiba. Esta comunidade já vinha sendo trabalhada pela equipe de assistentes sociais da prefeitura, atividade

complementada por cursos de qualificação, quando a Incubadora iniciou o curso com um grupo composto basicamente por desempregados. Distinguiam-se aí três atividades: coleta e separação de materiais recicláveis, panificação e costura. Os participantes enfatizavam que a expectativa era aumentar a renda e encontrar trabalho. Apesar de muitos se apresentarem com uma profissão determinada (manicure, cabeleireira, diarista, costureira, confeitadeira, zelador, coletor), a maioria não possuía de fato uma capacitação formal ou informal. Os procedimentos iniciais (cadastramento e dinâmicas de reconhecimento) foram desenvolvidos com todos juntos. Posteriormente, com uma frequência grande e estabilizada, optou-se por dividir o grupo que ultrapassava cinquenta pessoas, buscando com a ajuda da prefeitura um lugar alternativo para os catadores, mais próximo da moradia dos que tinham mais dificuldade de locomoção. A condução das atividades ficou aos cuidados de técnicos da ITCP e profissionais recém formados da área de psicologia, com experiência anterior como bolsistas na própria ITCP. Lamentavelmente, não se conseguiu chegar aos objetivos propostos. O primeiro grupo a desmobilizar-se foi dos catadores.

Entre as primeiras cooperativas incubadas estava um grupo de vinte e sete pessoas, sendo dezessete da área de vigilância e segurança e os demais com experiência em zeladoria e portaria, que constituíram, em 10/04/2000 a Cooperativa dos Trabalhadores em Vigilância Patrimonial do Paraná – Vanguarda. Com a cooperativa este grupo buscava coesão em torno de objetivos comuns na construção de uma nova história sobre profissionais em vigilância, prestando serviços qualificados nesta área, sem intermediação, com um ideal coletivo de buscar não apenas postos de trabalho mas também qualificação técnica. Utilizariam provisoriamente o endereço da Universidade, mantendo porém a perspectiva de terem uma sede própria, com investimentos em móveis, utensílios, equipamentos operacionais para vigilantes e veículos, previstos no projeto, que incluía inclusive projeção do resultado operacional. No processo de legalização deparou-se com o impedimento legal da criação de cooperativas de segurança, respaldado em uma lei aprovada pelo Congresso Nacional. A atuação do grupo foi adaptada para a área de serviços de portaria, jardinagem, asseio e conservação para residências, condomínios e empresas. Mantém-se no mercado, porém com poucos contratos.

Vale mencionar também a experiência com os índios guaranis de Santa Rosa do Ocuí e Diamante do Oeste, os que receberam os índios remanejados de Guaíra por ocasião da construção da Usina de Itaipú. Pretendiam trabalhar com apicultura. Docentes de antropologia e zootecnia contribuíram na condução das atividades. Foram feitas algumas visitas de reconhecimento e definição da estratégia a ser adotada. Esta experiência deveras singular foi muito rica para a Incubadora, que também foi visitada pelo cacique Agostinho, mas não teve continuidade, por fatores internos e externos à Incubadora: mudanças nas lideranças dos índios, dificuldade de comunicação com as tribos na região, a pertinência e as dificuldades jurídicas de constituição da cooperativa com indígenas, a desagregação da equipe ao longo do processo, além dos custos do deslocamento, entre outros.

## 2.5 O FUNCIONAMENTO DAS ITCPs NO BRASIL: ALGUMAS COMPARAÇÕES

O objetivo deste item ao ilustrar outras experiências é de estabelecer paralelos entre as possíveis adequações de um programa implementado nacionalmente. A forma singular de cada uma delas traz, seguramente, questões que não serão tratadas no âmbito deste trabalho mas, a sua exposição permite entendimentos que certamente iluminam a compreensão do caso da ITCP/UFPR a partir da simples contraposição. Esta parte do trabalho em especial utiliza exaustivamente os resultados da versão preliminar do já mencionado Relatório 'INCUBADORES 2001' a qual a autora teve acesso.

### 2.5.1 Sobre a Criação

O vínculo institucional de cada incubadora é revelador da sua melhor adequação em função das articulações pessoais e institucionais locais. Entre as mais antigas, a da Universidade Federal do Ceará (UFCE) está vinculada aos departamentos de Ciências Sociais e Filosofia, de onde são oriundos os professores

envolvidos. Do mesmo modo em Pernambuco, ela está vinculada ao Departamento de Educação e ao Programa de Associativismo para Pesquisa Ensino e Extensão (PAPE).

As ITCP's de Pelotas (UCPel), de Blumenau (FURB), de São João del Rei, de Juiz de Fora e da Federal do Amazonas entre outras estão, por sua vez, vinculadas a núcleos da UNITRABALHO, que por sua vez podem ter relação com Pró-Reitorias de Pós-graduação, de Extensão e de Relações Comunitárias, Vice Diretoria de Assuntos Comunitários, núcleos, e/ou convênios. Nestes casos a existência e experiência anterior da UNITRABALHO contribuiu em alguma medida no desenvolvimento de suas atividades. No entanto esta regra não pode ser generalizada; na UFPR, por razões que não conseguimos compreender, não aconteceu a integração esperada.

Em São Carlos, a INCOOP/UFSCAR, que atua em âmbito regional, iniciou a sua organização e gestão em 1998, porém não está ainda formalizada, mas em processo de discussão.

Chama a atenção o fato de que, embora seja uma atividade extensionista, pelas articulações possíveis relativamente poucas ITCPs tenham sido constituídas institucionalmente na forma de Programa ou Projeto de Extensão, a exemplo da UFPR e de Juiz de Fora. Também poucos são os casos em que a Incubadora ocupa um lugar especial enquanto proposta da instituição, assumida explicitamente como prioridade. Em Juiz de Fora, as duas últimas gestões decidiram ampliar e consolidar as relações de parcerias, priorizando-as como objeto de reflexão e estudo.

Algumas Incubadoras constituem-se em campos de estágio para alguns cursos, explicitando isso inclusive como um dos seus objetivos, como por exemplo a da Fundação Universitária Regional de Blumenau (FURB) e da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Em Pelotas os objetivos da Incubadora são de assessorar, proporcionar campos de estágio alternativos, prestar assessoria de 12 a 24 meses nas áreas disponibilizadas pela universidade, expansão, fortalecimento, e aperfeiçoamento da rede, reforçar o caráter comunitário da universidade e aprimorar o ensino.

Na ITCP da Ufscar, os objetivos são os de fomentar trabalho e renda dentro dos princípios da economia solidária, facilitar o processo de organização e desenvolvimento de cooperativas fundamentando-se nos princípios legítimos do cooperativismo, a produção do conhecimento articulando-os aos projetos de extensão e a prestação de assessoria a grupos organizados e órgãos públicos para cooperativismo, especialmente o popular (INCUBADORES 2001).

Em Juiz de Fora foram as experiências na área, desenvolvidas anteriormente, que fundamentaram o início das atividades. Contava-se já com antecedentes na área da economia popular, geração de renda e emprego com perspectiva de gênero, sendo que desde 1994 a UFJF tem parceria com o movimento sindical e desde 1997 com a Unitrabalho, entre outras experiências bem sucedidas. Na USP, a ITCP está vinculada à Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais (CECAE) (ibid).

Em comum, apresentam a característica de atenderem inicialmente a aqueles que estão mais próximos, pela existência de projetos afins, de demanda do próprio entorno ou ainda pela parceria identificada com os mesmos objetivos e público alvo.

## 2.5.2 Recursos Humanos

Em cada ITCP os alunos cumprem papéis importantes mas diferentes, com tarefas e responsabilidades diferenciadas. O papel e a proporção de alunos graduandos e pós-graduandos apresentam diferenças significativas entre as incubadoras da Rede: representam de 20% a mais de 50% dos integrantes das equipes e, as respectivas responsabilidades e tarefas, vão desde o simples acompanhamento até a coordenação da Incubadora, como é o caso da USP. Chama a atenção neste aspecto a experiência da USP na qual os alunos atuam em pé de igualdade com os professores, que representam em torno de 10% da equipe, número bastante reduzido comparativamente às demais (na UFPR, por exemplo, é de aproximadamente 25%). Em Pelotas, ao contrário, as atividades discentes são acompanhadas de perto pelos professores. Na UFPR os alunos foram conquistando seu espaço com a experiência, assumindo gradualmente mais responsabilidades

quando sentiam-se capazes e preparados, sem no entanto, dispensar a orientação dos docentes.

A do Rio de Janeiro tem pouca ligação com setores acadêmicos da UFRJ. O pessoal contratado para equipe está composta principalmente por recém formados e alunos de pós-graduação. Os sócios das cooperativas incubadas contribuem de forma decisiva na formação de novas cooperativas e nos eventos locais e nacionais. No Ceará a equipe da Incubadora está composta de 12 pessoas entre elas 4 estagiários. Foi das primeiras incubadoras criadas no país e é das que demonstram maior profissionalização.

Em Blumenau, onde a equipe conta com cerca de 22 pessoas, das quais quatro professores, desenvolvem-se atividades de cursos de cooperativismo e auto-gestão, cursos técnicos, da rede de economia solidária, incubagens, pesquisas e produção de vídeo. Tem atualmente três empreendimentos incubados, quatro empreendimentos assessorados e 17 participantes da rede de economia solidária.

Já em Pelotas, a integração dos estagiários, que preenchem um diário de campo, se dá por etapas. Argumentam que a assessoria requer pessoas com experiência.

Na Universidade Federal do Amazonas a equipe conta com 4 professores e 8 alunos. Já existia demanda quando a incubadora foi criada e encontraram no modelo do Rio a forma mais adequada para o seu atendimento. Na incubadora de Pernambuco, a INCUBACOOOP tem onze membros sendo 03 funcionários e 05 bolsistas.

Consideram como ponto negativo a falta de comprometimento de alguns que, ao não contribuir, acabam por atrapalhar o andamento das atividades. Alguns objetivos são mais operacionais, delimitando a forma de relação ou os limites à atuação.

### 2.5.3 Recursos Materiais

A primeira e principal fomentadora de iniciativas de incubagem de cooperativas populares no Brasil foi a FINEP; ela financiou as primeiras incubadoras no país (Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Juiz de Fora, Universidade de São Paulo e Bahia).

O orçamento de Juiz de Fora conta, além da FINEP, com convênios (SERT, GERACOOOP/CETASCAD/MG), com a parceria de sindicatos e empresas, e com o apoio administrativo da universidade na parte de infra-estrutura água, luz, telefone, internet, material de consumo e bolsas de pesquisa e extensão. É provavelmente a que mantém a maior equipe dentre as incubadoras da Rede.

A FINEP é a origem dos recursos administrados pela UFRPE, que também negocia pequenos projetos de acompanhamentos de alguns grupos. A universidade proporcionou recursos de R\$ 20.000,00 para reforma de prédio, além do pessoal efetivo e transporte para cooperados. A Fundação Banco do Brasil propiciou R\$ 42.000,00 de investimento para espaço físico e equipamentos. Receberam da Confederação Nacional dos Metalúrgicos também para reforma R\$ 15.000,00 e dá FADURPE/FAT para cursos R\$ 27.000,00 em 1999 e R\$ 28.000,00 em 2001. Seus gastos mensais são de aproximadamente R\$ 7.310,00. Trabalham com 11 grupos incubados ou pré-incubados e 3 grupos de demandas especiais. Mantém um curso de pós-graduação *latu sensu* de 360 horas em cooperativismo (INCUBADORAS 2001).

A ITCP da USP, que se caracteriza pelos seus grupos de estudo com discussões teóricas e práticas, tem nove fontes de financiamento, inclusive da FINEP, prefeitura municipal, cooperativas e SESCOOP, totalizando mais de R\$ 700.000,00 no ano. Sua folha de pagamento de R\$ 12.000,00 remunera 14 formadores (20h), 14 formadores (10h), 4 coordenadores (20h), 2 ou 3 coordenadores (40h) e 01 secretária (40 h). A universidade proporciona instalações, telefone, Internet, água e luz. As despesas mensais de transporte e materiais alcançam R\$ 2.000,00.

Na incubadora de Manaus as fontes de recursos são: FAT; FAT/CUT – Integrar; Unisol; Icco; Fundo Miniprojetos.

Algumas contam com espaço privilegiado, inclusive com box para as cooperativas, como em Pernambuco, enquanto outras se vêem limitadas inclusive para reunir a equipe, como a de Blumenau.

A maioria considera como aspectos limitadores a falta de financiamento para as ações, assim como a carência de apoio das organizações ligadas ao cooperativismo, precisando de maior capilaridade com a universidade pela falta de envolvimento de professores e apoio institucional.

#### 2.5.4 O Processo de Incubação

Em Pelotas a metodologia segue os princípios da rede e as demandas cumprem o ritual de preenchimento de formulário entre outros procedimentos. Para esta Incubadora, sendo a idéia de incubação a troca de saberes, consideram-na como um processo de trocas entre equipes interdisciplinares de estágios e grupos de economia solidária em gestação. Sua metodologia de incubagem divide-se em quatro momentos:

- a) de aproximação, onde se dá o diagnóstico preliminar;
- b) de investigação, onde se avalia a potencialidade do grupo;
- c) da incubagem, que inclui a assessoria e acompanhamento; e por último,
- d) da preparação para desincubagem.

O processo inclui desde a recepção das demandas até a elaboração de projeto para cada grupo, formação de equipe, curso básico para trabalhadores entre outros procedimentos de acompanhamento. Esta Incubadora conta com uma equipe volante para atendimentos pontuais. Para outras, como a da FURB, a incubagem inicia como curso em cooperativismo em auto-gestão. Na FURB, o funcionamento se dá pela divisão de tarefas no planejamento e nas reuniões. A aceitação ou não de novos grupos depende da capacidade de atendê-los que é avaliada e decidida em



conjunto. Programa-se as atividades através de um cronograma mensal (INCUBADORES, 2001).

Pode se perceber que a estrutura na ITCP de São Carlos é bem verticalizada e com tarefas bem definidas. Utilizaram várias formas de procedimentos para a entrada de novos membros, inclusive provas escritas. Atuam em dois grupos: um que vai até a comunidade acompanhar os grupos incubados, e outro, da equipe que discute e delibera sobre assuntos mais gerais. Cada grupo incubado é acompanhado por uma equipe que tem no mínimo um professor que coordena, um técnico e bolsistas ou voluntários. Reúnem-se pelo menos uma vez por semana. As decisões são coletivas, mediadas pelo coordenador. Vários ajustes ocorreram desde seu início. Atualmente o roteiro do processo de interação entre grupo e incubadora inclui avaliação de resultados (de viabilidade econômica e nichos de mercado). Posteriormente também foi incluída a etapa do diagnóstico. No âmbito da compreensão teórica, discutiram e revisaram seu conceito de tecnologia: antes consideravam-no inadequado pois historicamente a tecnologia serviu ao capital, e a cooperativa proposta difere do modelo capitalista. Hoje reconhecem sua importância para o desenvolvimento do empreendimento (qualidade do produto e qualificação para gestão).

Na experiência de Pelotas foi no mercado que apareceram as fragilidades de negociar contratos e estabelecer preços.

Na FUNREI consideram o estatuto importante instrumento que também ajuda na compreensão do que é uma cooperativa.

#### 2.5.5 Parcerias

A FURB, afinada com a diretriz do governo popular da Prefeitura de Indaial (SC), tem relação com esta no desenvolvimento de projetos, de modo que presta serviços além da incubagem.

São parceiros da UCPel o governo estadual do Rio Grande do Sul (SEDAI – RS), a ANTEAG e uma ONG. Suas fontes de recursos tem origem no SEDA/RS e na ANTEAG que somam aproximadamente R\$5.500,00 por mês, o que constitui a

despesa da incubadora para pagamento das horas técnicas da equipe dos bolsistas, das despesas de deslocamentos e das taxas administrativas. A incubadora da UFSCAR firmou convênio com o SEBRAE, o SENAI, algumas ONGS, etc. A amplitude regional da atuação foi fruto de discussão interna.

A ITCP/UFC conta com ampla rede de parcerias, o que viabiliza a produção de eventos (seminários), publicação de livros e a manutenção de uma estrutura profissionalizada, que atende vinte grupos registrados com 1.298 cooperados incubados e outros em processos de legalização. Dois grupos já estão desincubados. Há uma boa relação com o programa de economia solidária da Unitrabalho, isso porém não acontece com o seu núcleo.

Na Universidade do Amazonas a ITCP mantém parceira com SESCOOP-AM e com a CUT através do Desenvolvimento Solidários Sustentável (DSS), além de obter recursos também da Pró Reitoria de extensão para seu funcionamento. Mantém muito boa relação com a UNITRABALHO.

#### 2.5.6 As Experiências das ITCP's no Brasil

Conforme o trabalho 'INCUBADORAS 2001' (ICCO) a Incubadora de Juiz de Fora acompanhou quarenta grupos, os quais participaram das oitenta e quatro turmas de formação em cooperativismo, atingindo mais de dois mil participantes. Nenhum dos grupos, todavia, encontra-se em condições de desincubar. As dificuldades decorrem especialmente do caráter inovador do projeto; neste sentido o papel da rede tem sido importante na busca de soluções e caminhos alternativos.

Em Pelotas há cinco grupo incubados que somam aproximadamente 850 pessoas atendidas.

As dificuldades relatadas pela ITCP de Manaus estão nos obstáculos identificados com o público alvo, quais sejam os econômicos, educacionais e solidários. A despeito deste quadro foi criado um curso de pós-graduação de Educação Popular com quatrocentas horas.

## **CAPÍTULO III**

### **COOPERATIVAS POPULARES E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Este capítulo trata do registro das experiências consideradas relevantes para ilustrar o que foi discutido até aqui. Dada sua concretude e complexidade, não há pretensão de esgotar o tema ou os relatos, que já contam com algumas outras versões. Vale resgatar aqui o foco do desenvolvimento humano a ser privilegiado nos limites das fontes de dados disponíveis, elaborados a partir do levantamento realizado para fins de relatórios, de sistematizações das atividades das ITCPs que compõem o Projeto Incubadores 2001/ICCO, ou de observação não estruturada, direta e indireta, permitindo a flexibilidade necessária à análise de comportamentos e situações.

Serão os aspectos qualitativos/analíticos os mais importantes em nosso estudo, pois, além de não existir ainda nenhuma cooperativa desincubada pela ITCP/UFPR (as quais seriam passíveis de uma avaliação de resultado 'final' do processo de incubagem), as diferenças de perfis, área de atividade, formação profissional, acúmulo organizativo inicial e atual, entre outros aspectos, não permitiriam uma comparação estritamente linear entre as diferentes experiências.

O eixo adotado para elaborar os relatos das diversas cooperativas vinculadas à ITCP/UFPR inclui um pequeno histórico de como surge a demanda do grupo incubado, destacando principalmente as características pessoais e profissionais dos seus membros; segue com uma apresentação do contexto em que surge cada cooperativa, enfatizando os principais desafios e oportunidades, considerando o produto ou serviço a ser oferecido no mercado; posteriormente nos voltamos ao relato, seguido da estratégia adotada pela ITCP, sua perspectiva ou conteúdo peculiar e seu desdobramento prático, assim como a forma de

implantação da visão estratégica<sup>32</sup> considerando os elementos do meio e os organizacionais. Finalmente os resultados observados serão discutidos segundo critérios de congruência e coerência entre conteúdo e forma da referida estratégia. Será destacada especialmente a atitude frente ao desafio da participação<sup>33</sup> nas definições dos rumos da cooperativa, posto que a qualidade do voto decorre do grau de transparência das informações relevantes ao coletivo e da forma de acesso à atividade, o que nos lembra a dupla condição do cooperado, de proprietário e de usuário.

Este eixo principal será respeitado na abordagem de cada experiência, mesmo naquelas em que se verifica o insucesso.

As informações quantitativas gerais destas experiências encontram-se no anexo deste trabalho, bem como a parte constitutiva do relatório oficial citado.

Outra observação a fazer, refere-se à escolha dos grupos incubados examinados neste trabalho. Foram escolhidas as cooperativas que melhor dispõem de fatos e/ou informações capazes de enriquecer as reflexões pertinentes ao sucesso ou insucesso de cada experiência, ou, aquelas que apresentam alterações significativas de comportamento, nos permitindo refletir sobre a superação de determinadas dificuldades bem como a presença de outras ainda insuperáveis, considerando as condições dadas. O critério, neste caso, foi tão somente abordar fatos significantes do tema tratado. Assim, foram resgatados tanto aqueles que foram registrados de forma mais sistemática ou mesmo aleatória, ou simplesmente por estar na lembrança dos que aqui prestam seu depoimento.

Especificamente, serão abordadas as seguintes comunidades:

- i) a do Jardim Vinizia, em Curitiba, denominada Coopercamp, por viabilizar sua criação afinando as vocações e perfis diferentes dos seus membros;
- ii) a Cooperativa de Embalagens Brasil - COEMBRA, que luta bravamente para afirmar-se no mercado;

---

<sup>32</sup> Adota-se aqui a formulação estratégica o entendimento de Ramirez, qual seja a combinação de sua forma e conteúdo no interior dos respectivos campos de interação endógeno e exógeno. (2002 p. 197)

<sup>33</sup> Sobre a análise dos desafios cooperativos ver Lafleur, 2002 p 13-24, Prevost, 2002 p 42 e Ramirez, 2002 p. 55.

- iii) a dos pescadores e tiradeiras de siri e bacucu, a Serramar de Antonina, superando divergências históricas em uma história comum;
- iv) a comunidade dos taxistas de Foz do Iguaçu que deve seu sucesso à combinação exitosa da parceria com Prefeitura, Conselhos Municipais e Estaduais do Trabalho e Banco do Brasil;
- v) a dos informáticos, a Cooptech, na qual a ameaça não concretizada, do desemprego estreitou a identificação com a incubadora.
- vi) dos telefônicos cujas dificuldades internas e externas foram negativamente decisivas, e a
- vii) de Tijucas do Sul, cujo processo foi interrompido dado os desajustes na condução das políticas públicas;

### 3.1 A AÇÃO EXTENSIONISTA DA ITCP NAS COMUNIDADES

Para possibilitar a ação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) junto às comunidades e cooperativas, foi desenvolvida uma metodologia. Este 'processo de formação' inclui as pesquisas, o acompanhamento e as assessorias necessárias para os referidos grupos, possibilitando que trabalhadores geralmente de baixa remuneração possam desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de renda gerada pelo seu trabalho. Assim, a emancipação econômica e social pode ser viabilizada com a socialização do conhecimento que a universidade produz e disponibiliza para a população.

O cooperativismo autêntico faz parte da economia solidária, onde os trabalhadores detêm igualitária e democraticamente a posse e o controle do empreendimento. Eles têm na autogestão a tentativa e a possibilidade concreta de identificar seus problemas e limites para, coletivamente, enfrentar os conflitos no interior das comunidades com a perspectiva transformadora, somando esforços ao deparar-se com as barreiras externas.

Os conflitos são inerentes aos empreendimentos autenticamente autogestionários, porque típicos das relações de poder, do controle da informação, do grau de transparência, da diferença na qualificação profissional e respectiva remuneração. Assim a transferência do controle para as mãos dos trabalhadores, requer um esforço permanente para que estas experiências não acabem, se transformando em cooperativas com alguns 'donos', detentores do mando, e outros 'não donos', simples executores de tarefas.

Na maior parte destes casos, além da UFPR, a implantação da Cooperativa contou também com recursos e esforços da SERT, entre outros parceiros. A articulação entre entidades representou um verdadeiro impulso para a compreensão e desenvolvimento do empreendimento cooperativista, pois são diferentes modalidades de união e esforço na atuação, preservando cada qual sua independência, autonomia e identidade. A implementação de um programa com estas características, constitui oportunidade estratégica para avançar e fazer dos valores e dos princípios do cooperativismo algo mais que simples discurso ou demonstração de boa intenção.

Sendo praticamente um consenso que as possibilidades de geração de trabalho e renda, pela forma tradicional, estão cada vez mais reduzidas na proporção necessária à absorção da população economicamente ativa (PEA), o esforço do poder público para enfrentar este conjunto de problemas que se traduz nas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PANFLOR) e Plano Estadual de Qualificação (PEQ), ganham papel de destaque. A universidade, comprometida com objetivos semelhantes, também assume a responsabilidade de atuar de forma potencializadora, unindo esforços para criar oportunidades de trabalho e renda, no âmbito das atividades do ensino, pesquisa e extensão. As ações propostas no Programa de Associativismo e Cooperativismo da SERT propiciam esta articulação de forma inter e multidisciplinar, enriquecendo a formação acadêmica em diferentes conhecimentos.

## 3.2 ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS

### 3.2.1 COOPERCAMP - Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Capital Paranaense

#### **a) Histórico e características dos membros da Cooperativa**

A formação do grupo teve origem no interesse despertado em alguns membros da comunidade do Jardim Venízia, da região da Cidade Industrial de Curitiba, a convite da CUT, presentes por ocasião do lançamento da Incubadora, em março de 1999.

As primeiras reuniões realizaram-se nas escolas da região, Escola Joaquim Távora e cedidas gentilmente por suas direções, sendo local apropriado por ser perto da residência dos participantes e acomodar todos adequadamente.

A tentativa de alugar um espaço bem antes de vislumbrarem perspectivas de receitas quase comprometeu a continuidade das ações. O processo de formação da cooperativa aconteceu relativamente rápido. A Assembléia Geral de Fundação foi realizada em 16 de setembro do mesmo ano. Foi elaborado o estatuto e fundada formalmente a cooperativa. Contou com 42 sócios sendo 58% mulheres, com idade entre 20 e 45 anos, as quais tinham em comum a luta pela terra para moradia. A motivação para criar a cooperativa teve origem nos próprios problemas da comunidade.

Era um grupo de pessoas que se caracterizava por estar à margem do mercado formal, exercendo as funções de vendedores ambulantes, empregadas domésticas, pedreiros, jardineiros entre outras atividades. Esta multiplicidade de perfis profissionais somada à própria precariedade de formação, caracteriza sua trajetória.

## **b) Características da atividade produtiva**

Depois de muita discussão entre os participantes ficou decidido que a cooperativa se dedicaria aos serviços e que seu objeto contemplaria as atividades de limpeza, telefonista, portaria, motorista, recepcionista e jardinagem.

A perspectiva para a criação desta cooperativa foi a de buscar atividades que atendessem à múltipla qualificação dos participantes, na maioria desempregados, melhorando sua qualificação para que pudessem oferecer um serviço diferenciado. No entanto, apesar de cumprirem os requisitos do processo de incubagem, incluindo cursos, discussão do estatuto e eleição da diretoria na assembléia de fundação, eles não conseguiram formalizar seu registro perante a Junta Comercial.

As causas da morosidade no processo de legalização foram as pendências de alguns nomes da diretoria junto aos órgãos competentes. Estas, aos poucos foram sendo regularizadas, restando por último o nome do presidente, que não conseguiu resolver alguns problemas seus com a Receita Federal, retardando o início das atividades da cooperativa por quase dois anos.

Este impasse deu-se em função de que o presidente eleito fora o elo de ligação entre a comunidade e a ITCP. Por este motivo e por já ter sido presidente da Associação de Moradores, os cooperados consideravam ser ele 'merecedor' deste cargo. Ao mesmo tempo, ele não demonstrava vontade de se afastar, posto que se assumia como 'criador' do empreendimento, o que já deixara transparecer durante o processo de discussão do objeto da cooperativa. Segundo ele, a cooperativa tinha que ser de *produção* e, por diversas vezes trouxe temas como de produção de cidra ou de detergente que logo eram descartados pela falta de fundamentação e viabilidade prática.

## **c) O objetivo de desenvolvimento proposto pela ITCP – Ações desenvolvidas**

A possibilidade colocada pela equipe da UFPR para o trabalho de limpeza hospitalar enfrentou alguns receios e resistências, pois implicava em trabalhar em um ambiente onde, via de regra, se trata de doenças, ocorrem emergências e até



mortes. O impasse foi logo superado, e todos os que participaram do processo de qualificação, necessário para se capacitarem para esta nova atividade, demonstraram bom humor e entusiasmo.

Estas ocorrências tiveram vários desdobramentos. Se por um lado causou a desmotivação de alguns participantes que desejavam urgentemente sua inserção no mercado de trabalho, por outro, o tempo de espera foi utilizado para discussão de planejamento e realização de cursos para qualificação profissional, de limpeza e desinfecção hospitalar e informática. Os cooperados fizeram, neste tempo, inclusive, o treinamento prático do curso de Técnicas de Higiene e Desinfecção Hospitalar no Hospital de Clínicas da UFPR.<sup>34</sup>

Este período, apesar dos problemas burocráticos, foi profícuo para os cooperados porque, ao invés de abrirem mão do projeto, foram buscar as razões que impediam seu desenvolvimento. Fizeram várias visitas à ITCP para debater a melhor solução para a questão. Ao final do processo de discussão decidiram convocar uma assembléia extraordinária e elegeram uma nova diretoria, que passou a contar com mais apoio e participação dos cooperados. Estes foram adquirindo, no processo de discussão maior entendimento de seus direitos e deveres, e percebendo também quantas mudanças o fato de ser cooperado passou a acarretar em suas vidas.

Eleita a nova diretoria, a cooperativa conseguiu finalmente, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto a Receita Federal, cumprindo assim todas as exigências para o registro da ata de fundação na Junta Comercial do Paraná e obtenção do alvará de funcionamento junto à Prefeitura de Curitiba.

A próxima meta seria conseguir o primeiro serviço. Neste quesito também foram auxiliados pela ITCP que através de articulação com a direção do Hospital de Clínicas da UFPR, possibilitou a tão esperada inserção no mercado de trabalho. Por coincidência, nesse momento a UFPR, o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba estavam firmando um convênio para a reativação da Maternidade Victor Ferreira do Amaral, havendo a necessidade de contratação de serviços de limpeza para o local. A participação da ITCP foi dupla: auxiliando os sócios do

---

<sup>34</sup> Sobre este assunto, ver Ferreira e Cordeiro (2002) .

empreendimento na organização da planilha de custos para apresentar uma proposta de serviços para a maternidade, e articulando as negociações entre os representantes desta e os cooperados.

A universidade demorou bastante na superação das dificuldades burocráticas internas. Somente em abril de 2001 a Coopercamp conseguiu viabilizar seu primeiro contrato de prestação de serviços de limpeza hospitalar, sendo a Fundação da UFPR a representante da Maternidade Victor Ferreira do Amaral.

Foi a primeira experiência também de negociação do preço a ser cobrado e de como a receita correspondente seria tratada pela cooperativa em termos de distribuição entre os fundos, a parte administrativa e a remuneração dos cooperados. Na planilha de custo, garantiu-se reservas importantes para os cooperados sob a forma de fundos além dos obrigatórios, sendo contemplada também a justa remuneração a diretores. Também discutiram com cautela a distribuição dos postos de trabalho entre os cooperados.

#### **d) Mudança comportamental**

Além da inserção no mercado de trabalho, estava acontecendo um processo de resgate da história da cidadania dos membros da cooperativa reforçando a união comunitária. Conseguiram neste trajeto manter um posicionamento e desempenho consistente, monitorado e adaptado pelos cooperados sempre que necessário.

Passaram a perceber, no cotidiano, a diferença entre cooperativa com gerência autogestionária e uma empresa normal. Um claro exemplo disso foi o fato acontecido com uma cooperada que, trabalhando no turno da noite, foi encontrada dormindo no plantão. A administração da maternidade imediatamente solicitou que essa pessoa fosse afastada. Os cooperados não aceitaram proceder desta maneira, argumentando que esta decisão era assunto interno da cooperativa e, como tal, a solução cabia aos seus integrantes. Reuniram-se, discutiram e resolveram dar outra chance para a cooperada mudando-a de turno, solucionando a questão e ganhando apoio da direção do hospital.

Quanto ao serviço em si, demonstraram grande interesse em desenvolver as novas habilidades profissionais, investindo em reciclagem e transmissão de conhecimentos na área de higiene hospitalar, participando de cursos organizados pela cooperativa e ministrados por médicos e enfermeiros do Hospital de Clínicas da UFPR atuantes na área.

Os cursos, com duração em média de trinta dias consistem de aulas práticas e teóricas, sendo que a teoria consiste na abordagem de um complexo conteúdo formado pelo conceito amplo de hospital, tipos de limpeza, uso e manutenção adequada de equipamentos de proteção, além de noções de microbiologia. Isto com o objetivo de promover a compreensão de que a higienização e limpeza de um hospital são tarefas mais complexas que outros tipos de limpeza. Portanto, ao desenvolver suas atividades de forma correta, o cooperado passa a auxiliar na prevenção de infecções e promoção da saúde, tornando-se parceiro das equipes de enfermagem do hospital. (FERREIRA e CORDEIRO, 2002)

O objetivo de investir na escolaridade também fez parte das expectativas dos cooperados. Foram além, tornaram-se mais sociáveis, passando a cuidar melhor da aparência, o que se revela pelo amplo sorriso com a dentadura nova; pela etiqueta esquecida na roupa nova ou a melhor e mais caprichada roupa nos eventos promovidos pela cooperativa e outras entidades. Alguns inclusive, voltaram a estudar e passaram a cuidar mais atentamente da escolaridade dos filhos.

A ativa participação de muitos membros da cooperativa em eventos promovidos local e nacionalmente, para os quais foram convidados a relatar e discutir suas experiências, foi outro fator que contribuiu para melhorar a auto estima do grupo e fortalecer a concepção de cooperativa.

#### **e) Resultados observados**

Como resultado do desenvolvimento humano, inserido no contexto do processo de formação de cooperativas, podemos observar que a incorporação dos valores e princípios cooperativistas vai acontecendo passo a passo, em episódios internos e externos do seu cotidiano. Não fosse a clareza forjada neste constante vai

e vem de discussões entre os associados, é provável que a cooperativa ficasse no controle de algumas pessoas que viam nela uma forma de realização pessoal, como se a cooperativa fosse sua e essa pudesse ter sido, sozinha, capaz de definir o destino do empreendimento.

O sentimento duplo de serem, ao mesmo tempo, operadores do serviço e administradores das atividades vai se internalizando também gradativamente nos cooperados, conforme os fatos que vão vivenciando. Como exemplo positivo temos a forma do tratamento ao incidente da cooperada que dormiu no serviço. Transformam assim sua condição de meros seguidores de ordens, passando para uma relação mais igualitária com o mundo exterior.

Todavia, este processo não acontece linearmente. Sem dúvida o desenvolvimento coletivo é fruto do desenvolvimento dos indivíduos, o que não significa que o nível de crescimento individual se dê no mesmo grau, e ao mesmo tempo para todos. Como evidência disso temos o caso de uma cooperada que entrou na justiça contra a Coopercamp, exigindo *seus direitos* trabalhistas. Ela provocou a indignação dos cooperados ao ignorar, ou não compreender, que não estava processando judicialmente um patrão, mas um grupo de pessoas que incluía a si própria.

Estendendo a análise do desenvolvimento humano no curso da implantação da COOPERCAMP a todos os envolvidos, inclusive o pessoal da ITCP, percebe-se um crescimento aliado ao dos cooperados, resguardando-se as diferenças. Como exemplo citamos o curto prazo em que começaram a se reunir, fizeram estatuto e fundaram formalmente a cooperativa. Esta fase ocorreu muito rapidamente, faltando consolidá-lo com discussões que indicassem o caminho da compreensão do que consiste o sistema autêntico de cooperativa. Isto ocorreu pelo fato de ter sido um dos primeiros empreendimentos da ITCP, que adquiriu com este empreendimento uma experiência muito importante, inclusive no trato das questões que envolve disputas pelo poder e interesses pessoais. Estes conteúdos foram retomados e amplamente discutidos em fase posterior, quando houve o impasse com a legalização da cooperativa. Ressalte-se que, ao final destes acontecimentos, todos haviam incorporado uma mudança de comportamento, cada um a seu modo e em seu ritmo.

E os cooperados conseguiram neste trajeto manter um posicionamento e desempenho consistente, monitorado e adaptado por eles mesmos, sempre que necessário.

Percebe-se cada vez mais claramente mudanças nas atitudes, especialmente após a identificação e consciência de interesses comuns: antes só com revoltas, por vezes contidas, agora com argumentos: antes cada um por si, agora em conjunto, estabelecendo estratégias e planejando o futuro cada vez mais largo.

Porém nem tudo são flores: a Coopercamp tem dificuldades em conseguir novos contratos de serviço neste mercado. A vantagem competitiva de custos da cooperativa não é grande o bastante para concorrer com empresas não formalizadas, nem com as grandes empresas que se concentraram mais a partir de 1994 (com a abertura de processos de falência de algumas empresas do ramo), resultando no controle das melhores fatias de mercado. Esta situação fez com que o mercado de limpeza hospitalar ficasse praticamente restrito a dois tipos bem distintos de empresas: de um lado as empresas que herdaram os contratos daquelas que faliram e se tornaram megaempresas e de outro, as informais, das pessoas com um pouco de percepção e experiência, trabalhando em geral com a família, sem custos trabalhistas e tributários. Estas saídas se explicam porque as pequenas não têm acesso ao Simples e as maiores demandantes de serviços exigem, antes de pagar a fatura mensal, os comprovantes das guias de recolhimento pagas de todos os funcionários. Isto requer um capital de giro que não é qualquer empresa que consegue agüentar.

Outro fato que podemos levantar como relevante para a análise da Coopercamp foi justamente o que a princípio pareceu como dificuldade, ou seja, a variedade de perfis apresentados. O grupo provavelmente teria muito mais dificuldade em trabalhar com a produção de qualquer outra coisa, que implicasse em outros cursos não disponíveis na UFPR ou que exigisse investimentos maiores do que os realizados, na medida em que seu único capital era o humano, ou seja, sua própria mão de obra. No setor de serviços, a variedade de perfis profissionais torna-se vantajosa porque descortina um grande leque de possibilidades a serem

trabalhadas e que devem contar com a incorporação gradativa de tecnologia para oferecer qualidade diferenciada, a fim de ampliar e consolidar seu mercado. Estas características dos cooperados nos fizeram acreditar que, através dessa plasticidade, a cooperativa encontraria em pouco tempo possibilidades ainda inexploradas, que permitiria consolidá-la definitivamente como um empreendimento economicamente viável, sem deixar ao mesmo tempo de promover o desenvolvimento humano de seus membros.

### 3.2.2 COEMBRA – Cooperativa de Embalagens Brasil

#### **a) Histórico e características dos membros da Cooperativa**

Esta cooperativa foi criada por trinta e duas pessoas moradoras das vilas Maria e Uberlândia, do bairro Novo Mundo, na região da Cidade Industrial de Curitiba - CIC. Formalmente fundada em dezembro de 2000, iniciou suas atividades na casa de um dos cooperados. Os primeiros equipamentos foram adquiridos a partir da receita obtida através de eventos promovidos pelos próprios cooperados.

O perfil das pessoas que fundaram a cooperativa é de pouca qualificação, o grupo é composto por dezessete mulheres e quinze homens, 91% com mais de trinta anos e nível de escolaridade que dificilmente ultrapassa o primeiro grau regular (22%). mestiços são majoritários e somente 14% nasceu em Curitiba, 57% veio do interior do Estado do Paraná e o restante, 29%, de outros estados brasileiros. Apenas 9% deles estavam empregados com registro. Moram em uma região que se caracteriza por invasões recentes, ainda não legalizadas, com problemas de infraestrutura, saneamento, segurança, saúde, educação, entre outros serviços básicos.

#### **b) Características da atividade produtiva**

A perspectiva inicial desta cooperativa era fazer reaproveitamento, a exemplo de empresas onde alguns cooperados já haviam trabalhado, das embalagens de equipamentos e outros insumos, descartados pelas montadoras de automóveis, que os disponibilizariam sem custos. À época, esses resíduos de

madeira não tinham destino definido, nem poderiam ser queimados, quer pelas montadoras quer pelas empresas que os recebiam como doação. Com isso a cooperativa esperava reduzir significativamente as despesas com matéria-prima, podendo oferecer menor preço para seu produto, aproveitando esta vantagem competitiva.

O reaproveitamento destas embalagens exigia um trabalho minucioso de desmonte, separação e classificação do material recebido que chegava, sem custo, diariamente, em grandes caminhões, após negociação com uma empresa montadora. A incubadora participou dessas negociações para, entre outras razões, destacar a finalidade do trabalho a ser desenvolvido.

Na primeira etapa da reciclagem, a parte mais pesada, exige maior força física: é o desmonte das partes, que acontece no pátio aberto, ao lado do barracão. Portanto, são os homens, na grande maioria, que executam esta tarefa.

No recolhimento do material aproveitável o envolvimento é de todos os cooperados quando necessário, cada qual segundo suas condições e capacidades. A tarefa seguinte, em que as mulheres participam ativamente, é a retirada de pregos, parafusos, dobradiças, borrachas, e outros materiais. Estocada a madeira segundo a classificação estabelecida, por tipo e tamanho, a matéria prima está pronta para sua reutilização.

Assim, cumprida esta etapa, seguem-se outras. Desde a compra de outros insumos, quando necessário, até a organização da montagem das caixas encomendadas na linha de produção, desdobram-se uma série de funções e atividades: o atendimento aos clientes, o atendimento do telefone, de compradores e fornecedores, levantamento de preços, desenhos com medidas das caixas, cálculo do metro cúbico de madeira utilizada para definição do preço e manutenção da infraestrutura. A coordenação deste conjunto de ações não é tarefa fácil para os cooperados.

A atividade, pensada a princípio para a produção de pallets e de portas de compensado para a exportação, não chegou a ser implementada pela inexistência da demanda prevista inicialmente. A alternativa concretizada foi o atendimento às

necessidades das empresas da região da CIC, com a produção de embalagens sob medida, adequadas para o transporte dos equipamentos produzidos, o que chegou a representar participação significativa no faturamento da COEMBRA.

Ela passou a fornecer seus produtos para as empresas Camargo Corrêa Equipamentos e Sistemas S. A. (sua maior cliente), Maringá Soldas S/A, Metalúrgica Imperador Ltda, Trutzler Ind. e Comércio de Máquinas Ltda e Centrais de Abastecimento Paraná SA - CEASA.

A flutuação dos pedidos da principal cliente indicava, não sem uma forte resistência interna, a necessidade de maior diversificação. Por isso, a produção de caixas para frutas e verduras destinadas ao CEASA foi cada vez mais assumida como garantia de sobrevivência dos cooperados e da cooperativa em muitos momentos de desaceleração da demanda, somado ao fato de envolver o pessoal menos qualificado na área e proporcionar rendimento regular aos associados.

No início das atividades, a COEMBRA recebia com regularidade as madeiras das embalagens da Volkswagen do Brasil Ltda e da Audi Business. É necessário colocar que o fornecimento desta matéria prima, razão principal da escolha do objeto da cooperativa, não foi constante, nem no tempo, nem no seu conteúdo. Após alguns meses a cooperativa passou a enfrentar a concorrência de outras empresas na obtenção destes resíduos que se tornam, cada vez mais resíduos: o material mais nobre, como por exemplo as peças maiores de compensado, já não chegavam porque outros interessados antecipavam-se para adquiri-las.

### **c) O objetivo de desenvolvimento proposto pela ITCP – Ações Desenvolvidas**

No início da incubagem, as pessoas da comunidade simplesmente ansiavam por uma atividade que lhes proporcionasse renda o mais urgente possível. Muitos estavam de fato esperando um emprego: ficavam reservadas frente a propostas que retardavam a realização destas expectativas, pois queriam soluções imediatas para os seus problemas de 'colocar comida na mesa'.



Assim, a perspectiva de iniciar esta atividade concorria com oportunidades de trabalhos eventuais em 'bicos', como chamavam, e até de emprego que foram oferecidos a algumas pessoas durante o processo de montagem da cooperativa. No entanto, os mais combativos souberam conciliar suas atividades, ao perceberem as reais possibilidades de mudanças que este processo poderia provocar em suas vidas, com as vantagens e desvantagens de serem seus próprios patrões, e enfrentando as conseqüentes responsabilidades e liberdades de decisão. Como ocorre em geral nas comunidades, há uma grande evasão e rotatividade dos participantes: no caso da COEMBRA, foram 80 pessoas os primeiros interessados e interessadas, caindo para 32 o total de sócios fundadores.

Considerando suas características e a escassez de capital, diversas atividades foram realizadas para arrecadar os recursos para os investimentos iniciais. Estes eventos, promovidos coletivamente, como bingos, rifas e almoços, facilitaram a confluência de interesses e de afinidades das pessoas do grupo. Do mesmo modo, as divergências afastavam os menos entusiasmados, provavelmente por não se identificarem com o projeto. Foram oportunidades de treinamento do 'trabalhar junto' e de ganhos de credibilidade no conjunto.

O trabalho desenvolvido pela ITCP junto a esta comunidade foi intenso, com ritmo determinado na maior parte das vezes pelos participantes que se adiantavam nas tarefas propostas.

O planejamento e controle da produção deste tipo de atividade incorpora tradicionalmente uma organização com hierarquia que obedece à lógica da lucratividade, na qual há um responsável por vários departamentos, que gerencia e fiscaliza o cumprimento dos planos de produção. Aproxima-se, portanto, do tipo de organização com funções gerenciais centralizadas.

Na COEMBRA, a reprodução deste modelo de organização gerou contradições com a concepção e expectativa de seus membros, além de problemas disciplinares ainda não superados. A representação deste fenômeno pode ser sintetizado na crítica que uma cooperada colocou sobre o trabalho da ITCP: houve exagero na afirmação de que 'todos são donos'. A referência diz respeito à resistência de parte dos sócios em implementar ou acatar qualquer orientação ou

regra que lhes desagrade, embora tenham adotado uma prática democrática de debates e discussões dos seus problemas, superando em alguns aspectos a desconfiança. A falta de união e subordinação aos chamados 'entendidos' ou 'cabeças', ou seja, aquelas pessoas que já haviam trabalhado no setor de marcenaria anteriormente, impunha-se como um desafio do cotidiano.

Houve um episódio que marcou a história da COEMBRA, em dezembro de 2001, agravando seus problemas financeiros e de arrecadação tributária, que resultou na saída de boa parte da diretoria. O fato, constatado pelos próprios cooperados, foi o desaparecimento de madeira estocada na cooperativa, provocado por um associado. Em função do envolvimento pessoal e de parentesco que alguns cooperados mantinham com esta pessoa, não foi possível contornar a saída dos que se consideraram atingidos pelo fato. Ao todo desligaram-se cinco cooperados.

A análise do ocorrido, remete à ITCP parcela de responsabilidade por não ter conseguido estender com certa rapidez de imediato a qualificação aos demais integrantes da cooperativa, tratando apenas com os ditos 'entendidos' o planejamento e a coordenação das atividades da cooperativa, e, por não ter conseguido treinar e aperfeiçoar na fabricação de artefatos de madeira as pessoas com menores conhecimentos na atividade permitindo que se dispensasse o requisito da força física. A falta de controle das atividades produtivas e do estoque também favoreceu esta ocorrência.

Ao mesmo tempo em que os ânimos se acirraram, também se promoveu a união para o enfrentamento e superação deste problema, revelando que na verdade os cooperados sabiam mais do que imaginavam, relativizando assim o conhecimento daqueles que tinham mais experiência.

À época havia interesse de outras pessoas incorporarem-se e os critérios foram fruto de ampla discussão.

Ainda enfrentando o problema da saída dos cooperados que centralizavam, a seu modo, a organização da produção e lutando com a insuficiência de capital de giro, em fevereiro e março de 2002 a COEMBRA foi autuada pelo não cumprimento de parte de seus compromissos fiscais de recolhimento de ICMS. Neste período, os

cooperados uniram-se corajosamente para enfrentar este conjunto de dificuldades, superando-se nas próprias expectativas. Por sua vez, a incubadora intercedeu junto à Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo, considerando entre outros argumentos que a COEMBRA constituiu-se com recursos e esforços conjugados da UFPR e da SERT, portanto recursos públicos. A solicitação da ITCP foi no sentido de que se procedesse a análise de um tratamento tributário e/ou fiscal diferenciado, como recomenda a Constituição Federal do Brasil. Por este meio poderiam renegociar solucionar seus débitos fiscais em dívida ativa, reduzindo sua carga tributária e permitindo desta maneira manter-se no mercado. Obtiveram, após inúmeras tentativas, o recolhimento por diferimento que reduz em parte o montante dos impostos a pagar, remetendo a outras etapas de agregação de valor a base de incidência de tributo.

#### **d) Mudança comportamental**

No início das atividades, um cooperado destacou-se como líder natural. Respeitado e querido por todos, assumiu naturalmente a tarefa de coordenar parte das atividades produtivas. Sem mandar, atendendo na medida do possível os limites e a vontade de cada um, indicava e solicitava a participação dos demais. Quase todos faziam o melhor que podiam. Outros, considerando-se como os 'entendidos', assumiram outras áreas das coordenações necessárias e enfrentaram grande resistência e oposição por parte dos cooperados, especialmente pelo tratamento autoritário que lhes dispensavam.

O acúmulo de responsabilidades sobre a mesma pessoa e a resistência em aceitar o comando de outros, impediu a democratização das responsabilidades, com a delegação direta das tarefas mais adequadas a cada um. Outro aspecto é de que a repartição da organização do processo produtivo para além do grupo dos entendidos, traria naturalmente maior transparência e controle: a contradição consiste em se desejar aumentar a produtividade sem dividir o poder. A questão era implementar um método de trabalho onde os resultados fossem satisfatórios, sem, no entanto, abrir mão do controle restrito do grupo que assumiu a coordenação.

Ficou claro somente mais tarde, depois de verificado os problemas mencionados porque era vantajoso não estabelecer o controle do estoque.

Aos poucos estabeleceu-se uma rotina de reuniões dos 'cabeças', grupo que cuidava da parte administrativa, financeira, de vendas e de produção, por vezes, segundo depoimentos, desrespeitando as funções da diretoria.

Para auxiliar no encaminhamento adequado destas questões foi convocada uma reunião geral, com a participação da ITCP quando todos se colocaram, com a finalidade de discutir tanto o aspecto humano quanto o administrativo,. No tocante à questão da transparência do processo produtivo, foi montado um mural de interesse dos cooperados, onde eram anotadas todas as informações sobre a produção, como os pedidos dos clientes, quantidades, valor, prazo de entrega e de pagamentos.

Quanto às reclamações sobre comportamento e atitudes que atrapalhavam o bom funcionamento do trabalho diário, bem como as soluções discutidas para resolvê-las, foram anotadas, tabuladas e colocadas à disposição dos cooperados. Verificou-se depois que estas anotações eram frequentemente lidas, além de consultadas sempre que necessário. Fato semelhante foi observado: as anotações que subsidiavam a assessoria ao grupo, lá deixadas por solicitação da secretária da cooperativa, eram revistas espontaneamente pelos cooperados, como se quisessem recapitular as discussões e lições aprendidas.

Ainda para subsidiar as discussões e mudanças necessárias, foi filmado um dia normal de trabalho na cooperativa. A visualização da própria imagem e movimentos do processo produtivo proporcionou momentos de lazer, de muita risada, além da identificação dos diferentes ritmos de trabalho, possibilidades de reformulação e aprimoramento do processo e do *layout*.

Outra discussão, muito importante foi a da remuneração diferenciada, que embora aceita como justa por todos, não encontrava consenso quanto ao montante e aos critérios diferenciadores da profissionalização ou capacitação de cada cooperado. Isto é revelador da dificuldade de uma cooperativa contornar os problemas oriundos de diferentes profissões que implicam em remunerações muito diferentes.

A impossibilidade de estabelecer pagamentos proporcionais ao montante produzido individualmente, leva o grupo a um conjunto de reflexões sobre como avaliar o desempenho e a qualificação de cada um. Além de regras claras de relacionamento e remuneração, a forma como estas são estabelecidas tem sido objeto de preocupação entre os cooperados membros: a compreensão de como se pratica a tomada de decisões democráticas tem merecido ajustes que passam necessariamente por diálogos coordenados com o auxílio da ITCP.

No entanto, na discussão relativa à divisão interna do trabalho, que deveria ser a mais produtiva e também mais justa e aceita por todos, não se chegou nunca a um consenso.

Se as mudanças de ordem econômica não foram talvez as esperadas, quer pela incubadora, quer pelos cooperados, embora inserindo-se no mercado formal de trabalho, na promoção da cidadania e emancipação do grupo pode-se observar resultados importantes. Eles consistem nos aspectos sociais verificados através da qualidade das relações, da maior ousadia e ampliação de horizontes e, conseqüentemente de uma visão mais crítica da realidade, que se constatam os avanços. Os cooperados sentem-se mais capazes de enfrentar desafios e demonstram interesses em continuar aprendendo através da educação formal e informal, porque se obrigam a entender de assuntos até então não imaginados por eles, tais como a contabilidade, o planejamento e as restrições dos aspectos jurídicos das relações que estabelecem externas e internamente. Quanto à formação dos filhos, mesmo passando por todas estas dificuldades, buscaram ajuda para poder comprar material escolar, fazendo questão de mantê-los estudando.

O esforço em implementar ações compatíveis com o que queriam da autogestão, não se generalizou o suficiente para garantir resultados mais positivos. Demonstraram, por outro lado, capacidade em enfrentar e superar as dificuldades, em busca da realização do sonho de todos que é a cooperativa.

Desde a formação da cooperativa, as expectativas dos cooperados em relação a ITCP foram muito grandes: reconhecem que a incubadora viabilizou a formação do empreendimento, com ela aprenderam o que é uma cooperativa. Além de entenderem melhor os aspectos jurídicos, econômicos, e o relacionamentos entre

as pessoas, a ITCP lhes indicou o caminho a seguir e auxiliou a contornar diversas situações, desde a exaltação de algumas pessoas até em negociações com empresas.

As perdas verificadas na apresentação dos Balanços Patrimoniais e Demonstrativos dos Resultados em Assembléia Geral no início de 2002, resultam especialmente das dificuldades de administração autogestionária com controle, ignorando o fato de que é impossível mensurar a perda da madeira usurpada da cooperativa.

#### **e) Resultados observados**

A cooperativa enfrenta atualmente problemas financeiros, além dos problemas de assiduidade dos cooperados, confiança, comunicação, disciplina, alcoolismo, e discórdia no relacionamento pessoal, agravado pelo acirramento dos ânimos e resultante também dos muitos altos e baixos que cria um ciclo vicioso do aspecto financeiro, refletindo sobre o pessoal e assim sucessivamente. Verifica-se êxitos e retrocessos que levam a avanços qualitativos, que consolidam mas também desgastam seus participantes: dos sócios fundadores permanecem em atividade apenas doze. A razão de poucos cooperados estarem trabalhando na produção é principalmente a baixa retirada mensal.

Além destas dificuldades, somam-se os altos custos de produção, representados primordialmente pelos impostos e pelo aluguel, considerado muito caro.

As oscilações das vendas neste mercado altamente competitivo, aliadas à impossibilidade de contar com um planejamento e controle da produção, comprometem também as tentativas de diminuição dos custos, considerando que a formação dos preços é determinada pelo mercado. Logo, as informações utilizadas nos projetos de viabilidade econômica não correspondiam à realidade por não refletir as condições de eficiência da cooperativa.

Também não foi possível aperfeiçoar da forma esperada o seqüenciamento de operações e métodos operacionais.

A cooperação dos professores da ITCP também não se deu no mesmo nível e grau, tanto que alguns só se reportavam aos ditos entendidos, para não ter que explicar minuciosamente aos demais, o que foi possibilitando o domínio do processo da produção por estes cooperados. Em determinada ocasião o tesoureiro fez anotações de todo movimento econômico, financeiro e fiscal da cooperativa num caderno. As anotações de débito e crédito foram feitas ao contrário, onde seria débito foi colocado crédito e vice-versa. Face a isso, o pessoal da ITCP encarregado dessa questão simplesmente disse aos cooperados num primeiro momento que estava tudo errado, sem dar maiores explicações, contrariando tudo o que a ITCP prega. Contudo o contraponto, inclusive para compensar esta atitude negativa, foi feito utilizando-se o material, explicando o engano cometido e mostrando o valor e a importância de se estabelecer controles.

A COEMBRA deparou-se com problemas de produtividade. A contribuição dos docentes e discentes da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPR vinculados à ITCP não foi suficiente para superar o impasse. Faltou integração entre os membros das equipes para ajustar os conhecimentos específicos da área aos do cooperativismo e uma nova forma de gestão. Isso foi reflexo também das flutuações no acompanhamento à cooperativa (falta de tempo, designação de responsabilidade e tarefas). Infelizmente a Incubadora não atingiu o objetivo de organizar e planejar satisfatoriamente as atividades da cooperativa. A cooperativa teria que incorporar mais tecnologia para ter ganhos em competitividade e inserção, em maior escala, da mão de obra feminina ou a menos qualificada para este tipo de trabalho. Atualmente, as mulheres que conseguem operar as máquinas existentes recebem elogios dos homens.

Com relação a arrecadação de impostos, não se verifica qualquer tratamento diferenciado às cooperativas, como recomendado constitucionalmente. Esta reivindicação, perseguida insistentemente após a autuação da COEMBRA pela Receita Estadual, obrigou o Setor Público a repensar as alternativas possíveis a empreendimentos com estas características. Descartada a possibilidade de enquadramento no regime Simples de tributação, obtiveram o recolhimento com diferimento, que viabiliza o pagamento da dívida, negociada com a ajuda da ITCP.

Por falta de políticas públicas de fomento específicas para cooperativas populares, a COEMBRA enfrentou desde o início problemas financeiros. Não é possível a emancipação econômica com políticas iguais para atores em condições tão desiguais.

### 3.2.3 Cooperativa SERRAMAR<sup>35</sup>

#### **a) Histórico e características dos membros da cooperativa**

Os antoninenses, caiçaras, como são conhecidos os caipiras do litoral pela sua origem, apresentam cultura singular.

Localizada a 80 km da capital do Estado, no interior da bacia de Paranaguá, a cidade de Antonina apresenta vestígios de ocupação nos sambaquis, onde são encontrados elementos da cultura pré-histórica indígena. Foram os desbravadores e faiscadores de ouro da região antoninense os seus fundadores, que obtiveram três sesmarias já em meados do século XVII. Foi fundada em 1714, e elevada à categoria de Vila, em 1797.

A cidade atravessou um período de prosperidade com a chegada da ferrovia e a construção do porto, o que projetou a cidade nacionalmente como quarto porto brasileiro em exportação nas décadas de 30 e 40. Ocorreu neste período a construção do complexo de armazéns e atracadouros.

A partir da década de 70, com o avanço na produção de soja para exportação, os investimentos foram desviados ao porto de Paranaguá, para adequar as profundidades do seu canal ao acesso de graneleiros. O processo de declínio de Antonina foi acentuado em 1977 com a desativação do seu terminal ferroviário pela RFFSA na cidade. A cidade sempre se caracterizou pela presença de um significativo número de moradores que dependem da pesca artesanal como fonte de subsistência, atividade voltada tanto ao auto-consumo quanto ao mercado. Esta atividade veio sofrendo, ao longo dos anos, os problemas decorrentes da

---

<sup>35</sup>O presente texto segue a apresentação que fizemos em MAIA (2002).



degradação ecológica, tanto os provocados pelos agentes externos (poluição, etc.) como os decorrentes da sobreutilização dos recursos.

Com política econômica da última década, ao retirar gradualmente o tradicional apoio às atividades primárias, o governo federal deixou os pescadores ainda mais vulneráveis às condições ambientais e climáticas. Os acidentes provocados entre 1999 e 2000 pela Petrobrás trouxeram somente em 2002 os recursos do ressarcimento pelos danos causados à sua atividade.

A falta de proteção e apoio governamental atingiu duramente o setor, comprometendo sua competitividade, tendo em vista o ritmo de mudanças tecnológicas, cada vez mais intensas e profundas. Para a população dessa comunidade, descapitalizada, as possibilidades de inserção no mercado fora do município ficam, por isso, mais remotas. O grande contingente de mão-de-obra sem qualificação e sem emprego depara-se com os poucos recursos do município. O resultado é a alta taxa de morbidade (MAIA, 2002, p. 58).

Estes trabalhadores encontram-se organizados na Colônia dos Pescadores, entidade através da qual recebem, embora precariamente, um conjunto de direitos trabalhistas e indenizações, como o seguro desemprego e a aposentadoria quando impossibilitados de trabalhar.

A população do município vai se tornando cada vez mais urbana, a taxa de urbanização salta de 78,11% em 1980 para 83,33% em 1996, contrariamente a taxa de crescimento populacional que apresentou uma queda no período recente, passando de 1,61% entre 1991 e 1996, para 1,26% de 1996 a 2000, mostrando como consequência a estagnação de uma sociedade envelhecida. (IBGE, dados censitários). O movimento migratório da região, apresenta um fluxo negativo de oitocentos e vinte e sete pessoas no período de 1991 a 1996, indicando a expulsão de contingentes populacionais (IPARDES, 1999). Os dados apresentados revelam que a população não absorvida pela atividade econômica local,

busca em Curitiba e outras regiões oportunidades de trabalho, formação acadêmica e profissional. A população ligada à atividade da pesca, assim como a rural, por falta de condição de migrar e por estreitar vínculos com seu habitat ao retirar dele seu sustento, permanece mais tempo. A precariedade das condições de vida, não obstante, aumenta.

Grande parte das pessoas que compõe o grupo incubado pela ITCP/UFPR faz parte desse conjunto da população (ibid p. 59).

Diferentemente dos demais grupos incubados, todos têm orgulho da história capelista<sup>36</sup> e têm muito forte o sentido de pertencer, fazer parte de uma comunidade com tradição histórica. 'É interessante notar que mesmo os mais simples mantêm uma altivez pouco comum nas populações de baixa renda de regiões metropolitanas. Muitos não têm problemas para expressar-se, mesmo não dominando bem os segredos da linguagem mais formal'. (ibid p. 61)

Esta história comum tem, porém, um ônus, pois estão presentes também inúmeras disputas de natureza regional, política e familiar, além de problemas de relacionamento entre os integrantes da Cooperativa. 'Algumas dessas desavenças têm origem histórica, embora nem sempre admitidas pelos envolvidos na intriga. Inúmeras vezes a equipe pensou ter finalmente entendido a arquitetura dos conflitos, quando surgiam situações novas e aparentemente contraditórias com as anteriores'. (ibid p. 62)

Tanto os pescadores quanto as tiradeiras participam ativamente das eleições municipais, inclusive tendo alguns deles se lançado como candidatos a vereança. 'Cabe destacar que o exercício da representação na esfera pública, para os pescadores e tiradeiras de siri, tem sido mais do que o resgate da auto-estima e da dignidade: significa participar e orientar definições que possam traduzir-se concretamente em benefícios, garantindo ao máximo os efeitos esperados. Significa, portanto, uma estratégia de combate à pobreza em que a pessoa controla seus meios de vida nas suas diversas dimensões, conforme o entendimento de Sem' (ibid p. 60)

---

<sup>36</sup> Termo utilizado tradicionalmente pelos antoninenses, relacionado à antiga Capela construída na cidade.

## **b) Características da atividade produtiva**

A Incubadora, no início de suas atividades em 1999, considerou que deveria somar-se aos esforços que vinham sendo desenvolvidos em Antonina e ofertar àquelas pessoas uma proposta de trabalho na qual o papel da comunidade seria o de ator principal e de beneficiária dos resultados mais concretos. Isto é, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares levaria orientação e assessoria para criar, implantar e consolidar um empreendimento cooperativo. A motivação para a criação da cooperativa surgiu principalmente entre artesãos, pescadores e tiradeiras de siri e bacucu. No processo, as pessoas ligadas exclusivamente à atividade do artesanato em sua maioria deixaram, de participar, principalmente porque já se encontravam inseridos de alguma forma no mercado, isso justificou a constituição de uma cooperativa exclusivamente de pescadores. (ibid p. 59)

A cooperativa a ser criada tinha entre outros, o objetivo de organizar os mariscadores de siri e bacucu, para que, juntos, pudessem dispensar a figura do 'atravessador', que é atualmente um dos principais fatos impeditivos de crescimento e desenvolvimento desta população. Ao longo deste trajeto propunha-se possibilitar condições para promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores da região. Isto seria feito de maneira compatível com a preservação do meio ambiente, sem implicar em danos ao mesmo.

Verifica-se uma estreita relação entre as condições de vida e a localidade de residência dos participantes da comunidade. Em termos de moradia, os que contam com a pior infra-estrutura são os que estão mais distantes do centro, na Ponta da Pita, grupo que trabalha principalmente com a carne do bacucu, atividade que proporciona para as tiradeiras remuneração ainda menor que dos seus companheiros, quer por hora de trabalho quer por quantidade produzida.

Do mesmo moto, tanto estes como os que trabalham com a carne de siri estão submetidos ao atravessador para colocar o produto no mercado. Alguns chegam a estabelecer um contato mais direto com um comprador

(restaurante ou consumidores), mas, por razões óbvias, fazem segredo da situação. Outros, mais ousados ou mais empreendedores, contratam os serviços dos seus companheiros para alcançar uma escala de produção que viabilize os custos do transporte para a sua comercialização. No caso das tiradeiras de siri, a remuneração é de R\$ 1,00 por quilo de siri mariscado, que representa, em média, a carne de cinco dúzias de siri. As mais experientes chegam a produzir 10 kg num dia. Alguns comentários a respeito trazem um tom de lamentação e um sentimento de exclusão ('Não querem se juntá com nós'; 'Tendo fregueis, tiram mais'), indicando a desunião do grupo para enfrentar seus problemas (ibid p. 62) .

No entanto, com todas as dificuldades a que são submetidas, as mariscadeiras, principalmente as de bacucu, resistiram por um tempo considerável à idéia de trabalhar fora do ambiente familiar. A razão, muito concreta, era como poderiam dar conta das crianças, do almoço e demais afazeres domésticos que conciliam com a atividade de mariscação, tradicionalmente desenvolvida na própria moradia. Somente após muita conversa, cursos de higiene e manipulação de alimentos, visitas e filmes de empreendimentos semelhantes, foram aceitando que, para garantir a qualidade do produto e cumprir com os requisitos sanitários, necessários à comercialização fora do município, teriam que obrigatoriamente criar uma sede de produção.

Mesmo organizados na Colônia de pescadores não conseguem influir na formação do preço da carne de siri ou de bacuri.

O preço do produto ainda é estabelecido pelos atravessadores, que mantêm, via de regra, a população no nível de subsistência, restando somente para alguns uma margem de manobra que os coloca diretamente em contato com um comprador regular, geralmente em outra cidade, como Curitiba e Morretes, ou, nas oportunidades mais ampliadas das atividades festivas locais. (p. 62, 63)

Estas festas realizam-se tradicionalmente uma vez por ano<sup>37</sup>.

Desde o início das primeiras experiências de trabalho coletivo promovidas nestes eventos, aconteceram problemas com as prestações de contas. A origem desta dificuldade provavelmente está na prática individualista que caracteriza o conjunto das tarefas de pesca, coleta e beneficiamento de mariscos e siris, cada qual com seu preço definido no mercado local. Esta prática que mais estimula a disputa e a concorrência do que proporciona experiências de obtenção de benefícios coletivos. Mesmo o uso comum da embarcação que reboca as canoas dos pescadores até os pontos de pesca na baía de Antonina implica em pagamento ao proprietário do barco. Portanto, não é uma atividade exercida em conjunto, mas individualmente, onde cada um administra seu trabalho, tempo, rotina e respectiva remuneração. Portanto, ao dividir tarefas em uma mesma barraca na qual vendem seus produtos aos turistas, onde existem atividades e remunerações comuns, surgem as dificuldades do gerenciamento coletivo na distribuição de tarefas, horários, controles e respectivos pagamentos. As desconfianças surgem e são realimentadas pela falta de transparência ou excesso de fofocas num jogo de 'empurra-empurra' que cria um círculo vicioso de desgaste e paralisia das atividades.

Fundada em 10/07/2000, a Serramar superou em 2002 a primeira grande dificuldade para implantar a sede produtiva: sua localização espacial. Dadas as limitações da própria geografia do estuário, entre montanhas e mangue, com vastas áreas de preservação (embora se verifiquem inúmeros aterros não autorizados), encontrar terrenos sem obstáculos legais ou ambientais tornou-se uma tarefa árdua. Isto foi finalmente solucionado graças à colaboração da prefeitura local, que cedeu um terreno, sendo posteriormente equacionada a questão financeira para a compra de outro, o que contou com o uso dos recursos recebidos pela ITCP com o prêmio Petrobrás/Universidade Solidária, em decorrência do seu envolvimento neste projeto. O espaço conseguido, contudo, não é considerado o mais adequado, dado que não tem acesso direto ao mar.

---

<sup>37</sup> É tradição a realização de festas religiosas na capela da localidade, sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar, no dia 15 de agosto; o Festival de Inverno, realizado pela UFPR há mais de 10 anos; o carnaval que ganhou

### **c) O objetivo de desenvolvimento proposto pela ITCP. Ações Desenvolvidas**

Formado o grupo já no início de 1999, a Administração Municipal foi, *pari passu*, informada sobre o tipo de atividade pretendido pela equipe da ITCP, e, no decorrer do processo de incubagem, realizaram-se diversas audiências com a prefeita da localidade no intuito de estreitar laços de parcerias que poderiam trazer benefícios tanto à futura cooperativa quanto ao poder público, considerando a natureza do projeto e os efeitos multiplicadores para o conjunto da cidade.

A partir da caracterização econômico-social da comunidade, e tendo-se efetuado o estudo dos aspectos históricos, do potencial associativista, da viabilidade econômica da atividade produtiva principal e das possibilidades de benefícios mútuos para os pescadores e mariscadeiras, os quais podem prescindir do intermediário se trabalhassem juntos, organizou-se o Curso Básico de Cooperativismo, que inclui atividades de auto-reconhecimento, além das noções de cooperativismo e autogestão.

Superadas as fases de sensibilização, mobilização, diagnóstico, cursos de cooperativismo, planejamento inicial, estudo do processo produtivo e elaboração do estatuto, os cooperados participaram de cursos de capacitação em autogestão de empresas, em técnicas de higienização e desinfecção de alimentos, de capacitação ambiental e segurança no trabalho, de etiqueta no trabalho e postura profissional; realizou-se também estudos de desenvolvimento dos recursos do litoral e de viabilidade do cultivo de espécies marinhas, bem como foram efetuadas visitas à associação de pescadores de Santa Catarina e a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, além da participação em diversos eventos – Exponina, Caranguejada, almoços, Festa do Siri, Festival de Inverno, entre outros.

### **d) Mudanças comportamentais**

Dada a circunstância singular da sua trajetória, pelo longo tempo decorrido da sua fundação até a efetiva instalação da unidade de produção da cooperativa, já

---

notoriedade; a festa do siri e do caranguejo.

construída mas não em funcionamento até o momento de escrever esta dissertação, não foi possível observar mudanças comportamentais do processo produtivo em si. Está claro, porém, para a ITCP que esta questão será um dos principais nós a ser desatado. Conforme análise anterior

Reverter a situação de individualismo ao qual estão acostumados, pela própria necessidade de sobrevivência, para práticas que favoreçam a confiança entre todos tem sido um desafio constante para a ITCP. A maior consciência da população sobre sua situação e ao mesmo tempo uma maior compreensão, que resulte em atitudes de solidariedade não somente com o seu próximo mas com o habitat no seu conjunto, pode possibilitar a criação de alternativas por eles próprios, resgatando a crença na sua capacidade real e no potencial do coletivo. (ibid p. 63)

Vale destacar especialmente a decisão de mariscadeiras com idade avançada que voltam a estudar, e a coragem de quem quase não conhecia o exercício da própria voz surpreendentemente posicionar-se criticamente sobre a prestação de contas.

Esta cooperativa, em sua trajetória para o regime de autogestão, encontra entraves básicos no comportamento e modo de ser dos cooperados, acostumados há muito tempo a trabalhar individualmente. Esta atitude é explicada na luta pela sobrevivência, porém isto dificulta o desenvolvimento de um sistema de autogestão.

Como exemplo deste individualismo, verifica-se a tentativa de se apropriar do empreendimento, por alguns membros politicamente articulados. Ou, o comportamento como empresários de cooperados, que admitem seus próprios colegas para trabalhar, pagando o mínimo que o mercado paga e não dividindo proporcionalmente, como seria o comportamento esperado de membros de uma cooperativa. Ou ainda, os caso das prestações de contas que, invariavelmente não fecham.

### **e) Resultados observados**

Embora ainda não existam resultados econômicos a serem mencionados, no entendimento da ITCP a oportunidade do empreendimento para esta população é vital pois, se a organização da atividade passasse para as mãos de uma empresa privada de porte e com produção de escala, a tendência seria a subordinação do trabalho dos pescadores e tiradeiras, tornando remotas as condições de mudança transformadora.

Um fato positivo a ser destacado é a articulação com a direção municipal, o qual foi estabelecida desde o início do processo de incubagem, com o intuito de tornar possíveis as ações de caráter transformador para o desenvolvimento sustentável da região também no campo institucional. Essa parceria é considerada imprescindível para superar problemas e dificuldades concretas que esse tipo de empreendimento enfrenta, pela heterogeneidade e complexidade que uma sociedade representa. A cooperativa Serramar está atualmente em fase de estruturação da sede produtiva, tendo já em andamento a construção da unidade produtora, segundo os requisitos exigidos.

Entretanto, a partir do momento em que passarem a trabalhar juntos no mesmo espaço é que os cooperados vão enfrentar o seu maior desafio: superar as dificuldades de relacionamento interno que, se nas atividades conjuntas não foram contornadas, terão que ser resolvidas, sob pena de colocar em risco todo o esforço até aqui despendido caso isso não aconteça.

#### **3.2.4 Cooperativa de TAXISTAS**

##### **a) Histórico e características dos membros da Cooperativa**

Este trabalho da ITCP/UFPR, constituiu-se na formação e assessoria a um grupo de motoristas de táxis interessados em associar-se, atendendo solicitação do Sindicato dos Taxistas da cidade de Foz do Iguaçu, através do seu Escritório Regional do Trabalho e da SERT. Assim, iniciou-se o processo de incubagem com dois cursos sobre Cooperativismo, um sobre de Gestão e outro sobre Constituição



de Cooperativas, e, paralelamente com acompanhamento na criação, fundação e inserção no mercado.

O grupo interessado era vinculado ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Fóz do Iguaçu, que passou a ser mais atuante nesta gestão. São cerca de trinta pessoas na maioria com baixa escolaridade e na faixa etária acima de 40 anos. Sentiam-se pouco motivados quanto ao futuro e mesmo a possibilidade de financiamento em condições especiais não parecia ser suficiente para que saíssem de uma posição defensiva.

Na primeira análise chamava a atenção a ausência de perspectivas para o setor face à forte concorrência que se estabeleceu com os transportes de carros, moto-boys e com os táxis paraguaios. A relação dos taxistas com todos eles é bastante tensa. Não existia serviço de rádio-taxi na cidade, e as razões disso estavam associadas à baixa rentabilidade da atividade, o que reduzia as possibilidades de investimento, comprometendo a qualidade do serviço.

#### **b) Características da atividade produtiva**

O primeiro contato, após acertos realizados telefonicamente, aconteceu no final de outubro de 2001, no próprio Escritório Regional do Trabalho de Fóz do Iguaçu, com o chefe do Escritório, o presidente e o tesoureiro do Sindicato e representantes da ITCP. Nesta data ocorreu, ao mesmo tempo, o reconhecimento e início das atividades, com o início do primeiro curso de formação sobre cooperativismo e a distribuição das apostilas como material didático de apoio. As particularidades da situação, seja tanto a distância de Curitiba quanto o interesse e a urgência das autoridades locais em alterar o quadro existente, aliado à possibilidade concreta de financiamento especial do Banco do Brasil para aquisição de automóveis pelos taxistas, levaram a adoção deste procedimento atípico por parte da ITCP.

Este primeiro encontro foi importante para uma caracterização do grupo, das dificuldades operacionais e financeiras dos interessados das formas de inserção na atividade, como proprietário ou como colaborador, (aquele que trabalha com o carro

mas não é o seu proprietário), assim também como das possibilidades concretas de obtenção de benefícios comuns, conciliação de interesses, e de avaliação de estratégias para ampliar a mobilização. Seguiu-se uma programação intensa a partir daí, adequada e compatibilizada com a disponibilidade e com a urgência de ambas partes, taxistas e equipe da Incubadora.

**c) O objetivo de desenvolvimento proposto pela ITCP. Ações Desenvolvidas**

Os encontros do grupo com os representantes da ITCP, foram agendados para o período da noite; isso viabilizou uma maior participação na realização dos cursos em que o conteúdo programático foi contemplado. Durante o dia os contatos da equipe foram mais pontuais, quais sejam, com o Conselho Regional do Trabalho e com a própria diretoria do Sindicato, que liderou a execução das atividades, mobilizando os motoristas interessados. Havia também contatos com a FÓZTRANS - Instituto de Transportes e Trânsito de Fóz do Iguaçu, que regulamenta e fiscaliza a atividade do serviço de táxi e, com o Banco do Brasil, que propôs uma linha de financiamento de automóveis para condutores vinculados a entidades como Associações ou Cooperativas de táxi, auxiliando também no levantamento dos tipos de equipamentos existente para rádio táxis e seus respectivos preços, entre outras atividades.

O Curso de Gestão de Cooperativas versou sobre pontos tais como a autogestão, a responsabilidades dos sócios, o manejo dos fundos da cooperativa, as relações de trabalho na cooperativa, os aspectos legais da autogestão e seus instrumentos. A assessoria foi sobre os requisitos para formar, participar e fazer funcionar a cooperativa. Embora não estivesse previsto o curso de Cooperativismo, o que já tinha sido ministrado anteriormente por outra entidade para alguns dos integrantes do grupo, os conceitos fundamentais dos mesmos foram amplamente discutidos, na tentativa de uniformizar o entendimento dos participantes, pré-requisito essencial para o processo autogestionário a ser implantado. Na explanação do conteúdo programático do curso, que envolvia os instrumentos da autogestão, os aspectos legais e econômicos foram enfatizados, tanto no curso quanto na

assessoria. Muitos esclarecimentos foram prestados, especialmente sobre a importância das regras claras para proteger o empreendimento coletivo, especialmente para preservar a cooperativa de problemas trabalhistas que pudessem surgir entre os proprietários e motoristas colaboradores.

Calculou-se com os dados levantados que o custo da implantação da cooperativa ficaria em torno de cinco mil reais (R\$ 5.000,00). As repercussões sobre as finanças de cada um, mesmo não sendo um investimento de monta, foi motivo de preocupação face os baixos rendimentos obtidos com a atividade na praça. As possibilidades de obtenção de descontos na aquisição de veículos através do financiamento do Banco do Brasil, se uma mesma marca for adotada também foi objeto de discussão.

No que se refere a equipamentos e legalização na ANATEL, chegou-se ao valor de aproximadamente (R\$ 5.000,00), incluindo o projeto do engenheiro, necessário para a aprovação e instalação da antena transmissora aos rádios dos motoristas.

A estimativa do capital social e as respectivas quotas partes foram atentamente analisados em diversos encontros. O problema de natureza financeira dos participantes, agravado pela incerteza de melhores rendimentos, aos poucos foi sendo superado, culminando na definição do valor da quota parte em R\$250,00, parcelado em cinco vezes, conforme foi declarado no dia do seminário em 03 de fevereiro de 2002.

O resultado concreto desse seminário foi muito importante. Nele também foi estabelecido de um cronograma, detalhado passo a passo, de todos os procedimentos necessários do ponto de vista burocrático, financeiro e administrativo; foi instituída a Comissão Provisória definindo as respectivas tarefas, inclusive a de avançar a discussão que buscasse os nomes, se possível consensuais, para compor a diretoria.

Outras questões polêmicas e igualmente importantes discutidas nesse momento referem-se aos requisitos para ingresso na cooperativa, às vantagens e desvantagens dos cooperados e, à responsabilidade da cooperativa sobre as

relações de trabalho entre o proprietário do veículo e o motorista colaborador. Também se analisou a possibilidade de contratação de funcionários, contrapondo isto com a alternativa de limitar a participação exclusivamente aos cooperados nas atividades internas da cooperativa.

A escolha dos diretores da cooperativa aconteceu de forma totalmente autônoma entre os interessados. A equipe da incubadora ressaltou os aspectos éticos, políticos e jurídicos que esta composição deveria atender, como não ter pendências jurídicas, não acumular funções e apresentar o perfil adequado a uma gestão democrática.

A expectativa de viabilizar a solicitação de financiamento de veículos junto ao Banco do Brasil, cumprindo o pré-requisito exigido pelo agente financeiro, realizou-se com a entrada dos documentos dos sócios e com o registro de ata da Assembléia de Fundação na Junta Comercial; foi também necessário realizar gestões na Receita Federal que fornece o CNPJ da Cooperativa.

O resultado de todo o processo foi muito positivo, pois comprovou a viabilidade da idéia da cooperativa àqueles ainda desconfiados com a iniciativa. Vale destacar também que o almoço promovido no dia do referido seminário deu oportunidade para uma confraternização necessária ao grupo, alegre e descontraída. Nota-se que, embora pessimistas e desconfiados, possuem um senso de humor próprio, com brincadeiras e apelidos que só eles entendem, usando do riso até em situações dramáticas, o que ameniza as dificuldades da luta pela sobrevivência e melhora a situação de disputa na categoria.

### **c) Mudança comportamental**

Embora a cooperativa se encontre numa fase inicial, já é possível perceber uma mudança na perspectiva da maioria dos taxistas cooperados. O pessimismo vem sendo substituído por um otimismo, prudente e cauteloso, mas claramente diferente da atitude anteriormente verificada.

Com acesso garantido aos bancos financiadores de parcela significativa das necessidades de investimento, os cooperados demonstram, na maior parte das vezes, uma postura conservadora, evitando comprometer os rendimentos futuros ainda incertos, embora acreditem que existem boas perspectivas de melhoria dos ganhos.

O cuidado com o não endividamento foi motivador de soluções mais econômicas no médio prazo, como a aquisição de uma torre própria, estimada por um dos cooperados em R\$ 1.350,00, evitando assim o aluguel de R\$ 150,00 mensais. O adiamento da contratação de telefonistas para não comprometer o capital de giro existente fez parte das preocupações financeiras.

Os próprios cooperados obtiveram com bastante antecedência o número telefônico do serviço de atendimento gratuito para a Cooperativa, que começou a receber ligações para atendimento ao público mesmo antes do início das atividades. Por isso adotou-se a recomendação de colocar uma mensagem introdutória, esclarecedora que a cooperativa se encontra em fase de implantação, para que os clientes voltassem a ligar no futuro se por acaso não forem atendidos em alguma ocasião. Ficou claro nas discussões que a expectativa dos cooperados é de utilização deste mecanismo também para atendimento dos clientes particulares, economizando deste modo as ligações aos celulares utilizados normalmente pelos motoristas. Ficou entendido que a Cooperativa existe para prestar benefícios aos cooperados, ampliando e não restringindo sua clientela. Considerou-se também que a satisfação do cliente na escolha do serviço deve sobrepor-se a outras regras de distribuição das chamadas aos cooperados. A justeza deste critério está no respeito à clientela já formada por cada cooperado, bem como à que se formará pelo bom atendimento prestado. Desse modo preserva-se o interesse da cooperativa sem prejuízo aos demais cooperados que terão a oportunidade, além de ganhar ao auxiliarem neste tipo de serviço quando a demanda for maior que a capacidade de atendimento.

### **e) Resultados observados**

Fundada a Cooperativa, a ênfase foi dada às atividades de caráter mais prático que resultaram no cumprimento das tarefas programadas, além de outras que adiantavam etapas seguintes ou que aproveitavam oportunidades eventuais. No momento em que se escreve este trabalho, a cooperativa está em pleno funcionamento e conta com telefone, sala alugada no Sindicato dos taxistas de Foz do Iguaçu, disponibilizando aos sócios o levantamento de preços dos equipamentos e respectivas instalações para os seus automóveis, acesso aos bancos financiadores e algumas posições bem discutidas sobre as regras que regem suas atividades. A inauguração da Cooperativa em foi marcada com uma grande festa e presença de muitas autoridades.

Os encontros da equipe da ITCP com o grupo e com a diretoria da Cooperativa, após a fundação de mesma, tiveram como objetivo repassar e esclarecer as dúvidas pendentes sobre os encaminhamentos e pré operacionais das atividades em fase de implantação. Foram discutidas as questões do ponto de vista jurídico e da autogestão, especialmente algumas decisões sobre o que fazer quando alguns cooperados solicitam financiamento de automóvel junto ao Banco do Brasil, ou de outros equipamentos, como aparelhos de rádio, para comunicação com a central através da torre, junto ao Banco Social. Tais decisões ainda não haviam sido tomadas pelos cooperados interessados e prejudicavam uma previsão mais precisa das necessidades de investimentos individuais e coletivos. No entanto alguns exercícios de previsão foram realizados visando comparar alternativas possíveis.

As normas de funcionamento adotadas têm como modelo o Regulamento de Trabalho da Cooperativa de Taxistas de Curitiba, reproduzida e distribuída a todos para conhecimento discussão. As adaptações consideram as particularidades locais (culturais, econômicas e sociais da cidade entre outras). Assim, o revezamento entre os participantes na operação da central, programada para as 24 horas do dia, contará com um ou dois cooperados por período, conforme os horários de maior número de chamadas.

A Cooperativa já conta com convênios como de Itaipu e da Prefeitura Municipal, tendo ampliado o número de sócios, mudando significativamente o quadro negativo do setor na cidade.

Vale lembrar, por último, que a diferença de tratamento que este grupo recebeu por parte da ITCP/UFPR originou-se pela distância de Curitiba e por contar com apoio concreto e eficiente dos organismos envolvidos, o que possibilitou a objetividade das ações e a rápida superação de etapas. A experiência é reveladora das possibilidades do sucesso da atuação em parceria da universidade com outros órgãos públicos quando há convergência de esforços.

### 3.2.5 COOPERTECH – Cooperativa da Tecnologia da Informação

#### **a) Histórico e características dos membros da Cooperativa**

A cooperativa ‘dos informáticos’, como a ela se referiam os membros da ITCP, diferencia-se das demais cooperativas incubadas, particularmente pelo perfil dos seus integrantes: não fazem parte da população carente, não são excluídos dos bens sociais, não estão desempregados e nem são desqualificados. Ao contrário, encontram-se dentro do mercado formal. Contudo, ao procurar a incubadora, alguns temiam ser demitidos da TELEPAR que, na época, passava por reformulações internas em função da sua privatização.

Sobre as pressões à privatização, nos reportamos a SCHILLER, 1998<sup>38</sup> para entender as relações entre os meios de comunicação e o sistema capitalista mundial, ou seja, a real função destes meios na reprodução e perpetuação desta sociedade tão desigual na qual vivemos. O objetivo de controlar, para comercializar toda informação que possa atender a alguma demanda social, tem a consequência de

---

<sup>38</sup> Entrevista com Herbert Schiller *in* “Revista Leia e fique sabendo” - 1998 - FITTEL – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações – páginas 3 a 6.

uma sociedade ainda mais desigual, dividida entre os que podem e os que não podem pagar pelo acesso à informação.

Para ele

já não se trata mais de ficção orwelliana: trata-se de um projeto em curso em escala mundial que, se bem sucedido, desmontará de vez os frágeis e ainda incompletos pilares democráticos das sociedades humanas... As mobilizações populares que estas reações poderiam engendrar dependerão dos esforços para introduzir valores humanos e critérios sociais nas decisões técnico-industriais que estão sendo tomadas através da economia. Se falharem esses esforços, uma contínua e acelerada condução da produção em busca de mais 'eficiência', poderá até assegurar permanente lucratividade para umas poucas centenas de companhias transnacionais, mas também produzirá miséria e desolação para todos os excluídos por uma eficiência produtiva medida apenas em termos de dólares, mas inflexível e indiferente às condições sociais. É urgentemente necessário o povo entender o que se passa... Em nenhum outro momento da história recente, as possibilidades de uma vida digna para o conjunto do povo esteve tão ameaçada, quanto frente a emergente economia baseada na informação.

A formação do grupo iniciou-se quando uma técnica em informática, conheceu a proposta de incubagem por ocasião de uma apresentação da ITCP ao grupo comunitário da localidade de São Bráz, onde mora, a convite da associação do bairro. Considerou que esta proposta de organização poderia interessar a outros profissionais que trabalham na área de informática, com quem trocou várias idéias e fez visitas à ITCP. Formaram um grupo e solicitaram formalmente uma reunião com a incubadora, para discutir uma forma de atuação conjunta, que os contemplassem na formação cooperativa.

A proposta do grupo lisonjeou a equipe da ITCP por ter sido especialmente escolhida para assessorá-los na área do cooperativismo pela concepção do seu trabalho a qual correspondia exatamente à visão de mundo que compartilhavam e queriam concretizar, embora tivessem ciência de que não correspondiam ao público alvo da ITCP. Melhor dizendo, despertou seu interesse a possibilidade de construir



alternativas pessoais mas também transformadoras da realidade, através do cooperativismo entendido e trabalhado pela ITCP.

### **b) Características da atividade produtiva**

A proposta foi de desenvolver sistemas de comércio eletrônico com garantia de qualidade e gestão personalizada a cada projeto que atendam objetivo de custo mínimo, prazo adequado de implantação e assistência técnica.

As atividades da cooperativa seriam de consultoria, instalação de rede, cursos, manutenção e automação de empresas. A falta de disponibilidade dos sócios levou a uma redução da área de atividade na expectativa de viabilizar uma expansão em período posterior.

### **c) O objetivo de desenvolvimento proposto pela ITCP – Ação Desenvolvida**

A ITCP passou a viver de fato uma situação que já havia discutido em tese: a de delimitar ou não o atendimento exclusivamente para população mais necessitada. A proposta foi discutida internamente pela incubadora e, apesar do grupo dos informáticos estar fora do perfil considerado prioritário, foi avaliado que a incubagem desta cooperativa poderia trazer uma sinergia positiva, não só para as demais cooperativas, mas para a própria incubadora. Foi resolvido portanto, que seria dada a assessoria solicitada, quanto à organização da cooperativa sendo que em troca, prestaria serviços na área de informática aos outros empreendimentos assessorados pela ITCP e, eventualmente, à própria incubadora. Independentemente das posições sobre as políticas implantadas para o setor, tanto os membros da incubadora quanto os informáticos concordam que as novas tecnologias da informação são poderosos instrumentos de transformação política do mundo. Elas podem tornar realidade aspirações de elevada qualidade de vida, igualdade e participação, com condições de existência digna e progresso material.

A atuação da ITCP foi estritamente limitada ao que tinha sido solicitado, restringiu-se a atuar no âmbito da compreensão e prática cooperativistas, deixando

toda a parte técnica da área aos cuidados dos próprios cooperados. O grupo aceitou as condições mesmo porque já contava com participantes altamente qualificados na área de atuação da cooperativa.

O objetivo do grupo, para a formação desta cooperativa, foi o de se preparar para uma conjuntura desfavorável e, ao mesmo tempo, atuar segundo uma perspectiva transformadora mais ampla pela via do cooperativismo.

A ITCP programou um curso mais intensivo, adequado às necessidades do grupo. Foram conseguidos alguns avanços, como a fundação da cooperativa, a idealização do portal para expor seus objetivos e apresentar-se ao mercado, e também criaram a nota fiscal de serviços que iriam utilizar. Chegaram além disso a atender as poucas demandas da ITCP.

#### **d) Mudança comportamental**

A cooperativa não chega praticamente a funcionar, logo não houve uma mudança no comportamento. Cabe apenas destacar que os participantes mostram uma compreensão das virtudes das cooperativas que antecede a implantação da proposta.

Como a perspectiva de perderem emprego não se concretizou, a cooperativa não pôde proporcionar aos seus membros, ao menos no curto prazo, benefícios profissionais e econômicos mais atraentes que os do mercado. Por isso, não foi possível para a maioria dos cooperados ignorar uma situação mais vantajosa. Assim, embora com a atuação mais efetiva ainda por ser concretizada, não abriram mão do sonho no longo prazo. Resistem à idéia de encerrar as atividades da cooperativa apesar das dificuldades.

De parte da ITCP a discussão sobre os temas colocados pelo grupo levou ao aprofundamento de diversas questões, por ser o setor de telecomunicações um dos setores estratégicos para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

### 3.2.6 COOPERTEL - Cooperativa dos Trabalhadores em Telecomunicações e Informática do Paraná

#### **a) Histórico e características dos membros da Cooperativa**

Considerado estratégico para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um país, o setor das telecomunicações, em nome da eficiência produtiva, tem sofrido profundas mudanças nos últimos anos, conforme já comentamos na seção anterior. As alterações no panorama do trabalho e do emprego no setor caracterizam-se, entre outras, coisas pela significativa terceirização dos serviços.<sup>39</sup>

Por ocasião da privatização da empresa estadual de telefonia, a TELEPAR, seus novos controladores estabeleceram um programa de demissões na firma. Face a essa política, o Sindicato dos Telefônicos – SINTEL/PR, após tentativa junto à Organização de Cooperativas do Paraná - OCEPAR para lhes prestar assessoria, buscou na ITCP uma alternativa que não onerasse financeiramente os interessados na criação de uma cooperativa que representasse uma alternativa profissional para os trabalhadores demitidos e os beneficiados pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV). Cerca de duzentas pessoas, na maioria homens e escolaridade variável (47% com 2º grau completo e 20% com curso superior). Embora declarassem ser especialistas, detectou-se depois a necessidade de aperfeiçoamento. A faixa etária entre 35 e 55 anos da maioria dos cooperados revelou posteriormente alguns problemas operacionais. A equipe da ITCP identificou dificuldades em trabalhar solidariamente com o grupo, por trazerem valores arraigados do longo período de trabalho nesta ex-empresa estatal.

---

<sup>39</sup> A terceirização é uma técnica administrativa que, transfere a terceiros a execução de algumas atividades da empresa especialmente assessórias e atividades de apoio que não digam respeito diretamente ao escopo da atividade fim.

### **b) Características da atividade produtiva**

A Cooperativa tinha como objetivos gerais a prestação de serviços em telefonia nas áreas de redes telefônicas, subdivididas em redes óticas, metálicas (instalação e ampliação), teste elétrico de aceitação de redes, gerência de rede externa (cadastro, ligador e despachante) e projeto de rede. A demanda inegavelmente existia dado que a TELEPAR precisaria contratar estes serviços externamente, além da demanda que pudesse provir de outras empresas. Isso justificava o clima de otimismo em relação ao seu futuro. O Planejamento foi discutido pela Comissão Provisória, partindo das seguintes questões: o que oferecer ao mercado? A quem ofertar? Com que meios? (CARMO e VAZ, 2002, p. 81).

Discutia-se então a possibilidade do grupo adquirir, com os recursos recebidos pela demissão, os equipamentos leiloados pela Telepar e buscar cursos de formação e atualização em novas tecnologias, considerando as características profissionais dos participantes (técnicos de transmissão, técnicos de central, instaladores, reparadores, entre outros). Todos concordavam que o trabalho mais pesado é o da rede, por estar na linha de frente ou na 'trincheira' como diziam, por trabalharem na rua, tratando-se de uma atividade essencialmente física.

### **c) O Objetivo de desenvolvimento proposto pela ITCP – Ações desenvolvidas**

A idéia, discutida em outubro de 1999 e posteriormente implementada, foi a de testar um Projeto Piloto com capacidade de manutenção de noventa mil terminais, começando com trinta mil, mais ampliações de rede para a TELEPAR na Região Metropolitana de Curitiba, para posterior ampliação da cooperativa. Estabeleceu-se inicialmente uma divisão de tarefas entre a parte administrativa e outra financeira. A primeira, contemplaria o levantamento dos bens móveis, e também cuidaria dos computadores, do treinamento, e dos aspectos técnicos dos materiais de consumo, segurança pessoal e estrutural. A parte financeira cuidaria do orçamento e da receita.

Ao discutir o Projeto Piloto, foi lembrada a questão de quais pessoas participariam, pois o número de candidatos era maior do que a necessidade inicial prevista. Acenou-se que, com a cooperativa constituída juridicamente, seria possível aos seus representantes negociarem outros serviços para inserir as pessoas não aproveitadas no Projeto Piloto. Desse modo se abriria portas para outros projetos, na perspectiva de expansão para além da manutenção, como a ampliação de redes, aceitação elétrica, transmissão, comutação e energia, entre outros serviços que trariam benefícios econômicos, sem contrariar os objetivos operacionais e jurídicos da cooperativa.

A partir desse momento surgiram as condições que delineariam a disputa pelo controle do processo. Os critérios para a seleção não foram consensuais ao ponto de evitar uma divisão interna; os cooperados traziam assim para dentro da cooperativa suas diferenças políticas e sindicais.

O critério para selecionar os profissionais do referido Projeto Piloto seria o de incorporar aqueles habilitados e qualificados dentre os participantes do curso de cooperativismo oferecido pela ITCP, nas atividades inicialmente privatizadas, tal como a manutenção de redes de TP's e a execução de pequenas ampliações. Essa seleção causou grande confusão, envolvendo inclusive membros da equipe da incubadora. Tudo isso foi motivo de divergência desde o entendimento das funções do instalador, cabista, ligador, de pessoal de linha ou de cadastro, até o enquadramento daqueles que tinham mais de uma habilitação. Também se debatia acaloradamente de quais membros poderiam substituir ou serem substituídos, assim como qual seria o tempo de treinamento para cada função, relativizando importância das respectivas qualificações. Inclusive a frequência no curso de cooperativismo, que estaria prejudicada em função da jornada de trabalho noturna de alguns participantes, foi motivo de divergência.

Pode-se afirmar que, infelizmente, ao longo deste processo a ITCP não conseguiu entender que a proposta de selecionar apenas uma parcela dos interessados levaria a uma eletização da cooperativa, com resultados negativos de empoderamento e de sustentabilidade do desenvolvimento humano.

Considerando a TELEPAR como a principal compradora dos seus serviços, e contando com o apoio da ITCP, os participantes buscaram em diversas ocasiões estabelecer formas de atuação comercial, destacando a da qualidade dos seus serviços. Eles destacaram que por serem os cooperados os proprietários do negócio seriam, portanto, os maiores interessados em fornecer um serviço em alta qualidade para se manterem no mercado, além de não representar riscos de futuras demandas trabalhistas. Os primeiros contatos foram animadores, exceto pela resistência da empresa em contratar pessoas com demandas judiciais contra ela, chegando a sugerir a renúncia aos processos trabalhistas em andamento. A empresa demonstrou interesse em apoiar a Cooperativa e discutiu o valor dos serviços a serem prestados, a localização espacial provável e o fornecimento ou não do material necessário. No entanto, nunca nenhum contrato foi de fato proposto, dada a preferência pelas empreiteiras de médio e grande porte, restando à cooperativa, entre outras menores, o papel de subempreiteira. Com isso acontecem também o aviltamento dos preços pagos aos serviços técnicos de telefonia (ibid. p.82).

Os cursos programados de qualificação e especialização profissional não se realizaram. De fato, a aquisição de habilidades instrumentais e conhecimentos básicos, além da capacidade de abstração, concentração e ordenação, constituem-se nesta área e nesta conjuntura particular, em requisitos que em determinados casos superam a própria experiência.

#### **d) Mudança comportamental**

A diretoria da cooperativa, na prática e gradualmente, dispensou a orientação da ITCP a partir da sua constituição, provavelmente pela insistência da Incubadora na implementação de procedimentos participativos e transparentes. Um problema que a Incubadora enfatizava era que os contratos eram em muitos casos verbais, implicando na contratação de mão de obra não cooperada para sua realização. Isso verificou-se especialmente quando a Cooperativa ampliou sua atuação para o interior do Estado (Maringá e Fóz do Iguaçu) e no Estado do Rio de Janeiro.

Problemas de comunicação foram comuns entre cooperados e cooperativa e incubadora. A entrada de novos cooperados, para atender o mercado de Maringá que não passou por qualquer discussão mais ampla justificou a intenção dos integrantes da equipe de afastar-se. As divergências internas levaram ao pedido de demissão do Diretor Geral. A situação agravou-se rapidamente e alguns cooperados procuraram a incubadora inconformados. Não entendiam 'porque nos abandonaram'. Não percebiam o seu papel em todo o processo; remeteram aos dirigentes a responsabilidade pela condução das atividades, tal qual faziam enquanto empregados.

#### **e) Resultados observados**

Fazendo um balanço, pode-se perceber que as perspectivas de grandes ganhos alimentaram a disputa pela direção. A desagregação do grupo e o afastamento da ITCP por parte da diretoria resultou em uma condução centrada apenas em algumas pessoas, liderada pelo novo Diretor Geral, que tomava as decisões conforme seus próprios critérios.

Embora a incubadora tenha insistido inúmeras vezes que a definição dos rumos da cooperativa, ou mais concretamente, os termos dos contratos, deveriam ser discutidos amplamente, isso nunca aconteceu.

A Cooperativa entrou em processo de liquidação.

As pessoas trouxeram alguns vícios ao tentar, mesmo inconscientemente, reproduzir a forma de direção e organização de uma empresa. Resultou na prática, naquilo que eles conheciam da TELEPAR, talvez uma aspiração não revelada, um consolo ou uma fuga da realidade. Os cooperados, por sua vez, comportaram-se como empregados, que não participam ou preocupam-se com as decisões da diretoria. Esta, por sua vez, não demonstrou intenção em alterar a situação, comprovando isso ao afastar-se da incubadora quando ela passou a insistir na prática cooperativista autêntica, superando seu erro do projeto piloto que excluiu parte dos interessados, elitizando a cooperativa.

### 3.2.7 O caso de TIJUCAS DO SUL

#### **a) Histórico e características dos membros da Cooperativa**

A participação da ITCP/UFPR no município de Tijucas do Sul iniciou-se a partir de uma demanda efetuada pela Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família – SECR em meados de 2000, quando esta passou a elaborar seu Plano de Ação junto à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho – SERT, para fins de financiamento das atividades com recursos do FAT.

Atendendo esse pedido no período de setembro a dezembro de 2000, a ITCP promoveu na localidade cursos de cooperativismo, quais sejam, o Curso Básico de Cooperativismo, o de Constituição de Cooperativas e o de Gestão de Cooperativas. O grupo começou com 32 interessados e contou, inicialmente com 20 pessoas em média participando dos cursos. Dando seguimento às atividades, a ITCP realizou um diagnóstico, que apontou para a criação de uma cooperativa ou associação de artesãos. Estas atividades culminaram em um Seminário em 10/12/2000, em Rio Negro, com a participação dos diversos integrantes de cursos ministrados pela ITCP em vários municípios.

Porém, com o resultado das eleições de 2000, em que o prefeito não foi reeleito, o grupo decidiu antecipar o começo de sua atuação, logo após o término das atividades do curso. O objetivo desta ação foi o de garantir o uso de uma loja, um espaço na rodovia, na entrada para o Município, construído e cedido pela administração que encerrava sua gestão. Considerou-se, talvez que, ao garantir um local para realizar suas vendas, o grupo estaria assegurado em relação a mudança política que pudessem ser pensadas pelo novo prefeito.

#### **b) Características da atividade produtiva**

A atividade produtiva proposta seria a confecção de diversos tipos de artesanias, as quais seriam vendidas na loja referida.



Pode-se avaliar, porém, que a equipe de artesãos ainda não estava adequadamente coesa e capacitada para ter um espaço onde vender seus produtos. Alguns não haviam amadurecido a confecção dos mesmos, enquanto que muitos nem sabiam produzir corretamente o que pretendiam fazer.

Em 14/02/2001 no seu reencontro com a comunidade, a equipe da ITCP detectou a confusão provocada pela 'associação' apressada, tanto do ponto de vista organizacional, quanto da articulação política, permeada de muitas desconfianças e disputas veladas.

Considerando a situação, e apesar do contrato entre a ITCP e as Secretarias de Estado para as ações desse ano não estar sequer negociado, pela urgência dos fatos optou-se por dar continuidade ao trabalho, assessorando o grupo sob pena de não ser possível posteriormente reverter o quadro exposto.

Era evidente, porém, que o grupo ainda não estava constituído como grupo propriamente dito. Não haviam sido feitas discussões para que compreendessem suas necessidades, assim como não tinham decidido o que eles formariam, se uma associação ou cooperativa. Também não estavam todos cientes dos princípios e metas do cooperativismo. Tanto na constituição do grupo quanto no relacionamento deste com a ITCP/UFPR pode-se verificar que não houve diálogo no verdadeiro sentido do termo e sim um ativismo que precipitou o andamento do processo.

### **c) o objetivo de desenvolvimento proposto pelo ITCP – Ação Desenvolvida**

Nestas circunstâncias o pessoal da incubadora, como ainda acreditava no empreendimento, tentou resgatar o trabalho, inclusive atendendo aos apelos de algumas mulheres cujas esperanças quanto à associação não tinham sido destruídas.

Do ponto de vista administrativo, as atividades da Incubadora consistiram em identificar a origem ou as razões da desorganização, e as reivindicações dos artesãos em discutir as regras que, inclusive, não eram do conhecimento de alguns associados; em estabelecer e orientar os controles, as prestações de contas e as

escalas de permanência na loja nos finais de semana, adequando estas às necessidades de descanso da pessoa que trabalhava durante a semana.

Os problemas de ordem política e relacional foram tratados resgatando-se os princípios e valores que norteiam a vida das cooperativas. A ITCP desempenhou um papel conciliador e diplomático, mantendo sua independência e neutralidade em relação a grupos e partidos.

Promoveu-se então uma aproximação entre o grupo e a nova administração municipal, buscando esclarecer dúvidas e dar transparência aos fatos. Nestes encontros a Prefeitura comprometeu-se a apoiá-los nesta empreitada, permitindo o uso do espaço anteriormente concedido não obstante constatar-se a falta da devida regulamentação, além de atender a algumas demandas do grupo.

Nessa altura dos acontecimentos, foram efetuadas, através de inúmeros contatos telefônicos e ofícios ao Conselho Municipal do Trabalho negociações para o uso dos recursos do FAT por parte da ITCP, até obter a inclusão deste pedido nas demandas do Município.

A atividade proposta pela incubadora foi a realização de um curso específico de organização e controle das atividades coletivas, necessário especialmente naquela conjuntura, objetivando a oficialização do grupo na forma de associação ou de cooperativa.

A ITCP também apoiou o grupo na participação do evento 'gente dos 4 cantos', com a produção de cartazes. Entre as diversas propostas analisadas, as 'araras' foram a escolhidas como símbolo das diferentes atividades de artesanato desenvolvidas, por serem pássaros bem coloridos e atraentes.

Nesse momento, a ITCP teve que deixar de atender a cooperativa em decorrência de algumas dificuldades internas.

No entanto, no retorno das atividades da ITCP, junto a esta comunidade em agosto de 2001, já com o contrato em vigor, o problema ainda não estava solucionado. A intervenção neste momento concentrou-se em resolver as pendências de acertos do pagamento à pessoa que atendia a loja, suspendendo as

atividades desta, para não acumular mais dívidas e planejar a nova etapa com o grupo.

A questão do pagamento da pessoa que cuidava da loja serve como exemplo de como o grupo vinha funcionando, posto que a decisão de que cada artesão contribuísse com cinco reais por mês para pagá-la foi discutida com alguns e apenas informada para os outros, muitos dos quais, que depois não fizeram o pagamento por não concordarem com o valor estipulado. Como muitos tinham dificuldade em se colocar nas reuniões, os presentes tomavam em minoria decisões que afetavam o todos.

#### **d) Mudança comportamental**

Dado que o trabalho com esta comunidade não chegou a concretizar de fato um empreendimento cooperativo ou associativo, concluímos que não ocorreram mudanças significativas de atitudes, prevalecendo interesses individuais de alguns participantes.

As pessoas, na maioria, estavam pouco confiantes no desempenho de alguns participantes. Não mostravam muito estímulo para superar as divergências e acusações do episódio do acerto de contas, no qual vieram à tona procedimentos autoritários nas definições dos compromissos dos seus integrantes.

#### **e) Resultados observados**

Da perspectiva da ITCP, o balanço formal mostra um resultado pouco satisfatório.

Os cursos propostos pela incubadora para esta fase, não se realizaram. Entretanto o grupo preferiu fazer os cursos organizados pela Associação de Proteção a Maternidade e a Infância (APMI), em conjunto com a Prefeitura, guiado por demandas de caráter operacionais, e com seus membros preocupados principalmente em adquirir qualificação para afazeres que lhes garantiriam a sobrevivência diária.

Por outro lado, a nova administração municipal não mostrou interesse em continuar com a formação de uma cooperativa, preferindo trabalhar com uma ONG

recém criada (a antiga APMI), cujo objetivo seria \de intermediar a venda dos produtos artesanais.

Dentre o conjunto de causas possíveis do insucesso deste empreendimento como cooperativa ressaltamos:

i - a falta de amadurecimento das pessoas envolvidas para entenderem os conceitos de cooperativismo e de administração autogestionária;

ii - a falta de disposição e tempo para discutir estas questões na última fase do processo (como exemplo temos a preferência pelos cursos oferecidos pela prefeitura), posto que trabalhar com cooperativismo força o amadurecimento das pessoas envolvidas, evolução que não ocorre da noite para o dia nem tão pouco constitui um processo indolor;

iii - a falta de vontade política da nova administração da Prefeitura de Tijucas para trabalhar com a idéia de cooperativismo. É claro que este tipo de compromisso demandaria o conhecimento do conceito cooperativista, gerando muito trabalho sem retorno pecuniário e exigindo coerência nas atitudes. Além disso, estas atividades tem um baixo retorno em termos de reconhecimento individual, sendo que o resultado só poderá ser valorizado por quem também almeja mudanças sociais;

iv - A existência de problemas burocráticos de parte do Estado, demorando em disponibilizar os recursos do FAT;

v - o desacerto das políticas públicas, como exemplifica o comportamento da nova gestão da prefeitura, ao organizar cursos de qualificação no mesmo horário em que já estavam planejados os cursos da ITCP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de incubagem de cooperativas populares nas universidades enfrenta, de modo quase visceral, além das contradições da realidade ao atuar na sociedade como seu laboratório, o choque desta realidade com as teorias que a universidade ensina e produz. O mercado não é independente das determinações sociais e as instituições que existem hoje são as que geraram e aprofundam as diferenças sociais e a miséria. Nenhuma economia existe fora do seu conjunto de instituições. Evitar a violência deste processo implica mudar as atitudes. Rupturas ou transformações profundas nesta situação atual parecem inevitáveis. De alguma forma as relações sociais, representadas na forma de instituições, estabelecem vantagens e privilégios, por vezes maiores que a própria liberdade de mercado que, teoricamente, seleciona pela eficiência.

As teorias do desenvolvimento evoluíram sem grande oposição ou divergências. Ao contrário, foram em grande medida convergindo, reconhecendo cada vez mais a importância do objetivo do desenvolvimento de e para o ser humano. O sentido emancipatório de Paulo Freire, incorporado pelos teóricos da atualidade, busca incorporar os elementos antes não contemplados nas teorias de desenvolvimento que vão desde os mais subjetivos (desejos, interesses..) até os da dimensão moral e histórica das necessidades humanas. A efetiva participação do homem no processo, como determinante dos resultados de interação social, vai compondo uma série de aspectos envolvidos, que são conclusivos ao apontarem que mais vale uma proposta assumida e nascida da base do que uma trazida da cúpula; melhor dizendo, construída a partir dos beneficiários do que a imposta pelos dirigentes. O que significa também privilegiar o interesse da maioria sobre o de alguns. Isso requer uma análise política, social, econômica, antropológica, psicológica e jurídica entre outras.

Por isso experiências como das ITCPs correspondem sempre a uma questão teórico-prática na qual é necessário situar o limite operativo dos seus protagonistas, sem a pretensão de abranger toda a práxis humana.

A responsabilidade da universidade é garantir a autenticidade do empreendimento, colocando-a como pré-condição e não ignorando fatos relevantes deste aspecto. É também seu papel viabilizar orientações corretas e contínuas pois as rupturas podem ser irreversíveis.

A ITCP não foi, todavia, capaz de proporcionar sempre as melhores condições, disponibilizando os recursos possíveis para o desenvolvimento do processo de criação e formação de cooperativas e cooperativistas, fornecendo todos os meios e instrumentos necessários à sua estruturação e autonomia, nem demonstra ter isso como um objetivo claramente determinado. Não pôde ser tão constante quanto esse trabalho requer, nem alcançou os níveis de remuneração desejáveis aos cooperados. Sem dúvida, a Incubadora continua propiciando condições concretas de enfrentamento das barreiras do academicismo e do preconceito, entre outros, e, em seu trajeto contraditório, desempenhou o papel de semeadora de idéias inovadoras e reformuladora do papel acadêmico na sociedade.

Quanto ao papel da pesquisa tecnológica desenvolvida na universidade, tem de ser lembrado que o saber universitário não se dá por uma única via, nem a partir de posturas de neutralidade. São raros, contudo, os casos em que ela tenha sido produzida e consumida para e pelos trabalhadores; ela está voltada fundamentalmente para o capital. Ela unicamente se volta aos trabalhadores para focalizá-los enquanto objeto de estudo e não para disponibilizar uma tecnologia que possa ser apropriada por eles. A incubadora, neste sentido, tem estimulado, quando não desafiado, diferentes áreas a responder às suas demandas concretas: subsidiar, respaldar, dar condições efetivas de oferecer aos setores mais excluídos condições de produção com uma tecnologia compatível com seus recursos financeiros e seu conhecimento, mas que ao mesmo tempo lhes permita concorrer efetivamente no mercado.

A existência de um mínimo de condições materiais é condição necessária, mas não suficiente, como se pode observar, para garantir a criação e funcionamento de uma

Incubadora. Isto é algo especialmente importante no que se refere ao atendimento dos requisitos qualitativos que lhe são inerentes, como o perfil dos integrantes das equipes, bem como seu entendimento e domínio da concepção do programa também na prática. É exemplar o caso da Universidade Federal de Santa Catarina que, embora contasse com uma boa infra-estrutura, encerrou suas atividades. Outro exemplo importante nesse sentido é o da Universidade de Londrina, no qual apesar das autoridades considerarem a ITCP algo muito positivo, e de terem fomentado a criação de uma incubadora, não alcançaram o êxito. Esta condição essencial reflete-se nas diferentes formas de vínculo institucional reveladas nas articulações locais de poder: as incubadoras acabam por criarem-se e situarem-se onde estão as pessoas mais interessadas ou com o perfil mais adequado para se comprometerem com amplas transformações.

A integração entre grupos e pessoas, no caso da Incubadora, e no das cooperativas, requer mais que a simples afinidade. Sem dúvida, o trabalho só flui, sem desperdício de energia, quando há confiança. Sem este pré-requisito, verifica-se retrocessos. Quando ocorrem disputas pelo espaço, pela autoria, ou há atuação com visões divergentes, as ações acabam por confrontar-se ou anular-se. Requer também o respeito aos tempos diferentes para cooperados e equipe, entre membros da própria equipe, da administração com a equipe, etc.

Para os alunos da universidade, o diferencial ao participar da incubadora, que a sala de aula não pode oferecer, está na oportunidade de amadurecimento ao acompanhar o processo, no participar pensando o concreto das cooperativas ligado à sua área, respondendo à demanda, por vezes articulada também a outras áreas, aprendendo a usar linguagens que aproximam saberes com terminologia capaz de transmiti-lo de forma simples e clara para os cooperados.

Mesmo o potencial da ITCP não está total ou facilmente garantido no âmbito do cooperativismo ou fora dele. Sua prática dentro das concepções consagradas no mundo cooperativista coloca-se como desafio particular, do cooperado e da cooperativa, e coletivo, na busca da identidade do movimento, condição *sine qua non* para posicionar-se distintamente dos demais empreendimentos econômicos perante a legislação. As experiências no mundo, como as do Canadá, são animadoras. Lá se

compreende mais amplamente a importância de que o indivíduo viva experiências cooperativistas, mesmo que não sejam rentáveis.

O cooperativismo, neste processo, é usado pela população envolvida como um instrumento político e econômico: uma forma positiva em um sistema que lhes desfavorece. Tal processo permite a conscientização porque induz à reflexão na medida em que a pessoa se torna participante do poder; as decisões não vêm de cima, nem vêm de fora, mas são tomadas pelos próprios interessados. Não há subordinação e o trabalho, logo, não é opressor.

Ao tratar de projetos estratégicos os cooperados deparam-se com decisões de natureza complexa, com grandes mudanças que ultrapassam os limites de áreas funcionais e dos diferentes interesses. A adequação possível entre as dificuldades e oportunidades enfrentadas, no curto e no longo prazos, busca viabilizar o empreendimento apesar do seu alto nível de incerteza. Tal incerteza se verifica por exemplo no plano interno tanto na distribuição de tarefas quanto na organização da atividade produtiva, e externamente, em tudo o que corresponde à aceitação do produto no mercado, à escolha de canais de comercialização, e na determinação dos preços e quantidades de produtos, além da preocupação com a qualidade dos mesmos.

Mas, foram os conflitos entre as pessoas, na grande maioria dos casos, os maiores desafios a superar e, também por isso, deles surgiram as oportunidades de crescimento pessoal e coletivo. Quando estes desafios foram vencidos, inegavelmente seus protagonistas saíram fortalecidos e, nos casos contrários, com a mesma força, isto limitou a continuidade dos trabalhos, impedindo que se alcançasse os resultados esperados. São respectivamente exemplares disto os casos da Coopercamp e de Tijucas do Sul, respectivamente .

O papel da universidade, não paternalista, não tutelar, é de estimular novas estruturas organizacionais no contexto econômico, social e político. Se isso não é possível no tempo esperado, pelo menos seja como meta, como forma de eliminar a intermediação, com perspectivas de solução para a crise emergente.

É também uma tarefa política identificar as diferenças entre as cooperativas em termos de gerência. Algumas são meras reproduções de empresas, e, como tal, piores



que as capitalistas. A identidade do grupo, pré-requisito essencial, se cria com democracia. Inserir é fazer parte de forma igual. Para a formalização do empreendimento, a unidade nos objetivos e interesses evita muita confusão futura.

Nem a ITCP ou nem as cooperativas são receitas mágicas para os males do mundo. Nem podem ser uma alternativa para quem não quer, por qualquer razão, assumir verdadeiramente uma cooperativa. Porém temos certeza de que ela é concretamente um instrumento que, quando bem utilizado, contribui enormemente para o crescimento individual e coletivo de todos os seus atores, com efeitos multiplicadores positivos sobre o contexto em que atua ou no qual está inserido.

## REFERÊNCIAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional. **Cooperative Issues**. In: <http://www.coop.org/ica/issues/index.html>, 2002.

\_\_\_\_\_. In: **Declaración sobre la Identidad y los principios cooperativos: una versión multimedia**. (S.L.); ACI Américas/CCC-CA/Után Gränser, (s.d.) 1 CD 1998.

ARAÚJO, Maria Neyara de O. **A miséria e os dias**. História Social da Mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000

BARBANTI Jr., Olympio. **Urban dimensions in rural livelihoods: Implications for grassroots development and sustainability in the Brazilian Amazon**, London: University of London, 1998.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno N. Elementos para análise jurídica do balanço social das empresas in: GEDIEL, José Antonio (org.) **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora da UFPr, 2001

BOYER, Robert. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

BRAVERMANN, Harry. **Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century**. New York: Monthly Review Press, 1974

BUCHELI, Marietta; PRÉVOST, Paul e RAMIREZ, Luis. **Formulación estratégica en organizacionaes cooperativistas: estudio de caso**. Cooptel. In **El processo estratégico en las organizaciones cooperativas**. Costa Rica: Université de Sherbrooke, 2002.

CARLEIAL, Liana. **Redes industriais de subcontratação: um enfoque de sistema nacional de inovação**. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_ e VALLE, Rogério. **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997

**CAMINHOS para mudar o Brasil**, Rio de Janeiro: Oficina Social, 1998

CHOMSKY, Noam. **A sociedade global: educação, mercado e democracia**. Blumenau: Ed. da FURB, 1999

CARMO, José Henrique e VAZ, Sidney da Conceição. **Reestruturação Produtiva: Obstáculos à Reorganização Laboral – o caso da COOPERTEL in Justino...**

\_\_\_\_. **Segredos, mentiras e democracia Brasília**: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CORRÊA, Sônia; ROQUE, Atila **A agenda do ciclo social no Brasil: Impasses e desafios**. [Index.html./Observatório da Cidadania](#) Cadernos do Observatório N.0/99. Desenvolvimento local e sustentável. Fortaleza, 2000

CORREA, Darcísio. **A construção da cidadania**. Reflexões histórica-políticas. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

DÁVILA, L. de G. Ricardo. **Comulseb, una alternativa para el desarrollo local**. In *Gestión y Desarrollo: la experiencia de las cooperativas en Colombia*. SILVA, Juan Manuel y Dávila, L. de G., Ricardo. *Compiladores u editores*. Bogotá, 2002.

DEDECA, Claudio Salvatori. **Economia e Trabalho: textos básicos** Marco Antonio de Oliveira (Org.) Campinas: UNICAMP, 1998

**DO FÓRUM Social Mundial** ao Fórum Brasileiro de Economia. Uma publicação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM. Rio de Janeiro, 2002.

ELLERMAN, David P. Myth and Metaphor in Orthodox Economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, 13(4) : 545-64, 1991.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development** Princeton: Princeton University Press, 1995

ESTEVES, Egeu Gomes **Por um trabalho que promova o desenvolvimento humano** in Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2002

FARIA, Dóris S. **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina** Brasília: Universidade de Brasília, 2001

FELDMANN, F.; BERNARDO, M. **Desenvolvimento sustentável no Brasil. (As pedras no caminho do possível)**. In: Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 11, 1995.

FERREIRA, Raimundo de Assis e CORDEIRO, Rosângela A Galvão. COOPERCAMP, estudo de uma experiência. In: **Incubadora Tecnológica de Cooperativas: a experiência da UFPR**. JUSTINO, Maria José (org.) Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

FERNANDES, Rubem César **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. 2. ed.** Rio de Janeiro: Civicus, 1994.

FÓRUM Social Mundial. **Um outro mundo é possível**. Alternativa Concreta de Radicalização da Democracia. Economia Popular Solidária. Porto Alegre, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

\_\_\_\_\_. **Extensão em Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_. **Conscientização Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3 ed.: São Paulo. Moraes, 1980, 102p

GUIMARÃES, Gonçalo **Ossos do ofício - Cooperativas populares em cena**. Rio de Janeiro ITCP/COOPE/UF RJ, 1998

\_\_\_\_\_. Sensibilidade e vontade política in **Ossos do Ofício – cooperativas populares em cena aberta** (Gonçalo Guimarães, coordenador). Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UF RJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma cidade para todos**. in Integrar Cooperativas. Unitrabalho; CUT. Programa Integrar. São Paulo, 1999

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna** São Paulo: Edições Loyola, 1989.

**INCUBADORES 2001**. Versão preliminar em CD.

IRION, João E. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: Editora STS, 1997.

IPARDES. **Movimento Migratório no Paraná (1996-91): origens distintas e destinos convergentes**. IPARDES: Curitiba, 1999.

KAYANO, Jorge e CALDAS, Eduardo de Lima. **Indicadores para o Diálogo**. Mimeo s.d.

- KRUPPA, Sonia. In apostila **Processo de Formação/Metodologia**, mimeo, USP, 1999.
- LAFLEUR, Michel. **Estrategia y personalidad cooperativa: primera modelización** in: El Proceso estratégico en las organizaciones cooperativas. Costa Rica: Université de Sherbrooke, 2002.
- LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, ITCP/COPPE, 2003.
- LENINE, V. Sobre a Cooperação in **Cooperativismo e Socialismo**. Rui Namorado (org) Coimbra : Centellha, 1974.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Cooperativismo e Socialismo**. Rui Namorado (org) Coimbra : Centellha, 1974.
- MAIA, Denise M. Antonina: Cooperativa Serramar. Um aprendizado compartilhado in: **Incubadora tecnológica de cooperativas: a experiência da UFPR**. JUSTINO, Maria J. (org.) Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.
- MARX, K Sobre a Cooperação in **Cooperativismo e socialismo**. Rui Namorado (Org.) Coimbra: Centelha, 1974<sup>a</sup>
- \_\_\_\_\_. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 3, vol 6. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1974b.
- MIDGLEY, S. **Social Developments: the developmental perspective in social welfare**. London: Sage Publication, 1995.
- NAKANO, 2000. **Anteag: a autogestão como marca** In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (org.) A economia solidária no Brasil a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo: Contexto, 2000.
- NAMORADO, Rui. **Cooperativismo e socialismo**. Rui Namorado(Org.) Coimbra: Centelha, 1974.
- NOGUEIRA, Maria das Dores P. **Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual** in FARIA, Dóris S. Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- PEIXOTO, José Antonio. **Autogestão: Um modelo alternativo de reestruturação da Produção in Mudanças no Mundo do trabalho cooperativismo e Autogestão**, Ponte Jr., Osmar de Sá (org.). Fortaleza: Expressão, 2000.
- PENAGOS, Rafael A. **Organización y gestión de la investigación en la Universidad**. Santafé de Bogotá: Ediciones Antropos Ltda., 1998.
- PERIUS, Vergílio Frederico **A verdadeira História do Cooperativismo** São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- PINHO, Diva B. **Economia e cooperativismo**, São Paulo: Saraiva, 1977.
- POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- POPP, Marlene T.B. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná – Um desafio na construção de novos saberes in Justino, Maria José (org) **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**, Curitiba : UFPR/PROEC, 2002.

**PRORENDA Desenvolvimento Local Sustentável: O exemplo da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira com o Banco de Palmas, Fortaleza, 2000**

PUTTERMANN, Louis. After the employment relation: problems on the road to enterprise democracy. In S. BOWLES, H. GINTS & B. GUSTAFFSON (eds.) **Markets and democracy: participation accountability and efficiency**. Cambridge : Cambridge University Press, p. 129-47, 1993.

RAMIREZ, Luiz. Fundamentos de gestão cooperativa: primeira modelização in: **El processo estratégico en las organizaciones cooperativas**. Costa Rica: Université de Sherbrooke, 2002.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista** in Boaventura de Souza Santos (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

\_\_\_\_\_. **Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa** in Boaventura de Souza Santos (Org ) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

\_\_\_\_\_. A Globalização e as Ciências Sociais in Boaventura de Souza Santos (Org.) São Paulo : Cortez, 2002c.

SCHILLER, Herbert in "Revista leia e fique sabendo". 1998 – FIFTEL – Federação Inter estadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações – páginas 3 a 6.

SCHULTZ, Cristina. **Globalização, trabalho e emprego: notas para o debate**. Crítica Jurídica: Revista Latinoamericana de Política, Filosofia y Derecho : México, n.18, p. 181-196. 2001.

**SEMINÁRIO sobre Incubadoras Pontos Essenciais Da Experiência da UFRJ**, Mimeo, 1998

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Terras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Development thinking at the beginning of the 21 st century, conference on Development thinking and practice of the Inter-American Bank** : Washington, D. C., 1997.

SILVA, Maria das Graças M. **Extensão Universitária no Sentido do Ensino e da Pesquisa** in FARIA, Dóris S. **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo : Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul, SOUZA, André R. (org.) **A economia solidária no Brasil a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo: Contexto, 2000.

SWANEY, James A. Elements of a Neoinstitutional Environmental Economics. **Journal of Economic Issues**, 21(4) : 1239-79, California, december, 1987.

SOUZA, Nilson Araújo. **Ascensão e Queda do Império Americano**. São Paulo: Edições Mandacaru, 2001.

SPINK, Mary Jane Paris (org.) **A cidadania em construção**. Uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

TAVARES, Maria das Graças M. **Os Múltiplos Conceitos de Extensão** in FARIA, Dóris S. *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina* Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TAUILLE, José Ricardo e DEBACO, Eduardo Scotti. **Autogestão no Brasil: A viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. Mimeo, s.d.

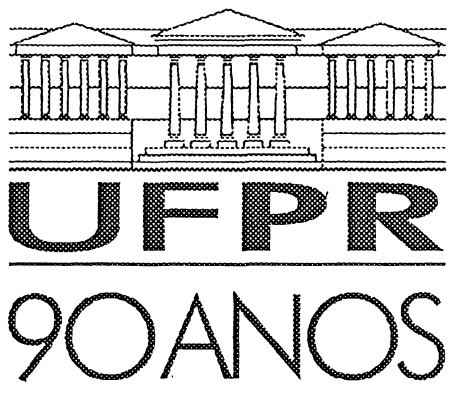
UNITRABALHO/Programa Integrar. **INTEGRAR COOPERATIVAS** São Paulo, 1999

UFPR – Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Relatório Gestão 1998-2002**. Curitiba, 2002.

**USP - Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência**

WHYTE, William Foote e Whyte, Kathleen King Making Mondragon : **The Growth and Dynamics of the Worker Cooperative Complex**. 2<sup>o</sup> ed. London, IRL Press, 1991.

**A N E X O**



**RELATÓRIO  
GESTÃO  
1998 - 2002**

**PROEC - UFPR**



## Sumário

Apresentação	<b>05</b>
Organograma da PROEC	<b>09</b>
Financeiro	<b>10</b>
UNIGRAF	<b>13</b>
Unidade de Apoio a Projetos	<b>15</b>
Projeto Centro de Cultura da UFPR	<b>19</b>
Um Museu Universitário como Laboratório de Artes - Musa	<b>28</b>
Centro de Informações de Extensão da UFPR - CIEX	<b>34</b>
Centro de Comunicação da UFPR	<b>39</b>
Campanha UFPR Símbolo de Curitiba	<b>45</b>
Premiações na Extensão e Cultura	<b>46</b>
Qualificação de Professores e Técnico-Administrativos da PROEC	<b>47</b>
Coordenadoria de Extensão	<b>50</b>
Coordenadoria de Apoio a Cidadania	<b>106</b>
Coordenadoria de Cultura	<b>136</b>
Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR	<b>198</b>
Centro de Educação Física e Desportos da UFPR - CED	<b>213</b>
Núcleo local da UNITRABALHO/UFPR	<b>228</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>229</b>
Coordenadoria de Extensão	
MUSA	
Rádio e TV	
Portarias do Reitor	
Portarias da PROEC	
Financeiro	
Centro de Cultura	
Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR	
12º Festival de Inverno da UFPR em Antonina	

# COORDENADORIA DE APOIO A CIDADANIA

## 1.1 INTRODUÇÃO

A Coordenadoria de Apoio à Cidadania, implantada em 1998, veio substituir a anteriormente denominada Coordenadoria dos Movimentos Sociais, criada em 1994, que vinha desenvolvendo o programa Exercitando a Cidadania, composto de três projetos: Mediações Fundiárias; Exercitando a Cidadania no Campo; e Moradias Pantanal. O primeiro, com início em 1994, encerrou suas atividades no ano de 2001. O segundo, desenvolvido junto ao assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Teixeira Soares, iniciado em 1994, teve sua continuidade nesta coordenadoria até o ano de 2000, passando então para o Setor de Educação. O projeto Moradias Pantanal, também iniciado em 1994, foi, a pedido, alocado na Coordenadoria de Extensão da UFPR, no ano de 2000 e, também a pedido, foi transferido para o setor de Educação.

A partir de 1998, um novo programa foi constituído no âmbito desta Coordenadoria, o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares / ITCP.

O Programa ITCP é um programa de extensão universitária que tem como missão a inserção social e econômica de trabalhadores historicamente excluídos dos bens sociais. Objetivando, primeiramente, incentivar a organização autônoma dos trabalhadores por meio da formação de cooperativas populares autogestionárias, o programa busca a valorização do conhecimento dos trabalhadores como forma de organização democrática.

Na seqüência, por ser um programa de extensão, objetiva-se dar uma educação aos estudantes com uma nova lógica, acreditando que o cooperativismo é um veículo dos mais pertinentes para a formação, por fundamentar-se em valores, como responsabilidade individual e coletiva, democracia, equidade e solidariedade. O programa permite que os estudantes sejam atores significativos do desenvolvimento, cria fundamentos para a pesquisa aplicada e resulta numa importante experiência de trabalho, no qual, como bolsistas ou estagiários, elaboram e realizam, sob orientação, um plano de intervenção na comunidade.

Outro objetivo do programa é gerar subsídios para desenvolvimento de políticas públicas, locais e regionais, por meio de parcerias estabelecidas.

A Coordenadoria de Apoio à Cidadania usa como referência a experiência do

programa implantado, com êxito, na Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia/COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, portanto, em uma Universidade Pública e a partir de um centro de alta tecnologia. O impacto do programa da UFRJ, como bem disse Pedro Cláudio Bocaiúva, "difundiu-se num sistema complexo de parcerias, estruturou-se em redes universitárias e aliou-se a outros atores sociais nacionais, fazendo parte de um processo ora organizado, ora espontâneo dos setores da classe trabalhadora, nas comunidades excluídas do espaço social e produtivo do capital".

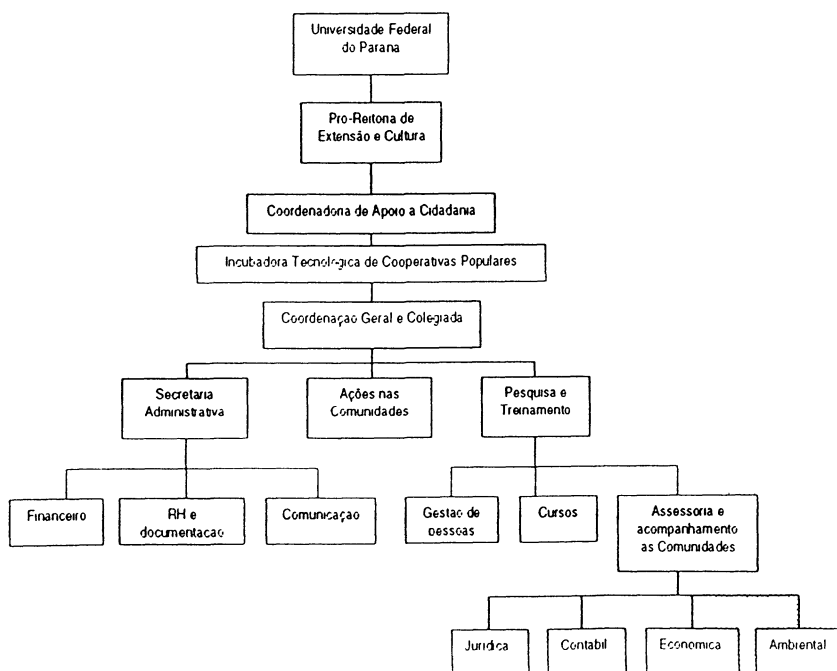
Em 22 de março de 1999, com a presença de pesquisadores, representantes de várias incubadoras de diversas universidades brasileiras, sindicatos e movimentos sociais, foi lançado na Universidade Federal do Paraná o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Na mesma oportunidade foi constituída a "Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares", programa permanente da UNITRABALHO, criada a partir de experiências exitosas de incubação de empresas de economia solidária e posta em prática em seis outras universidades: UFRJ/COPPE, UEB, UFJF, UFRPE, USP e Fundação Santo André.

O processo de implantação da ITCP/UFPR teve início antes do lançamento oficial, quando, em junho de 1998, a nossa Universidade participou de um seminário nacional na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo divulgar o modelo de incubadora de cooperativas. Em julho do mesmo ano, a convite da PROEC, o coordenador da ITCP da COPPE/UFRJ, Gonçalo Guimarães, visitou nossa instituição e apresentou a proposta do projeto. Articulou-se, nessa ocasião, um Termo de Cooperação entre COPPE/UFRJ e UFPR, para transferência da metodologia do programa.

Num segundo momento, no período de setembro a dezembro de 1998, após a divulgação no âmbito da instituição, através de correspondência enviada a todos os departamentos, teve início o processo de organização e qualificação da equipe por meio de assessorias e cursos realizados por professores, técnicos e cooperativados da UFRJ.

Na seqüência, discutiram-se exaustivamente os princípios que iriam nortear o Programa e a elaboração do Programa de Extensão Universitária Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, o qual foi aprovado pelo Comitê Assessor de Extensão em 06 de novembro de 1998, adotando procedimentos metodológicos e mantendo uma identidade com incubadoras implantadas em outras universidades. Vários outros cursos, seminários e estágios deram continuidade ao processo de formação dos professores, técnicos administrativos e estudantes, numa proposta de formação continuada.

## 1.2. ORGANOGRAMA DA ITCP



# 1.3. INFRA-ESTRUTURA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

## 1.3.1. DADOS CADASTRAIS

Instalada na Universidade Federal do Paraná

Vínculo institucional: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura / Coordenação de Apoio à Cidadania

Data de Fundação: 22 de março de 1999

Nome do Coordenador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marlene T. Barcellos Popp

Endereço completo: Praça Santos Andrade nº. 50

Bairro: Centro - Cidade: Curitiba - UF: Paraná

Telefone / fax: (41) 310 2732 / 310 2618

E-mail: itcp@proec.ufpr.br - Home-page / site: www.proec.ufpr.br

## 1.3.2. MEMBROS DA INCUBADORA

Nº de pessoas	Área temática do conhecimento	Tipo de vínculo	Atividades desenvolvidas	Tempo dedicação horas/semana
Marlene Popp	Geologia	professora/	Coordenação do programa	40hs
Ademar Krueger	Economia	Professor	Planejamento e Projeto	25horas
Ana Maria Muratori	Geografia	professora	Meio Ambiente	12 horas
Denise Maia	Economia	professora	Gestão de Cooperativas	25 horas
José Antônio Peres Gediel	Direito	Professor	Assessoria jurídica	25 horas
Jose Henrique do Carmo	Economia	Professor	Assessoria econômica	25 horas
Sidney da Conceição Vaz	Contabilidade	Professor	Assessoria Contábil	25 horas
Eduardo Harder	Direito	mestrando	Assessoria jurídica	25 horas
Fabio Moura de Vicente	Direito	Mestrando	Assessoria jurídica	25 horas
Raimundo de Assis Ferreira	Contabilidade	Técnico	Instrutor de cursos	40 horas
Márcia Silva Fernandes	História	Técnico	Instrutor de cursos	40 horas
Denys Dozsa	Engenharia Florestal	Técnico	Instrutor de cursos	40 horas
Carmelena M. R. Santos	Administração	Tecnico	Instrutor de cursos	40 horas
<b>Bolsistas</b>				
Fabiano Guardachone	Direito	FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Marco Dickson F. Amonn	Contabilidade	FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Fábio Gulowski	Contabilidade	FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Marcos Franke de Macedo	Economia	FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
João Luiz Rodachinski	Economia	FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Maria Cecília Alves Simões	Pedagogia	FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Diogo Labiak Neves	Geografia	FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Michele Câmara Garrido	Direito	FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Graziella	Economia	Voluntária	Pesquisa /extensão	
Sandra Mari Canzi	Engenharia Florestal	Bolsa FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Cristiano Anselmo Dallagrana	Engenharia Florestal	Bolsa FIEP	Pesquisa /extensão	20 horas
Olinda Gasparim Maciel	Secretária	Bolsista sênior	UFPR	20 horas
Nátia Lino R	Auxiliar financeiro	Recursos do FAT		20 horas

## Bolsistas Extensão

1999 – 20 alunos

2000 – 20 alunos

2001 – 15 alunos

Espaço físico: 132,34 m<sup>2</sup>, divididos em:

- sala de reuniões (cooperativados, bolsistas, professores e instrutores)
- sala de assessoria contábil e jurídica
- sala destinada à secretaria e coordenação
- sala destinada ao corpo técnico administrativo
- sala de informática

### 1.3.3. EQUIPAMENTOS

- 1 Um aparelho de TV marca Philco 21 polegadas – TP2052N
- 2 Um aparelho de vídeo marca Philco PVC HF – 7 cabeças
- 3 Um aparelho de retroprojektor
- 4 Um computador Pentium III 800 MHZ
- 5 Um computador AMD Duron 750 MHZ
- 6 Dois computadores AMD K6 450 MHZ
- 7 Uma Impressora Laser Lexmark 4039Plus
- 8 Uma Impressora Hp Deskjet 695C
- 9 Um aparelho de fax, Panasonic KX – FT67
- 10 Três linhas telefônicas
- 11 Um veículo Uno Mille, Marca Fiat, ano 1995 – modelo 1996, placa AFQ 6718, cor branca, Chassi nº 9BD14610755586302

#### Mobiliário

- 1 Quatro mesas em fórmica com 3 gavetas, medindo 1,25x0,70m
- 2 Uma mesa com 6 gavetas em cerejeira, medindo 1,50x0,75m
- 3 Uma mesa com seis gavetas em cerejeira, medindo 1,60x0,80m
- 4 Uma mesa de madeira, com 6gavetas, medindo 1,50x0,85m
- 5 Uma mesa de aço com tampo de fórmica branca
- 6 Três mesas para computador
- 7 Uma mesa para reuniões, em cerejeira, medindo 2,76x0,80m
- 8 Uma mesa para reuniões, em fórmica, medindo 2,00x1,00
- 9 Dois arquivos de aço com quatro gavetas, medindo 2,53x0,76m
- 10 Um armário com duas portas de correr em vidro
- 11 Dois armários de duas portas em madeira
- 12 Uma mesa para telefone, medindo 0,50x0,40
- 13 Uma mesa para impressora, medindo 0,65x0,55m
- 14 Três cadeiras giratórias, com braço
- 15 Doze cadeiras estofadas, cor preta
- 16 Doze cadeiras estofadas, cor marrom

### 1.3.4. ORÇAMENTO E FONTES DE RECURSO DA INCUBADORA

A Incubadora iniciou suas atividades sem nenhuma forma de financiamento contando, entretanto, com um veículo da universidade posto à disposição do programa, para o deslocamento da equipe às comunidades, nos municípios de Antonina, Curitiba e região metropolitana. Também tivemos a liberação de diárias destinadas a gastos com alimentação para a equipe. A partir de agosto de 1999, houve liberação de recursos provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), através de contrato com a SERT (Secretaria de Estado de Emprego e Relações de Trabalho) para execução de cursos de cooperativismo e associativismo, acompanhamento e assessoria aos empreendimentos. A partir de 2001, contamos com recurso da FIEP

(Federação das Indústrias do Paraná) , destinado ao financiamento de dez bolsas para alunos da graduação, que foi renovado para o ano de 2002. No quadro da ITCP, devemos mencionar o que denominamos contrapartida da UFPR, que se traduz em salários para técnicos e professores envolvidos no programa, 15 bolsas de extensão, veículo, combustível, material para escritório e xérox. No momento atual, dispomos do financiamento do FAT, sendo que o contrato se encerra em abril de 2002 e estamos pleiteando novas formas de financiamento.

## 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Trabalhando com quinze grupos, dos quais seis já se encontram legalizados, a ITCP atingiu um público direto de cerca de 500 pessoas em 2001 e ao longo de suas atividades de 1999 a fevereiro de 2002, cerca de 2000 pessoas foram atingidas direta ou indiretamente. O dado quantitativo leva em consideração a metodologia escolhida que é a do acompanhamento desde a formação do grupo, passando pela fundação e etapas de incubação até a inserção no mercado de trabalho.

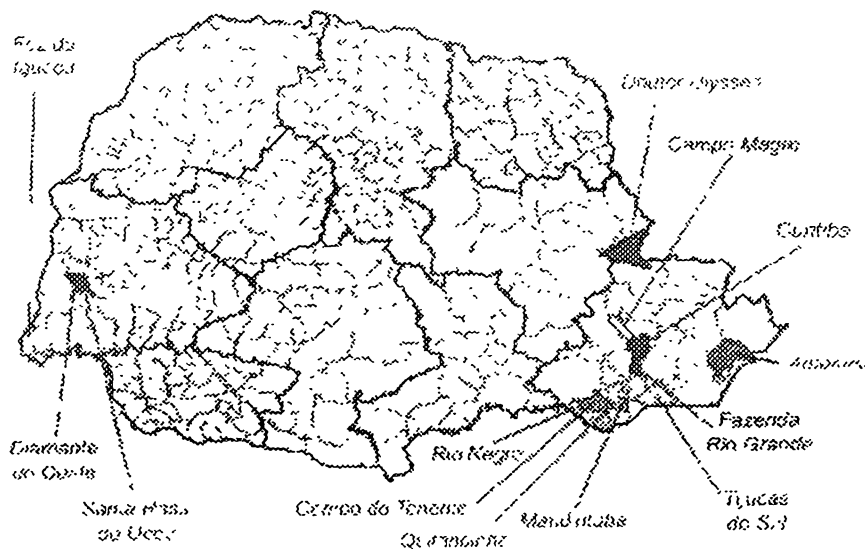
A estratégia de qualidade supõe um trabalho cujos frutos somente se consolidarão em prazos médios e longos quando, efetivamente, as cooperativas atingirem a emancipação completa.

Em relação às comunidades, apresentamos uma síntese dos principais resultados alcançados no período compreendido entre março de 1999 e fevereiro de 2002.

### 2.1. AÇÕES REALIZADAS NAS COMUNIDADES

Quadros demonstrativos das ações desenvolvidas pela ITCP/UFPR, com os grupos e comunidades incubadas.

Municípios de Ação da ITCP



### 2.1.1. COOPERATIVA DE PESCADOS DE ANTONINA – SERRAMAR

Nome da Comunidade Objeto cooperativa	Início das atividades da cooperativa	Perfil do grupo	Fases executadas	Fase atual 2001
COOPERATIVA SERRA MAR Cooperativa de Pescados de Antonina Produção e comercialização de carne de siri e de bacucu	Sensibilização e mobilização entre abril a junho/99 Início do curso básico em julho/99	42 pessoas, pescadores e tiradeiras de carne de siri e bacucu (espécie de molusco), 63% mulheres e 37% homens. Escolaridade / 40% analfabetos, 55% fundamental incompleto. Praticam uma economia de subsistência, Antonina sobrevive principalmente dos recursos naturais.	Sensibilização/ Mobilização de Curso de cooperativismo Planejamento Estudo do processo produtivo Elaboração do estatuto Fundação e legalização em 10 de junho de 2000. Cursos de capacitação na área específica de atuação.	Desenvolvimento de estudos com os alunos de arquitetura, para elaboração do projeto arquitetônico Procedimentos junto aos órgãos ambientais para viabilização da cooperativa Elaboração de projeto para captação de recursos e inserção em programas de desenvolvimento do Estado



#### Identificação de demanda

A Universidade Federal do Paraná já promovia na região o Festival de Inverno e em janeiro de 1999, a Profa. Dulce Fernandes que desenvolvia um projeto em Antonina, na linha de artesanato, sabendo do programa de incubadoras, solicitou que fosse promovida uma palestra para os artesãos. Motivado pelas discussões e esclarecimentos, um grupo de artesãos decidiu participar da ITCP.

#### Histórico:

As ações de formação em cooperativismo foram iniciadas a partir de março de 1999. Existia inicialmente um bom número de artesãos participando. Em continuação, os artesãos deixaram o processo, ficando o grupo de pescadores e tiradeiras de siri com o qual foi fundada e constituída a cooperativa.

#### Resultados:

Desde o início das atividades da ITCP, em conjunto com o grupo da Coopserramar, muitos avanços e recuos têm sido vivenciados. O difícil processo de organização da comunidade para o desempenho da cooperativa avançou no ano de 2001 com a participação da quase totalidade dos cooperados na barraca da Cooperativa durante o Festival de Inverno. Nesse evento, o grupo exercitou a divisão de tarefa, a distribuição do trabalho em turnos, o processo de autogestão, administrou os recursos financeiros e apresentou os dados para prestação de contas. Considera-se um avanço pois estavam habituados com a prática de trabalho individual. Promoveram e organizaram também o Festival do Siri, importante festividade para o município de Antonina, que estava no esquecimento. Isto mostra o orgulho que eles têm da sua terra e só foi possível reativá-la pelo esforço coletivo. Outro importante resultado da ação conjunta da ITCP / Cooperativa, foi a aquisição de um terreno para a construção do local de beneficiamento dos produtos, por meio de inúmeras ações junto aos órgãos competentes. O terreno foi adquirido com recursos advindos do I Prêmio Petrobrás / UNISOL conquistado pela ITCP.

#### Dificuldades:

Os inúmeros acidentes ambientais que ocorreram na baía de Antonina atrasaram significativamente as ações de inserção definitiva no mercado.



Curso de cooperativismo



Cooper. Trabalhando no XI Festival de Inverno

### 2.1.2. COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES DA CAPITAL PARANAENSE COOPERCAMP

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases executadas	Fase atual
COOPERCAMP - Cooperativa Mista dos Trabalhadores do PR - CIC  Prestação de serviços na área de Prestação de Serviços Limpeza hospitalar Limpeza geral Serviços gerais	julho/99	65 participantes sendo 58% mulheres e 42% homens, maioria entre 20 e 50 anos Diversas profissões sem especialização diaristas, pedreiros, eletricitas, carpinteiros, motoristas, costureiras, etc Escolaridade 75% com 1º grau 60% desempregados 15% trabalho informal	Organização do grupo Cursos de cooperativismo Elaboração do estatuto Fundação e legalização da cooperativa 16 09 99 Estudo do processo produtivo Cursos de capacitação na área de atuação da cooperativa	Prestação de serviço na maternidade de Victor Ferreira do Amaral e Teatro da Reitoria e em busca de novos contratos e Locação de um espaço para funcionamento de uma sede administrativa.  Troca de diretoria e reforma do Estatuto Elaboração do regimento Interno



#### Identificação da demanda:

Demanda encaminhada à ITCP por alguns moradores da associação de bairros do Jardim Venízia que participaram do evento: "Lançamento da Rede Universitária de Incubadoras".

**Finalidade:** A Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Capital Paranaense – Coopercamp foi constituída em 16/09/1999 com 42 sócios fundadores para prestar serviços na área de conservação limpeza, portaria e jardinagem.

#### Procedência dos Participantes:

Dos participantes da Cooperativa, 35,6 % são moradores do Jardim Venízia. O restante se divide em Vila Resistência, Vila Conquista, Vila Jacira, Vila Luana, Vila Nossa Senhora Aparecida, Jardim Eldorado, Jardim Santa Rita, Vila Modelo, Vila Verde, Jardim Oswaldo Cruz, etc.

**Perfil do Grupo:** Escolaridade: a maioria dos participantes (45,2%) possui o ensino fundamental incompleto (4ª série), sendo que 31 % concluiu o ensino fundamental. Embora em número pequeno, existem analfabetos.

**Moradia:** cerca de 78 % dos participantes possui casa própria. O restante mora em casa alugada ou cedida (vide anexo).

**Habitantes por Domicílio:** a maioria das casas é ocupada por três ou quatro moradores. O número de casas com seis moradores também é significativo.

**Ocupação:** Possuem ocupação no momento: homens com alguma ocupação (55,4%) e desempregados (44,6%); entre as mulheres trabalham (45,8%) e estão desempregadas (54,2%).

**Atividades exercidas pelas mulheres:** vendedora, acompanhante de criança em transporte coletivo, enfermeira particular, cozinheira, guia de viagens (Paraguai), diarista, prestação de serviços (cartão, convites), ajudante de cozinha, auxiliar de produção, operadora de máquina, balconista, empregada doméstica, zeladora, costureira, selecionadora, auxiliar de odontologia, auxiliar de cobrança, salgadeira, recepcionista, caixa operadora, auxiliar de cantina, atendente em restaurante, trabalhos de reciclagem de plástico, artesanato na confecção de bolsas.

**Atividades exercidas pelos homens:** mecânico industrial, serviços gerais, motorista, auxiliar de estatística, servente de pedreiro, técnico de segurança, carregador de mercadorias, assistente, administrativo, pipoqueiro, auxiliar de galvanização, auxiliar de serviços, borracheiro, guia de turismo, auxiliar de almoxarife, vendedor, auxiliar de expedição, repositor de mercadorias, pedreiro, músico, jardineiro, fabricante de bolsas e mochilas, carpinteiro, motorista.

**Renda Mensal:** Até 1 SM (30%); entre 1 e 2 SM (10%); entre 2 e 3 SM (30%); entre 3 e 4 SM (5%); + de 4 SM (5%); não sabe dizer (20%).

**Tempo de desemprego:** menos que 6 meses (41,6%); entre 6 meses e 1 ano (12,5%); entre 1 e 2 anos (16,6%); mais de 2 anos (16,6%); não sabe dizer (12,7%)

#### **Histórico:**

A partir de maio de 1999, foram realizadas as primeiras reuniões comunitárias na residência do sr. Severino com a presença de vinte pessoas interessadas em conhecer o trabalho da Incubadora e o que é uma cooperativa. Houve ainda algumas reuniões de sensibilização e em seguida foi iniciado o processo de incubação com o curso básico em cooperativismo no período de junho a setembro. A partir da constituição da cooperativa, o grupo recebeu qualificação profissional, na área específica do seu objeto, com a realização do Curso de Técnicas de Higiene e Desinfecção Hospitalar e Sanitizadores, promovido pela UFPR/Hospital de Clínicas no Hospital de Clínicas da UFPR em dezembro de 1999. Em seguida, foi ministrado o curso de qualificação e serviços de portaria pela UFPR. A cooperativa sempre teve uma participação ativa nos eventos locais e nacionais promovidos pela ITCP/PR.

**Situação Atual / Benefícios:** Com a inserção no mercado, a cooperativa tem propiciado condições de melhoria à qualidade de vida de seus cooperados, o que a qualifica como um organização de elevado cunho social. Melhorias não só do ponto de vista econômico, visto que se percebe na postura desses trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho há mais de dois

anos, a assimilação dos princípios cooperativistas na prática. Citamos nesse aspecto, um incidente havido no local de trabalho, quando uma cooperada foi punida por uma enfermeira de plantão por conduta inadequada, com a ordem de que deveria deixar o recinto de trabalho. Notou o fato à direção da Maternidade que realizou uma reunião com a Diretoria da Cooperativa e equipe técnica da Maternidade, explicando como se dão as relações com as empresas prestadoras de serviço. A partir desses esclarecimentos, não houve mais esse tipo de incidente. Em fevereiro do corrente, foi realizado o balanço social de 2001, sendo aprovada a prestação de contas da diretoria, relatórios administrativos e financeiros com um superávit, de aproximadamente R\$ 3.000,00. Após descontados os fundos obrigatórios, os cooperados decidiram por unanimidade aplicar as sobras líquidas no investimento da cooperativa.

### Resultados:

Em 2001, a cooperativa firmou contrato para prestação de serviços em limpeza hospitalar na Maternidade Victor Ferreira do Amaral. A qualificação profissional para exercer essa atividade foi realizada no Hospital de Clínicas da UFPR, por técnicos responsáveis pelos serviços de limpeza hospitalar, tendo os cooperados recebido o certificado de curso de extensão universitária, condição fundamental para o ingresso no mercado de trabalho. Considera-se um resultado positivo o fato de a universidade, por intermédio da FUNPAR, oportunizar o exercício da prática cooperativista no seu ambiente administrativo; da mesma forma o exercício da autogestão dentro de um modelo moderno de administração hospitalar. Para isso, foi necessária a articulação da ITCP com as direções da Maternidade e da FUNPAR. Outra oportunidade de trabalho aberta pela UFPR foi a prestação de serviços de limpeza geral no Teatro da Reitoria. Locação da sede administrativa e aquisição de equipamentos e materiais necessários para funcionamento da cooperativa. Melhoria da qualificação profissional.



Assembléia de Fundação da Cooperativa



Prestando serviços na maternidade Victor Ferreira do Amaral – abril 2001

### 2.1.3. COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES EM INFORMÁTICA DO PARANÁ – COOPERTEL

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases executadas	Fase atual
Cooperativa de Serviços em Telecomunicações e Informática do Paraná Serviços em telecomunicações e informática	17 de agosto	80 pessoas Desempregados da Telepar - Estatal privatizada que passou a se chamar Telesul Escolaridade 47% tem 2º grau completo 20% curso superior 44% de desempregados	Sensibilização/ Mobilização Curso de cooperativismo Cursos de capacitação Planejamento: Elaboração do estatuto Estudo do processo produtivo Cursos. Auto Gestão de Empresas Tributação de Cooperativas Informática	Processo de liquidação

### **Identificação da demanda:**

A demanda foi encaminhada a ITCP, através do Sindicato dos Telefônicos do Paraná – SINTEL.

### **Perfil do Grupo:**

Passaram pelo curso de formação 187 interessados, quase na totalidade ex-funcionários da Telepar.

Foi realizado um levantamento inicial do perfil deste pessoal, através da preparação e tabulação de informações fornecidas pelos próprios telefônicos que se mostraram sempre muito organizados. Mobilizados para a formação de uma cooperativa, tinham já um registro de dados de 240 nomes.

Posteriormente, foi aplicado um questionário pré-elaborado pela equipe da Incubadora, em 75 participantes, para levantamento das funções, atividades e expectativas dos cooperados, dados estes ainda complementados com o preenchimento dos Formulários da SERT.

Quanto ao gênero, o grupo dos telefônicos é constituído por 87% de homens e 13% de mulheres.

É um grupo diferente das outras comunidades, apresentando maior especialização profissional, mas também trazendo consigo uma cultura estatal que não tem nada a ver com o ideário do associativismo moderno. Durante o curso básico de Formação de Cooperativismo e nas reuniões de planejamento, tivemos indicadores bem claros comprovando isto. Eles tinham sede de aprender rápido para formar imediatamente a Cooperativa. Tivemos dificuldades em ir desacelerando o ritmo deles e lidar com os conflitos gerados pelas diferenças inter-pessoais e ideológicas.

A grande maioria está na faixa etária entre 35 e 55 anos, e apresenta uma formação técnica especializada em telecomunicação, com 47% apresentando o curso médio completo e 20% o curso superior completo, inclusive diversos com curso de pós-graduação.

Entre eles 44% estão desempregados, 9% estão aposentados.

A expectativa pela legalização da Cooperativa é muito grande, levando o grupo a se reunir diversas vezes por semana desde o início do processo.

### **Histórico da Cooperativa:**

No final de maio de 1999, com a demissão coletiva de 680 (seiscentos e oitenta) empregados da Telepar, o SINTEL na denominação de MOTE (Momento de Opção do Telefônico), nome fantasia da gestão atual, recuperou a idéia de formação de uma cooperativa, para atender a demanda dos demitidos.

No início de junho, com os prováveis cooperados, o SINTEL colocou em debate a formação da Cooperativa, e o fato de existir a Ocepar (Organização de Cooperativas do PR), com estrutura montada para formar equipe de cooperados, inclusive com sucesso comprovado, que é a formação do Polo Shopping das Malhas. Em função deste debate, foi contatada a Ocepar, a qual indicou uma Ong para prestar assessoria na formação da Cooperativa dos telefônicos.

Diante do preço muito elevado para esta assessoria que ficaria em torno de R\$7.000.00, os participantes, em torno de 70 (setenta) pessoas, buscaram outro meio. Com a intermediação de um funcionário do Sintapar (Sindicato de Terraplanagem e Pavimentação do Paraná) foi agendada uma reunião com a Professora Marlene Popp, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares-UFPR, a qual aconteceu um mês mais tarde, no final de julho, com o comprometimento de uma equipe de interessados.

Neste diálogo, ficou decidido que a UFPR assumiria o compromisso de dar assessoria ao processo de formação e abertura da cooperativa, sendo marcada uma outra reunião para o dia 17 de agosto, no auditório da Universidade.

Desta reunião de agosto, participaram os Professores Gediel, Marlene, Sandra, Denise e alguns alunos; o SINTEL, representado pelo presidente, Sr. Popena e um grupo de telefônicos. Houve uma explanação dos princípios do cooperativismo por parte da Incubadora e ficou agendado o início do curso de Formação de Cooperativismo a ser ministrado pela Universidade, a partir de meados de setembro.

Paralelamente ao Curso, iniciado em meados de setembro, foram acontecendo reuniões de planejamento da Cooperativa, com o auxílio do Professor José Henrique do Carmo (Economia e Planejamento), que solicitou a elaboração de um pré-projeto/diagnóstico da Cooperativa como ponto de partida, para levantamento da mão-de-obra especializada disponível, equipamentos, ferramentas, materiais, móveis de escritório, computadores, veículos, linha telefônica, etc.

### Avaliação:

Houve distorção do processo de autogestão com o comprometimento administrativo e financeiro e um possível processo de insolvência. A administração da cooperativa foi dominada por um pequeno grupo, fugindo aos princípios cooperativistas e também ocorrendo o afastamento da ITCP da UFPR quando questionados a respeito.



Trabalho em grupo

#### 2.1.4 COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM PORTARIA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA - COOPER 21

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Cooperativa dos Trabalhadores em Portaria, conservação e limpeza  Serviço de portaria, conservação e limpeza	Junho / 1999.	32 participantes, desempregados ou trabalhadores informal, sendo 10% mulheres e 90% homens, a maioria com faixa etária de 30 a 50 anos escolaridade que corresponde ao ensino fundamental incompleto	Assessoria Jurídica em contratos e convênios  Fundação em 09/03/2001  Constituição da cooperativa  Assessoria financeira e contábil  Curso de qualificação em jardinagem ecológica  Curso de qualificação em trabalho de portaria	Inserção no mercado de trabalho.

#### Identificação da demanda:

Alguns trabalhadores filiados ao Sindicato de Vigilância do Paraná, que participaram do evento de lançamento da Rede Universitária de Incubadoras, em março de 1999, posteriormente, articularam-se com a incubadora e decidiram participar do processo de incubação em cooperativas populares.

## Histórico:

O grupo já apresentava um nível de organização considerável, sendo constituído de trabalhadores bastante politizados, filiados ao Sindicato de Vigilantes e que nesta aproximação com a Universidade tinham muita clareza do que pretendiam, ou seja a expectativa era de conseguir se organizar melhor, buscar qualificação profissional, para realizar a prestação de serviços na área da vigilância patrimonial, com melhor qualidade e inserir-se no mercado de trabalho. Para atingir os objetivos pretendidos, o grupo decidiu participar do Programa de Incubadoras, iniciando o processo de formação em cooperativismo, e assessoramento nas áreas jurídica, contábil e econômica.

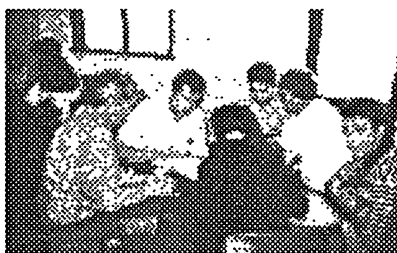
O grupo iniciou o processo de incubação na ITCP em julho de 1999, realizando o curso básico em cooperativismo, com vinte participantes, chegando em pouco tempo a reunir 54 trabalhadores, cujo interesse e motivação principal era a organização de uma cooperativa na área de vigilância para prestação de serviços de vigilância, incluindo contudo, a área de portaria, limpeza e conservação para atender a alguns companheiros que estavam participando do processo e não eram qualificados para fazer o serviço de vigilância. O grupo chegou a realizar a assembléia de fundação da cooperativa dos trabalhadores em Vigilância, Portaria Conservação e Limpeza, VANGUARDA, cujo objeto seria na área de Vigilância, Portaria Conservação e Limpeza, porém teve dificuldades de ordem legal junto à Junta Comercial do Paraná, já que existe uma lei que impede a formação de cooperativa para prestação de serviços em vigilância privada, ficando assim, o principal objetivo do grupo frustrado. Para abrir uma empresa mercantil ou uma empresa limitada, seria necessário um capital integralizado não inferior a 100 mil UFIR à época, precisava ter sede própria, e possuir no mínimo 2 veículos e sistema Central de comunicação. Diante dessas dificuldades, muitos desistiram do grupo, indo em busca de colocação individual no mercado de trabalho. Posteriormente, foi realizada uma assembléia para que todos tomassem conhecimento dos problemas e deliberassem por uma solução que contemplasse o interesse dos que ainda permaneciam. Nessa reunião, duas propostas foram analisadas: a primeira seria tentar, através de liminar, constituir a cooperativa de vigilância; e a segunda, criar uma Associação para prestação do serviço em vigilância, que requereria em conseqüência a criação de uma empresa limitada como sócia majoritária dessa associação. Foi decidida então pelo grupo, a Criação da Associação Vanguarda que está legalmente constituída hoje. Quanto à possibilidade de criar a limitada, o grupo concordou e tentou constituí-la; com a assessoria da Incubadora foi discutido o projeto, que não chegou a ser viabilizado por falta de recursos financeiros. No final do ano 2000, com o grupo reduzido e bastante desmotivado, foi ventilada pela ITCP a possibilidade de contrato pela Universidade na área de Portaria. Mais uma vez, a Diretoria fez um esforço grande para garantir a participação dos que ainda acreditavam, para que fosse deliberado sobre a possibilidade de se fazer a prestação de serviço demandada pela Universidade. Foi feita reunião e os participantes decidiram pela constituição de uma cooperativa que foi denominada Cooperativa 21, para prestar serviço na área de portaria, tendo em vista a demanda surgida, bem como, na área de limpeza e conservação. Assim surgiu e foi constituída a Cooperativa 21, em 09 de março de 2001. No entanto, o grupo se deparou com outros problemas: a possibilidade de trabalho aceitada pela Universidade não foi concretizada, em decorrência da lei de licitação que proíbe a contratação direta, sem que se abra o processo de licitação geral em que todas as empresas devem concorrer. A cooperativa, em conseqüência, acumulou dívida de um empréstimo feito no UNIBANCO de R\$ 1.000,00 pagando em 12 vezes de R\$111,17 para fazer o Folder da cooperativa e assim divulgar os seus serviços; contraiu despesa sem gerar nenhuma receita, o que tem causado muita insatisfação.

Situação atual da cooperativa: Tomando-se como base o relatório apresentado à ITCP pela Diretoria em 15 de fevereiro e análise feita pela Incubadora de todo o contexto do trabalho que vem sendo desenvolvido com o grupo, pode-se afirmar que a Cooperativa 21 enfrenta uma situação complexa, nessa fase de inserção no mercado de trabalho, principalmente pela falta de capital de investimento e qualificação profissional. É um problema comum às cooperativas populares incubadas pelas Incubadoras Universitárias e tem-se constituído em assunto debatido pela Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Fóruns de Economia Solidária a questão creditícia. Sabe-se que, embora sejam veiculados determinados programas de apoio ao pequeno empreendedor como o PROGÉR, O Programa Brasil Empreendedor, na prática, exige-se das cooperativas populares bens móveis e imóveis para penhorar o empréstimo, o que sempre termina por impedir a concretização do empreendi-

mento.

Colocamos textualmente as palavras da Diretoria citadas no relatório acima referido. "Como não houve o contrato que foi a nós proposto, fizemos bicos e outros serviços que não era o objetivo. Todos foram se afastando e os que ficaram não têm a qualificação necessária e não temos UM PROJETO CLARO." Percebe-se, em contatos feitos com parte da Diretoria, o sr. David Mohamed e o sr. Jorge que, embora exista clareza na percepção de que não é papel da Incubadora correr em busca de oportunidades de trabalho ou contratos de serviços para a cooperativa, existe uma leitura de que a incubadora não cumpriu o seu papel, de articular e orientá-los na busca de superar os problemas. A cooperativa funciona hoje numa sede provisória situada à praça Osório, cedida pelo Presidente do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Dr: Henrique. Dispõe de um computador e uma impressora emprestados. Executa apenas um único contrato de serviço na área de portaria com a Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná que dá ocupação somente a três cooperados. Mesmo assim, afirmam que se não fosse essa possibilidade de trabalho, já teriam quebrado. A cooperativa tem uma conta de pessoa jurídica no UNIBANCO e uma dívida de R\$1.600,00.

**RESULTADOS:** Contrato com a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, para prestação de serviço de portaria. Viabilizado local de funcionamento da sede administrativa.



Reunião de cooperados

### 2.1.5 COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS EM TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA DO PARANÁ - COPTECH

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Cooperativa dos profissionais em Tecnologia de Informática do Paraná  Prestação de Serviço na área Informática, comercialização de produtos de Informática e Produção de Software.	março / 2000	22 participantes, sendo 15% mulheres e 85% homens, profissionais da área.	Sensibilização/ Mobilização  Cursos de cooperativismo  Elaboração do estatuto  Fundação e legalização em 09 de dezembro de 2000  Estudo do processo produtivo  Assessoria econômica e jurídica	No mercado de Trabalho

#### Identificação da demanda:

Trabalhadores demitidos da TELEPAR, em razão de processo de privatização, procuraram a ITCP com o objetivo de constituir uma cooperativa.

#### Histórico:

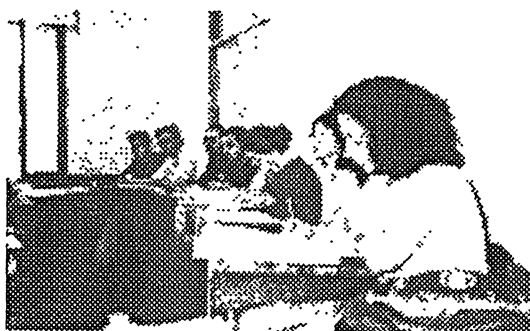
Grupo constituído inicialmente por 35 pessoas do ramo da informática que, em virtude da perda de emprego, buscaram na ITCP uma forma de organização que lhes permitisse a reinserção no mercado de trabalho

A partir de março de 2000, foram iniciadas as atividades com esse grupo, as quais

constaram de: Cursos de formação em cooperativismo e assessorias técnicas nas áreas administrativa, econômica, contábil e jurídica.

**Resultados:**

Organização do grupo e constituição da cooperativa.



**Curso de formação em cooperativismo**

**2.1.6. COOPERATIVA DE EMBALAGENS BRASIL – COEMBRA**

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Cooperativa de Embalagens Brasil  Fabricação de embalagens de madeira e artefatos diversos em madeira	Abril / 2000.	32 participantes, sendo 50% mulheres e 50% homens, grande maioria desempregados ou trabalhadores informais.	Sensibilização/ Mobilização  Curso de cooperativismo  Planejamento  Elaboração do estatuto  Fundação e legalização em dezembro de 2000  Estudo do processo produtivo  Cursos de capacitação  Auto Gestão de Empresas  Legalização da cooperativa  Assessoria contábil e jurídica	No mercado de trabalho

**Identificação da Demanda:**

Oriundos das Vilas Uberlândia, Leão, Portal do Sol e Vila Maria, também tiveram suas trajetórias iniciadas na luta pela terra e moradia urbana. No encontro de cerca 32 pessoas com a equipe da ITCP/UFPR, foi possível identificar outras diferenciações entre os componentes do grupo, hoje cooperados, pois alguns de seus integrantes já contavam com experiência profissional na área de embalagens de madeira, atividade fim da COOPERATIVA. Uma outra parte detinha apenas experiências profissionais variadas, ou eram trabalhadores informais.

**Histórico:**

O processo de incubagem do grupo, com vistas à constituição de uma Cooperativa de embalagens de madeira, foi centrado em discussões teóricas e de trabalhos de grupos, sobre cooperativismo, autogestão e economia solidária, culminando com a fundação da COEMBRA, em

dezembro de 2000. No mesmo mês, foram adquiridos cinco equipamentos básicos (furadeira horizontal, tupia, plaina, desempenadeira, desengrossadeira, lixadeira de fita, além de uma esquadrejadeira), todos recondicionados para pagamento em sete parcelas mensais e com aval de terceiros. Foram instalados em barracão improvisado junto à residência de um cooperado, com o objetivo de familiarizar e treinar alguns cooperados na operacionalidade desses equipamentos. Produziram-se na oportunidade artefatos diversos de madeira com o objetivo de angariar recursos para pagar as prestações desses equipamentos, além de recursos complementares obtidos por meio da realização de bingos, risotos, e rifas. Em fevereiro/2001, a ITCP da UFPR manteve contato com pessoas do Departamento Logístico da Volkswagen do Brasil Ltda – Audi Business, em São José dos Pinhais, solicitando a colaboração daquela montadora para o futuro fornecimento de resíduos de madeira, dado o elevado cunho social do projeto.

A capacidade de autogestão e a relação do grupo com a ITCP da UFPR começaram então a ser testadas com a busca de barracão para sediar a Coembra, sendo importante destacar a dificuldade para realizar a locação de imóvel por pessoas que não dispõem de garantias reais ou de quantia destinada a caucionar a locação. Em março de 2001, identificou-se um cliente interessado em adquirir resíduos de madeira reciclada, que caucionou a quantia necessária para a locação do barracão. Inúmeros obstáculos burocráticos decorrentes de exigências de cunho ambiental tiveram que ser transpostos junto às autoridades competentes, até que se conseguisse reunir toda a documentação fiscal e ambiental exigida para viabilizar o início operacional do empreendimento, fato que somente se concretizou a partir de meados de julho de 2001

**O Difícil Início Operacional:** Embora equacionado o suprimento de resíduos de madeira, o início operacional, a partir do final de julho de 2001, mostrava-se um difícil desafio, seja na conquista dos primeiros clientes que confiassem na capacidade operacional da COEMBRA, seja pela dificuldade de obtenção de crédito junto às tão divulgadas linhas de crédito destinadas a fomentar o decantado “empreendedorismo”, seja para o financiamento de equipamentos ou de capital de giro. Para melhor equipar a COEMBRA, tiveram que ser adquiridos equipamentos adicionais (serra circular de mesa, destopadeira de pêndulo e esquadrejadeira com eixo inclinável) para pagamento em sete parcelas mensais. Os cooperados trabalharam até aqui apenas para saldar os compromissos financeiros com a aquisição dos equipamentos, retirando apenas o equivalente ao vale transporte e vale alimentação, sendo o restante utilizado para quitar os compromissos assumidos com o financiamento dos equipamentos e para cobertura dos demais custos operacionais. Surge naturalmente a pergunta: como sobreviveram até aqui os cooperados? Acontece que pouco mais de 50% são mulheres, cujos maridos exercem alguma outra ocupação e, em relação aos homens, normalmente as esposas trabalham como diarista ou exercem também alguma outra atividade, ou o cooperado divide o seu tempo entre a cooperativa e algum trabalho temporário paralelo.

**Enfrentando as Incertezas do Presente:** Se, nas fases de aglutinação, discussão, formação e decisão, o grupo enfrentou as diferenças profissionais, pessoais e de gênero, na fase de ingresso no processo de produção e de autogestão da Cooperativa, os cooperados vêm enfrentando outras dificuldades e novos desafios para os integrantes da ITCP/UFPR, a saber: a) a tendência de ocupação do poder diretivo da Cooperativa por aqueles que detêm o conhecimento operacional; b) o afastamento temporário ou definitivo de alguns dos membros da Cooperativa, em virtude das exigências do processo produtivo; c) a integração de quase todos os membros no processo produtivo não resultou, necessariamente, na transferência de conhecimentos específicos para todos os membros.

Esses aspectos, entre outros, vêm exigindo da ITCP/UFPR a adoção das seguintes estratégias de trabalho: a) um delicado acompanhamento e assessoria ao grupo, para se tentar impedir a concentração e superposição do conhecimento profissional com a gestão da Cooperativa; b) a atuação, por meio de discussões e dinâmicas, para evitar a dispersão ou até mesmo o esfacelamento do grupo; c) a tentativa de qualificação de todos os integrantes da Cooperativa, com a participação de professores e alunos do Curso da Engenharia Florestal e Industrial Madeireira da UFPR.

Ao lado desses processos internos e próprios da gestão de cooperativas populares, outras questões externas, tais como o grau de competitividade do mercado e a alta carga tributária incidente sobre as Cooperativas, acaba por emperrar o desenvolvimento e a consolidação do empreendimento solidário. Estes aspectos se refletem, inclusive, na discussão e formulação da planilha de custos da produção e planejamento da empresa.



**Resultados:**

Cooperativa inserida no mercado;  
Benefício econômico e social dos cooperados;  
Locação de um barracão industrial na CIC;  
Assessoramento técnico na área de atuação.

**2.1.7 COOPERATIVA DE TAXISTAS DE FOZ DO IGUAÇU - COOPERTAXI**

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Cooperativa de Taxistas de Foz do Iguaçu  Serviços de Transporte em táxi.	setembro / 2001	30 participantes, sendo 10% mulheres e 90% homens, profissionais da área	Sensibilização/ Mobilização Cursos de cooperativismo Elaboração do estatuto Fundação em fevereiro de 2002 Estudo do processo produtivo Assessoria econômica e jurídica	Em processo de Legalização.

**Identificação de demanda:**

Demanda encaminhada pela Secretaria de Estado de Emprego e Relações de Trabalho à ITCP em setembro de 2001.

**Histórico:**

Trata-se de um grupo de trabalhadores, motoristas profissionais no ramo de táxi, que tem o objetivo de constituir uma cooperativa de serviços para fazer o transporte de pessoas (táxi). Foram realizadas ações de formação em cooperativismo, por meio de dois cursos de gestão e constituição de cooperativas, desenvolvidas assessorias técnicas na elaboração do projeto de viabilidade econômica e assessoria administrativa e jurídica.

**Resultados:**

Organização do grupo e constituição da cooperativa, articulação junto ao poder público para a viabilização do empreendimento.

## 2.1.8 COOPERATIVA DE CAMPO DO TENENTE - COOPTENENTEANA

Nome da Comunidade e Objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Cooptenenteana  Cooperativa de produção de conservas e compotas	Julho/2000	25 mulheres sem qualificação profissional, sendo 12 delas pertencentes à Vila Rural do Município de Campo do Tenente, com baixa escolaridade	Sensibilização/ Mobilização Curso Básico de cooperativismo Curso de Gestão em Cooperativas Curso de Constituição de Cooperativas Curso de capacitação em conservas e compotas Curso de capacitação para fabricação de panetones	Viabilização do Empreendimento

### Identificação da demanda:

Trabalhadores desempregados e subempregados, donas de casa, pequenos agricultores, encaminhados pela SECR à ITCP em 2000.

### Histórico:

O grupo, constituído de aproximadamente 25 trabalhadores, iniciou em 2000 o processo de incubação, através de formação em cooperativismo e qualificação técnica para produção de panetones, conservas, compotas e chocolates. Na fase atual, a ITCP está acompanhando o grupo para ampliar a produção e conseguir mercado. O processo de constituição será iniciado a médio prazo, a partir de março de 2002.

### Resultados:

Experiência de trabalho coletivo na produção de conservas de pepinos e compotas de doces e geléias de pêssego, produção e comercialização dos produtos, distribuição equitativa do dinheiro apurado com a venda dos produtos



Produção coletiva de panetone na cozinha comunitária

## 2.1.9 COOPERATIVA DE PRODUÇÃO MISTA DE MANDIRITUBA - COOPERMANDI

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Cooperativa de pequenos produtores e artesãos de Mandirituba Produção de cogumelos, mel, conservas e artesanato.	Julho/2000	30 participantes sendo 70% mulheres e 30% homens, artesãos e pequenos agricultores.	Curso de formação em cooperativismo Assessoria na área de gestão, planejamento Assessoria jurídica pré-constituição Curso de capacitação em conservas e compotas	Projeto de Viabilidade Elaboração do estatuto Constituição da cooperativa Aquisição da sede administrativa cedida pela Prefeitura Municipal

### Identificação da demanda:

Grupos de pequenos produtores rurais e artesãos, encaminhado à ITCP em 2000, pela SECR, em parceria com APMI – Associação de proteção à maternidade e infância. Tiveram apoio da Associação dos Artesãos de Mandirituba.

### Histórico:

O grupo é constituído de pequenos produtores rurais, artesãos e apicultores, que produzem plantas medicinais, cogumelo do sol, artesanato, mel, verduras e legumes. Em 2001, a ITCP iniciou as atividades, realizando curso de cooperativismo bem como desenvolvendo assessorias nas áreas de planejamento das atividades econômicas, assessoria administrativa para organização da cooperativa e assessoria jurídica. Atualmente as atividades estão concentradas na elaboração do projeto de viabilidade econômica, e estatuto social da cooperativa.

### Resultados:

Organização e consolidação do grupo com definição das atividades econômicas. Aquisição da sede administrativa e comercial, através de articulação junto à Secretaria de Ação Social do Município e Conselho Municipal do trabalho. Processo de constituição e legalização está em andamento.

Consolidado o grupo, com definição da atividade econômica, caminhando para a legalização. Adiantada negociação com a prefeitura de um local para a instalação da sede da cooperativa.



Estufa usada no cultivo de cogumelo



Reunião de formação em cooperativismo

## 2.1.10 COMUNIDADE DA VILA DAS TORRES

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Vila das Torres - Curitiba. Costura	Julho/2001	20 participantes sendo 100% mulheres, costureiras desempregadas e com baixa escolaridade.	Sensibilização/ Mobilização Curso de Básico de cooperativismo Curso de Gestão em Cooperativas Curso de Constituição de Cooperativas Curso de qualificação profissional na área de corte e costura	Projeto de Viabilidade

### Identificação da demanda:

Demanda chegada à ITCP por intermédio do movimento em defesa dos favelados – MDF que, por via do Conselho Municipal do Trabalho, inseriu o grupo nas demandas municipais.

### Histórico:

O grupo é constituído por pessoas desempregadas ou na atividade informal, objetivando consolidar uma forma de organização para o trabalho que lhes oportunize um rendimento. São, em sua maioria, trabalhadoras, donas de casa, com baixa escolaridade e sem formação profissional que lhes propicie o ingresso no mercado de trabalho.

É proposta do grupo de costureiras a produção de jalecos, lençóis, fronhas, camisetas, cuecas, bermudas e, especificamente, roupas infantis. O grupo pretende começar a comercialização da sua produção dentro da sua comunidade de origem visando à divulgação da cooperativa e à desmistificação do senso-comum de que “na Vila nada funciona” (Vilma, 2001). Ao proceder dessa forma, pretendem quebrar essa rotulação e dar o devido retorno social a sua comunidade de origem, atuando, em parceria com a FAS.- Núcleo Regional da Prefeitura Municipal de Curitiba.

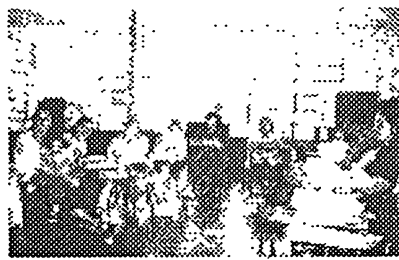
Ações para 2002: 1) Planejamento da viabilidade econômica. 2) A concretização do trabalho coletivo. 3) Inserção no mercado de trabalho. 4) Continuidade da qualificação técnica, profissional. 5) Cursos de corte e costura, modelagem para adultos e confecção de camisetas. 6) Realização de bazar para levantamento de fundos. 7) Lançamento da grife denominada “DA VILA”.

### Resultados:

Consolidação do grupo viabilizado local de trabalho, bem como dos equipamentos necessários no liceu do Ofício, com início das atividades de produção previstas para março de 2002.



Reunião de formação em cooperativismo



Reunião de planejamento de atividades

### 2.1.11 COMUNIDADE DE ANTONINA - TURISMO

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Cooperativa de Turismo de Antonina Turismo e Organização de eventos.	Setembro /2001	23 participantes, sendo 70% mulheres e 30% homens, artesãos e trabalhadores na área de turismo.	Sensibilização/ Mobilização Curso de Básico de cooperativismo Curso de Gestão em Cooperativas	Assessoria jurídica para elaboração do estatuto Acompanhamento técnico na área do turismo.

#### Identificação da demanda:

Demanda encaminhada à ITCP pelo Conselho Municipal do Trabalho do Município de Antonina.

#### Histórico:

As atividades com esse grupo foram iniciadas a partir de outubro de 2001. Foram desenvolvidas ações de formação em Cooperativismo, estudo e aplicação de pesquisa sobre a infra-estrutura do turismo em Antonina, na área de Hotelaria, Pousadas e restaurantes existentes. Paralelamente ao processo de formação em cooperativismo, o grupo está sendo assessorado na ITCP, na área jurídica, ocorrendo atualmente discussões preparatórias sobre a Lei do Cooperativismo para elaboração do Estatuto Social da Cooperativa. Está sendo realizada também uma assessoria específica na área de turismo, para elaboração do projeto de eventos turísticos para Antonina.

#### Resultados:

O grupo está em fase de consolidação, buscando ampliar o número de participantes para constituição de uma cooperativa de turismo, que alavanque o desenvolvimento turístico de Antonina.

Estatuto em fase de discussão e elaboração.

Organização de dois eventos, um em parceria com o Rotary Clube de Antonina e outro com a Comunidade de Antonina, como forma de exercitar o trabalho coletivo.



Curso de Cooperativismo



Curso de Cooperativismo

#### Identificação das demandas:

Esse grupo de mulheres foi encaminhado à ITCP pela Secretaria da Criança e Assuntos da Família – SECR que, através do Projeto Estação de Produção, havia ministrado o curso de

acolchoado de lã de carneiro e apoiado a associação com recursos destinados a compra de insumos e maquinários.

**Dificuldades:**

Os participantes têm um baixo nível de escolaridade, o que dificulta o desenvolvimento administrativo e financeiro da associação.

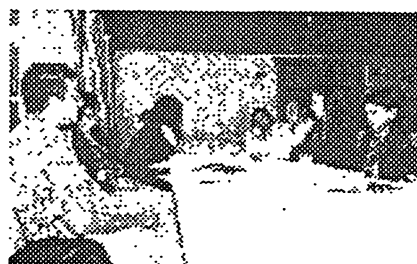
Outra dificuldade é o acesso ao município, cujas estradas, em péssimas condições em período de chuvas, inviabilizam o deslocamento da equipe da ITCP/UFPR. Em decorrência, o escoamento da produção do município fica extremamente comprometido.

**Resultados:**

Ampliado o grupo, e reativada a produção e comercialização dos acolchoados. Articulação do grupo com o poder público municipal.



Reunião de trabalho



Reunião de trabalho

**2.1.13. COOPERATIVA DE QUITANDINHA**

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases Executadas	Fase Atual
Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Quitandinha Cooperativa agrícola	Julho/2000	30 participantes, pequenos produtores rurais, com propriedades com área média de 2 hectares, tendo esta atividade como única fonte de renda	Sensibilização/ Mobilização Curso de Básico de cooperativismo Curso de Gestão em Cooperativas Curso de Constituição de Cooperativas Viabilização do empreendimento	Elaboração dos estatutos e início de atividades

**Identificação das demandas:**

Grupos de pequenos produtores rurais, encaminhados a ITCP em 2000 pela SECR em parceria com APMI – Associação de Proteção a Maternidade e a Infância.

**Histórico:**

Grupo constituído por trinta e cinco pequenos produtores rurais que, interessados em organizar a produção e comercialização coletiva de produtos agrícolas, decidiram participar do processo de incubagem da ITCP/UFPR, com o objetivo de constituir uma cooperativa de comercialização. Em 2001, o grupo fez os cursos de formação em Cooperativismo e atualmente vem sendo assessorado na área de planejamento, viabilidade econômica e jurídica, e na

discussão e elaboração do estatuto social da cooperativa.

**Resultados:**

- 1) Grupo consolidado com atividade econômica definida.
- 2) As ações estão articuladas com as políticas públicas do município; tendo recebido recentemente apoio financeiro da Prefeitura para viabilização do espaço de instalação da cooperativa, com a aquisição de um barracão na BR 116.
- 3) Após a aquisição do barracão, já foi iniciada a comercialização dos produtos, que foram denominados com a logomarca "DIRETO DA ROÇA".
- 4) Existe uma tendência de aumentar o número de produtores que trabalham com agricultura orgânica, tendo em vista a linha específica de financiamento do governo estadual, através do PRONAF, para esse tipo de agricultura.

**Resultados:**

Consolidação de um grupo de pequenos produtores rurais. Aquisição de um local para comercialização da produção na BR 116, no município de Quitandinha, comercializando batata, feijão, cebola, ovos e algumas olerícolas. Tendência de partir para a produção de produtos orgânicos.



Curso de Formação



Produtos comercializados  
(logomarca da cooperativa)

**2.1.14 TIJUCAS DO SUL**

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases executadas	Fase atual (atividades encerradas)
Grupo de Artesãos de Tijucas do Sul Artesanato em geral	Setembro de 2000	30 participantes 100% mulheres	Sensibilização/ Mobilização Curso de cooperativismo	O trabalho da ITCP foi encerrado no Município em setembro de 2001, tendo em vista a redução no número de participantes às reuniões da ITCP e a demanda estar sendo atendida pelos cursos da APMI transformada em ONG.

**Identificação da demanda:**

Demanda encaminhada à ITCP através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família

**Avaliação:**

As atividades da ITCP foram iniciadas com bastante atraso, tendo em vista o contrato de execução das ações com a SERT ter sido autorizada só a partir de agosto. Este fato

desmotivou bastante o grupo, quebrando o ritmo de trabalho e entusiasmo.

Por outro lado, a greve deflagrada na universidade em 2001 também agravou muito a situação, tendo em vista, não se dispor de veículo para o deslocamento. Embora a ITCP tenha feito esforço para superar essa dificuldade, locando um carro, o grupo já estava reduzido a três ou quatro pessoas, ficando desse modo inviabilizado o trabalho.

#### 2.1.15 RIO NEGRO

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases executadas	Fase atual
Grupo de artesão em crochê de Rio Negro	Setembro de 2000	30 participantes 100% mulheres	Sensibilização/ Mobilização Curso de cooperativismo	Suspensão temporariamente.

#### Identificação da demanda:

Demanda encaminhada à ITCP através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família

#### 2.1.16 FAZENDA RIO GRANDE

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases executadas	Fase atual
Grupo de marceneiros e costureiras de Fazenda Rio Grande Costura e marcenaria	Junho de 2000	70 participantes 29% homens 71% mulheres	Sensibilização/ Mobilização Curso de cooperativismo	Suspensão temporariamente.

#### Identificação da demanda

Lideranças comunitárias demandaram à ITCP Cursos de Formação em Cooperativismo.

#### 2.1.17 CAMPO MAGRO

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases executadas	Fase atual
Grupo de artesãos em vime junco e rata de Campo Magro Artesanato em Junco vime e rata ( móveis e cestaria )	Abril de 2001	Não determinado	Sensibilização/ Mobilização	Elaboração de proposta de plano de trabalho para os artesãos de Campo Magro em conjunto com a Prefeitura Municipal..

#### Identificação da demanda

Encaminhada à ITCP através do Conselho Municipal do Trabalho de Campo Magro



## 2.1.18 COMUNIDADES INDÍGENAS GUARANI DE DIAMANTE DO OESTE E SANTA ROSA DO OCOÍ

Nome da Comunidade e objeto	Início das Atividades	Perfil do Grupo	Fases executadas	Fase atual
Comunidade Indígena de Santa Rosa do Ocoí e Diamante do Oeste Artesanato e Apicultura	Junho 1999	Não foi realizada avaliação de gênero e escolaridade, visto tratar-se de uma cultura particular, que não deve ser mensurada pelos mesmos critérios usados com os demais grupos	Pesquisa Antropológica e desenvolvimento de projeto de Apicultura Assessoria jurídica para formação de uma Associação	Atividades suspensas tendo em vista dificuldades de ordem técnica.

### Identificação de demanda

O cacique Agostinho da comunidade indígena de Diamante do Oeste esteve em visita à ITCP da UFPR e mostrou interesse em participar do programa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da UFPR, sendo posteriormente marcada a primeira visita.

### Histórico

A partir de junho de 1999, foram estabelecidos os primeiros contatos da ITCP com essas comunidades indígenas, ficando desde o início claro que o ponto de partida para o início das atividades seria o desenvolvimento de um projeto de apicultura em ambas as aldeias; e a organização de uma associação dos ava-guarani, que seria formada por representantes das comunidades indígenas e por representantes não índios, ou seja, pequenos agricultores da região que também estariam produzindo mel e derivados.

### Avaliação

Algumas dificuldades de ordem técnica, como falta de recursos para garantir o deslocamento à região. O projeto de apicultura foi interrompido por problemas de saúde do coordenador e seu afastamento para o doutorado.

## 3. PROJETOS DESENVOLVIDOS

Paralelamente às ações referentes à estruturação de cooperativas (cursos, assessorias e acompanhamento), a ITCP desenvolveu outros três projetos afins:

### 3.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL

O Projeto foi desenvolvido na área de educação ambiental, premiado pela Comunidade Solidária em junho de 2001. Tendo como objetivo aprimorar as relações entre a natureza e a sociedade no Município de Antonina, por meio de ensinamentos que têm como base a solidariedade e a cooperação, no resgate de valores e práticas baseados em uma postura ética, propiciando oportunidade de uma vida com qualidade.

#### Ações desenvolvidas:

- Identificação das causas primárias dos problemas locais de ordem sócio-ambiental;
- Divulgação de tecnologias apropriadas para o uso racional dos recursos naturais;
- Levantamento de soluções locais e estímulo para sua implementação.

### 3.2. INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES UM EXEMPLO DE TECNOLOGIA SOCIAL

O Projeto foi desenvolvido na área de tecnologia social efetiva, analisando a forma como os problemas sociais são solucionados e como essas formas podem ser passíveis de replicação. Com este projeto, a ITCP foi premiada em novembro de 2001, fazendo parte do Banco de Tecnologias Sociais da Fundação do Banco do Brasil.

### 3.3. PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DA ITCP

Sob a coordenação da doutoranda em direito Fabiane Bessa e com a orientação do Prof. Sérgio Bulgacov do Curso de Administração, a ITCP desenvolveu uma proposta de estrutura organizacional, contando com a participação de toda a equipe. Este projeto decorreu das necessidades e dificuldades levantadas no ano de 2001. Segue anexo o quadro da estrutura da ITCP. Cada ação da ITCP foi transformada em um projeto com a seguinte estrutura: Título do Projeto, Coordenador, Objetivos, Metas e Ações, Cronograma, Recursos (humanos, materiais e financeiro).

## 4 . EVENTOS REALIZADOS

DATA	EVENTO	Nº PARTICIPANTES		DE CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
		INCUBADO RA	OUTROS	
Março/99	Curso de Formação da Equipe Técnica da ITCP da UFPR			Alunos
Julho/99	Encontro Nacional da Rede Universitária para a Fundação da ITCP da Universidade do Ceará	40		Debatedores
Abril/99	Encontro Nacional da Rede Universitária para a Fundação da ITCP da Universidade Rural de Pernambuco	03		Debatedor
Maio/99	Encontro Nacional da Rede Universitária para o Lançamento da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária UFSC - Florianópolis	01		Debatedor
Junho/99	Encontro Nacional da Rede Universitária para o lançamento da ITCP da Universidade de Blumenau - SC	01		Debatedores
Junho/99	Encontro Nacional de Cooperativas Populares filiadas a Unitrabalho - USP - SP	03		Debatedores
Junho/99	Seminários "Perspectivas da Economia Solidária e Iniciativas de Autogestão de Cooperativismo Popular"	40	160	Alunos
Junho/99	Seminários Regionais Simultâneos - Reestruturação Produtiva e Relações do Trabalho	10	30	Ouvintes
Julho/99	Seminário de Direito Cooperativo	40	10	Ouvintes
Agosto/99	Seminário de Metodologia e Interdisciplinaridade	40	60	Ouvintes
Agosto/99	Seminário da Rede Panamericana sobre Comércio, Cooperativas e Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Sherbrook - Canadá	03		Apresentadores
Setembro /99	Encontro Universitário para a Criação de ITCP - COPPE - UFRJ	04		Ouvintes
Outubro/99	XIII Encontro Estadual da RENAAP/PR	01		Apresentador
Novembro /99	1º Simpósio Brasileiro sobre Tributação de Cooperativas	15		Ouvintes
Novembro /99	Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	03		Apresentadores
Novembro /99	Seminário - "As Novas Questões dos Trabalhadores e a Empresa Autogestionária"	40	20	Alunos
Dezembro /99	Seminário Internacional de Economia Solidária e Sindicalismo	10		Ouvintes
Dezembro /99	Fórum Estadual do Cooperativismo	04		Ouvintes
Dezembro /99	1ª conferência de Política Nacional de formação - CUT - Belo Horizonte	03		Ouvintes
Fevereiro/00	I Seminário de Planejamento dos Programas Incubados ao Convênio SERT	02	100	Debatedores
Junho/00	Seminário Nacional da Rede Universidade da ITCP	02		Debatedores

#### **4.1 EVENTOS PROMOVIDOS PELA ITCP**

- IV Seminário Internacional da Rede Universitária das Américas para Estudos Cooperativos e Associativismo - 26 a 29 de setembro de 2001 - Curitiba, com a participação de 19 universidades brasileiras, 12 estrangeiras e 20 cooperativas, totalizando cerca de 500 participantes.
- I Feira/Mostra de Empreendimentos de Economia Solidária – 26 a 29 de setembro – Curitiba.
- Encontro Nacional de Cooperativas – 26 a 27 de setembro – Curitiba.
- 03 Cursos de Extensão Universitária voltados para a comunidade.
- Curso sobre Direito Cooperativo e Cidadania ministrado pelo Dr. Marco Túlio Rose de Porto Alegre.

a) Participação da ITCP em eventos, com apresentação de trabalhos.

- Seminário: Efeitos da Reestruturação Industrial e os Desafios da Autogestão no Paraná - março/01.
- II Congresso Intermunicipal de Práticas da Produção e Geração de Renda – julho/01. Com apresentação da ITCP e da COEMBRA – Cooperativa de Embalagens Brasil.
- XIX SEURS – agosto/01.
- VI Congresso Iberoamericano de Extensão – novembro/01.

#### **4.2. GANHOS ACADÊMICOS**

O desafio institucional de dispor o potencial da Universidade e seu saber a serviço das classes populares, no processo de constituição de cooperativas, gerou uma série de resultados, por vezes não mensuráveis, por exemplo, o amplo debate com estudantes, técnicos, professores e cooperativados sobre cooperativismo, mercado, legislação, crédito, políticas públicas, desenvolvimento humano sustentável, etc. Com relação aos estudantes, trabalhar em um programa fundamentado em valores como responsabilidade individual e coletiva, democracia, equidade e solidariedade oportunizou uma educação com uma nova lógica, considerando-os atores significativos do desenvolvimento, pois, através de suas práticas como bolsistas e estagiários auxiliaram na elaboração de um plano de intervenção na comunidade, resultando numa importante experiência de trabalho. Alguns bolsistas que atuaram no programa no ano de 2000 atualmente estão cursando curso de pós graduação em direito cooperativo na UFPR, outros estão buscando cursos de especialização fora do país. A interação com o curso de pós graduação está consolidada a medida que os pós graduandos assessoram ações da ITCP e utilizam as práticas da ITCP como temas de dissertações além de participar de grupos de estudo, no Núcleo de Direito Cooperativo.

Alguns resultados alcançados:

- Monografia de conclusão de Curso de aluno bolsista do Programa: Fábio de Moura Vicente; "As Sociedades Cooperativas e Seu Regime Tributário".
- Dissertação de mestrado de professor que participou do Programa no ano de 2000: Maura Regina Franco; "Contribuição da ITCP/UFPR para o Desenvolvimento de Cooperativa – um Estudo de Caso. - agosto 01.
- Defesa de Projeto de dissertação da Equipe da ITCP: estudante graduado Eduardo Harder e Profª Denise Maria Maia;
- Pesquisa desenvolvido pelos estudantes da Escola Técnica: Fábio Gawloski e Marco Dickson Fagundes Amorim;
- Trabalhos apresentados no SEURS.

#### **4.3. TRABALHOS PUBLICADOS E/OU ACEITOS PARA PUBLICAÇÃO NO PERÍODO**

##### **4.3.1. O COOPERATIVISMO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA – COEMBRA, UM CASO COMPLETO**

Nome dos Participantes: GEDIEL, J. A. P.; KRUEGER, A.; DOZSA, D.; SANTOS, J.A.; HARDER, E.; GUARDACHONE, F.; KACHEL, A. ; RODACHINSKI, J.L.

XIX SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - Extensão Universitária: A Construção de uma Sociedade Humana e Emancipada, agosto 2001 - Editora UFPR.

#### **4.3.2. OS CAMINHOS DO COOPERATIVISMO**

Coordenador: Gediél, J.A.P. Autores: Auger, M.; Junior, N.F.N.; Bessa, F. L. B. N.; Lopes, I. C.R.; Borges, G. R.; Carmo, J. H.; Martinez, S. R.; - Editora UFPR.

#### **4.3.3. ANAIS DO VI CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EXTENSÃO A EXPERIÊNCIA DA ITCP/UFPR**

Maia, D. M.; Ferreira, R. A.; Rodachinski, J. L.

#### **4.3.4. SIGCOOP – SISTEMA DE GESTÃO E CONTABILIDADE PARA COOPERATIVAS**

Belli, M. J.; Soares, M.; Vaz, S. C.

### **5. CONSIDERAÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA E DOS COOPERADOS**

Depoimento do Sr. Arisvaldo Bispo – Associado da COOPERCAMP, morador da Vila das Torres, 43 anos de idade, casado, 4 filhos e desde 1992, fora do mercado formal. Para sustentar sua família, trabalhava como “chapeiro” (descarregador de caminhões): “era assim que dava comida para minha família.”

À pergunta “o que era a cooperativa para ele”: respondeu: - “Significa uma união de pessoas, e que as pessoas podem dar as mãos, se unir e ir para frente”.

Quando perguntado sobre a sua situação de trabalhar na cooperativa, obtivemos a seguinte resposta: - “Sou um dos treze que trabalhamos na maternidade, que na minha visão o desenvolvimento da cooperativa nos postos de trabalho vem se desenvolvendo para ser uma grande cooperativa, porque a pessoa que é cooperada tem que valorizar o seu trabalho, levar ele a sério, afinal nós somos os donos da cooperativa”.

Sobre o trabalho de limpeza hospitalar na prática, disse: - “Está bastante bom, porque o relacionamento com a sociedade (os ricos) é por agora poder dizer até que somos amigos deles e eles amigo da gente. É a cooperativa dando essa chance de bom relacionamento entre o trabalhador simples (cooperado) e o mais qualificado (doutor)”.

Questionado sobre sua inserção no sistema cooperativista, disse: - “É diferente do que era o trabalho com carteira assinada, até mesmo na informalidade. Na cooperativa, o nosso trabalho é mais reconhecido, cada um é responsável pelo seu trabalho, não tem ninguém para estar no pé (o chefe). Todos têm que ser responsável pelo que está fazendo, afinal a cooperativa é nossa e só depende de nós. Mas também não podemos esquecer o apoio que a Incubadora da Federal tem dado, que sem isso a coisa não ia pra frente”.

Denys Dozsa Técnico da ITCP

“É um programa cidadão que efetivamente proporciona a participação dos técnicos administrativos nos programas de extensão e que tem a responsabilidade de levar a UFPR até as comunidades.”

Maria Cecília Simões – estudante de pedagogia

“A própria interdisciplinaridade acarreta problemas no processo de interação entre alunos e professores de diferentes cursos e saberes. A inserção na comunidade e a troca entre universidade e comunidade são o ponto culminante, nós entramos com o científico e eles com a realidade e experiências de vida, e tornam enriquecida nossa práxis (relação teoria x prática), desde que recebida por nós estudantes como momento de refletir nossas profissões futuras e a sociedade da qual fazemos parte.”

Raimundo de Assis Ferreira Técnico da ITCP

“Membro da ITCP, convidado pela coordenadora para trabalhar na CAC de pronto aceitei pois sempre trabalhei com os movimentos populares. Vi com grande desafio a mudança necessária da ação institucional dentro do modelo globalizante. Trabalhar o cooperativismo e com proposta extensionista foi uma satisfação e posso até afirmar em quase 3 anos de programa que valeu a pena. A UFPR não pode e não deve perder o compromisso social, intelectual e cultural num programa aonde o trabalhador tem a oportunidade de ir e vir dentro dos muros da mais antiga universidade do Brasil. É preciso acreditar!”

Carmelena M. da R. dos Santos

“Como técnica administrativa desta IFE, sinto-me gratificada por ter sido inserida neste programa de extensão tão importante e abrangente. Como profissional de Administração de Empresas, faz-se necessário esta troca de experimentos entre comunidade e universidade, um aprendizado jamais quantificado no tocante a interação entre pessoas, conhecimento técnico, gerando daí, uma amizade, respeito pelos colegas de trabalho e cooperados. É um programa importante, e lamento muito não ter feito parte dele desde o início.”

Prof. Sidney da Conceição Vaz

“O programa “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares” por ser interdisciplinar é de suma importância para a Universidade Federal do Paraná. A filosofia do trabalho desenvolvido atinge plena sua finalidade, demonstrando às comunidades um novo enfoque para o desenvolvimento econômico, fazendo com que haja maior participação do ser humano no meio social, dando a ele condições de trilhar novos caminhos. Para tanto, creio que deve haver maior participação dos elementos envolvidos, criando um sentido mais profissional para que sejam atingidos os objetivos propostos. A preocupação em transmitir informações é um trabalho contínuo e não só no período de incubagem, considerando que o mercado é dinâmico e sofre transformações constantes, mas deve-se sempre, salientar que haverá outras implicações e que as comunidades envolvidas terão um novo tratamento em relação ao fisco. Creio ser esta uma das falhas que pode ser sanada sem prejudicar a filosofia do programa. Pode-se ressaltar que é um novo desafio a ser vencido, principalmente na área contábil, tão alheia às cooperativas.”

Marilsa Gonçalves – cooperada - Antonina – PR

“Quando iniciou-se em nossa cidade os estudos para a criação e implantação de uma cooperativa, foi uma coisa, no mínimo inusitada, pois todos queriam, mas nada sabiam fazer, com o apoio e a paciência do pessoal da Universidade, começou o embrião a tomar forma, foram muitas e muitas reuniões, conversas e mais conversas, sempre intermediadas por um cafezinho, um refrigerante e tome as cabeças fervendo, idéias mil, mas como dito inicialmente era uma coisa nova, para muitos companheiros, uma coisa impossível.

Assim, com muita paciência dos instrutores, com perseverança, e muitas vezes com nossos papos informais, começou o embrião a tomar forma, hoje, temos uma concepção do que é cooperativismo e se depender do grupo, ainda este ano estaremos mostrando ao mundo o nosso potencial, pois todos tem os seus sonhos, suas artes, sua criatividade, um gigante adormecido em todos nós e que só foi desperto graças a nossas instrutoras, que nos apoiaram em todos os momentos, despertando em cada um o desejo de vencer, de mostrar o seu trabalho. A chamada incubadora, funcionou, pois para um dos partícipes estão prontos, querem mostrar trabalho, o que nos falta no momento, é apenas organizar o grupo, formar a diretoria, receber de nossas mestras mais um empurrãozinho e aí estamos nós, com o nosso grupo trabalhando.

Sinceramente, quero aqui deixar minha palavra de gratidão, pois eu sabia que tinha força, potencial, mas não sabia que era tanta, foi preciso esta força para que todos nós mostremos nosso valor, nosso trabalho.

Que Deus as abençoe, que continuem assim a despertar em cada um o seu potencial, pois assim teremos um Brasil melhor, onde cada um poderá mostrar tudo que sabe, deixar de pelear só e ser um grupo, atuante, trabalhando, melhorando suas condições de vida, e se Deus quiser, logo, logo, dando empregos, gerando trabalho e sendo muito felizes, não só os cooperados, como também os que indiretamente se beneficiaram desta idéia.”

Márcia Silva Fernandes Técnico da ITCP

“A prática extensionista que a ITCP realiza é por excelência uma rica contribuição às discussões para implementação de políticas públicas de inclusão social.

As ações realizadas com grupos comunitários, tem como fundamento ideológico o cooperativismo, visam alcançar o cidadão no que diz respeito a geração de renda e também a formação do cooperado cidadão, cômico dos seus direitos e deveres, inseridos na sua comunidade, para dela participar e dar sua contribuição.

A ITCP, na minha percepção fortaleceu a presença da UFPR no cenário nacional e internacional, seja pela realização de eventos de grande porte, como o IV Seminário Internacional da Rede Universitária das Américas em estudos Cooperativos e Associativismo, seja por eventos nacio-

nal, locais, e a participação e consolidação de sua presença na Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Participar de um programa de extensão da natureza da ITCP, tem sido para mim uma oportunidade constante de aprendizagem e crescimento, gratificado pelo contato direto com as comunidades, com as quais temos estabelecido compromissos, vinculados não só pela obrigação mas pelos laços de afetividade.”

Fabiano Guardachone (Acadêmico de Direito)

“No programa de extensão ( Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ), as atividades desempenhadas pelos bolsistas são variadas. Variedade justificada pela interdisciplinaridade do programa que abrange várias áreas do saber, dentro outras, direito, economia e contabilidade. Sendo estudante de direito, um raciocínio simples concluiria que apenas ative-me aos limites balizados pela lei, mas, como já citado acima, a interdisciplinaridade nos oferece a possibilidade para que seja estabelecido um diálogo com outras áreas do conhecimento, não somente por necessidade acadêmica, mas por força do empreendimento cooperativista. No decorrer do processo, prática e teoria nem sempre são conjugados no mesmo tempo, o que acaba originando um descompasso que basicamente traduz-se em prática desprovida de algumas reflexões importantes.

Por derradeiro, necessário se faz relatar o convívio entre os bolsistas, que dentro do programa encontram espaço fértil para o debate. Debate este que nem sempre caminha para um ponto comum, mas que não perde de vista o cooperativismo e os princípios democráticos.”

## **6. CONVÊNIOS E PARCERIAS**

### **6.1. SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO - SERT**

A principal parceira no ano 2001 continuou sendo a SERT no tocante às demandas por ações desenvolvidas na ITCP e recursos financeiros.

### **6.2. REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES**

Proporcionando uma rica troca de experiências, formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisas.

### **6.3. REDE UNIVERSITÁRIA DAS AMÉRICAS PARA ESTUDOS COOPERATIVOS E ASSOCIATIVISMO**

Proporcionando uma rica troca de experiências, formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisas.

### **6.4. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ - FIEP**

Apoio a formação de estudantes através de bolsas estágio.

### **6.5. PREFEITURAS MUNICIPAIS E CONSELHOS MUNICIPAIS DO TRABALHO**

Nos Municípios de Curitiba, Antonina, Mandirituba, Quitandinha, Campo Magro, Foz do Iguaçu, Campo do Tenente, Doutor Ulisses, apoiando os grupos e cooperativas.

### **6.6. APOIO DE EMPRESAS PRIVADAS**

No desenvolvimento das cooperativas.

#### **6.6.1. VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA**

Fornecimento de resíduos de madeira para COEMBRA.

#### **6.6.2. TRITEC MOTORS LTDA.**

Fornecendo equipamentos de proteção individual e resíduos de madeira utilizados como matéria prima da COEMBRA.

#### **6.6.3 PETROBRAS / UNISOL**

Apoio financeiro via Prêmio Petrobrás / Unisol em acordo com a ITCP para aquisição de terreno para a Cooperativa Serramar.

#### **6.7. FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TRABALHO - UNITRABALHO**

Apoio no desenvolvimento de pesquisas na área do cooperativismo e economia solidária e do convênio com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento - ICCO - da Holanda.